

**11 de dezembro de 2019.**

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santos Souza – MDR)** - Bom dia Senhoras e Senhores, pedimos que ocupem os seus lugares, gostaríamos de dar boas-vindas e agradecer a presença de todos. Para que possamos dar início a 42ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, gostaríamos de compor a mesa convidando o Senhor Ministro de Desenvolvimento Regional Gustavo H. Rigodanzo Canuto que preside esse Conselho. Convidamos também o Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário Executivo do CNRH Senhor Marcelo Borges; convidamos à senhora Cristiane Dias Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas; convidamos o Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento Regional Mauro Biancamano. Convidamos a todos para ouvir a execução do Hino Nacional.

**Execução do Hino Nacional**

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santos Souza – MDR) -** Gostaríamos de passar a palavra a Senhora Diretora Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Christianne Dias Ferreira.

**Christianne Dias Ferreira (Diretora Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA)** - Bom dia senhoras e senhores, cumprimento o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Gustavo Canuto, Secretário de Segurança Hídrica, Marcelo Borges, Secretário Executivo, Mauro Biancamano. Com muita satisfação, cumprimento a todos, servidores e todos integrantes CNRH (Conselho Nacional de recursos Hídricos) e é com muita satisfação que participamos aqui da primeira reunião do CNRH, diante dessa nova composição e desse desafio que o Conselho tem de dar os encaminhamentos, as diretrizes para uma gestão integrada dos recursos hídricos. Especialmente agora com a recente edição do Decreto, alterando a composição do Conselho, a ANA (Agência Nacional de Águas) passa a ter um papel diferenciado agora como suporte técnico e nesse papel assim como já vem fazendo historicamente vai buscar aprimorar toda essa governança, e realmente contribuir para os subsídios que as Câmaras Técnicas precisarão para desempenhar esse papel de integração dos recursos hídricos nesse modelo decentralizado que nós temos. Então nós reafirmamos nosso compromisso na formulação de subsídios, e eu gostaria de aproveitar a oportunidade para chamar atenção, para aqueles temas tão importantes e que será, naturalmente, objeto de análise e discussões aqui no âmbito do CNRH. Começando pela questão do Plano Nacional de Recursos Hídricos que é um plano que vai precisar do envolvimento de todos os setores e de toda a sociedade, nós temos que ter uma visão do todo, uma visão integrada, ou seja, integrar todos os planos e integrar também o Plano Nacional de Recursos Hídricos com o Plano Nacional de Segurança Hídrica. Então esse é um desafio que se impõe para todos nós, além disso, também temos aí a previsão na pauta o lançamento do Relatório de Segurança de Barragem. Nós estamos evoluindo, especialmente depois do acidente de Brumadinho. Estamos apresentando o plano que é referente ao exercício de 2018. O acidente de Brumadinho nos deu um norte para contribuirmos, melhorarmos ainda mais e cobrarmos ainda mais de todos os órgãos fiscalizadores. É incentivar, a palavra não é cobrar, é incentivar que todos os órgãos fiscalizadores contribuam para esse cadastro das informações das barragens do nosso país que é tão importante. Então vamos fazer hoje o lançamento, iremos mais tarde assistir à apresentação por parte de um servidor da ANA, Rodrigo Flecha, onde poderemos identificar de forma mais detalhada a evolução que tivemos nesse cadastramento das nossas barragens. Também chamo a atenção para o Projeto Integração de São Francisco que hoje tá sendo aqui, foi encaminhado e a prorrogação da outorga. É importante que o Governo Federal e a sociedade reconheça, os esforços que tem sido feito especialmente pelo Ministério Desenvolvimento Regional para o equacionamento da sustentabilidade Econômica Financeira desse projeto que é tão grandioso é tão importante para o Nordeste, para o nosso país, e também falando aqui do lançamento do Conjuntura, esse documento muito didático, eu gosto muito do Conjuntura, e todo mundo que vai me visitar eu peço: leva um Conjuntura porque eu acho que é um reflexo das principais atividades do Setor dos Recursos Hídricos e da atuação também da Agência Nacional de Águas. Então é muito didática é algo consumível pela sociedade, então nós fazemos esse documento com bastante carinho, então estamos fazendo aí mais uma vez também o lançamento da atualização do Conjuntura, e o último recorte, estamos aí também na eminência de aprovar o projeto de lei de saneamento onde nós temos que ter uma integração muito grande da política de saneamento com a atividade de regulação que será desempenhada pela Agência Nacional de Águas que ganhará a partir de então essa nova competência esse novo desafio que é muito grandioso de tentar trazer um ambiente negócios mais palatável mais propício para que o investidor possa vir e realmente fazer o aposte que precisamos para evoluir nesse setor que tá tão atrasado comparado com o os outros. Precisamos de 600 bilhões de investimento até 2033 para universalizar o serviço, então o desafio é de todos nós, sociedade, governo e Agência. Então gostaria de só por fim pontuando aqui diante de tantos desafios a Agência vem aprimorando as suas atividades de governança, especialmente com a recente publicação da Lei das Agências que trouxe modificações bastante consideráveis para todos agentes reguladores, um maior controle social, a participação da sociedade por meio de audiências e consultas públicas, obrigatoriedade de fazer análise de impacto regulatório, obrigatoriedade de dar publicidade para reuniões da colegiada maior filtro na escolha dos dirigentes desses órgãos, programas de integridade e maior filtro também na política de riscos, então todos esses são elementos novos, essa nova Lei das Agências. A ANA está ciente, está trabalhando para conseguir implementar de forma gradual, naturalmente, mas já estamos trabalhando fortemente nessa agenda. Também falar um pouquinho sobre a finalização do nosso planejamento estratégico na ANA e que tem um direcionamento específico no que concerne ao CNRH de fortalecer a sustentabilidade institucional do sistema, e também para fazer a gestão integrada de áreas prioritárias. É importante dá esse reporte aqui para todos que estão nessa reunião do Conselho de que nós chegamos a esses objetivos que são muito importantes que também contribuem para o foco da nossa atividade, então vou terminar minha fala sem me estender, mas agradecendo a presença de todos. Parabenizando pela reunião, desejando bons trabalhos e dizendo a mensagem de que se por um lado nosso sistema é descentralizado, ele é uma resposta para a diversidade do nosso país e também constitui um grande desafio e que todos nós estejamos cientes disso imbuídos do espírito de trabalharmos juntos em parceria para a evolução de setor, especialmente diante das recentes crises hídricas que tivemos e de um futuro prospectivo de mudanças climáticas e de desafios. Muito obrigada!

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santos Souza – MDR) -** Passamos a palavra ao Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário Executivo do CNRH o senhor Marcelo Borges.

**Marcelo Borges (Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário Executivo do CNRH)** - Bom dia a todos, cumprimento Ministro Canuto, o Presidente deste Conselho, e eu não vou novamente passar pela agenda, pois a Cristiane já passou tão bem, cumprimento a todos em nome do Ministro eu quero só destacar aqui a Secretaria Executiva do Conselho que ontem brilhantemente, nós entendemos o necessário e foi realizado ontem um seminário de nivelamento em que os que estavam presentes, e os comentários hoje feitos pela manhã ficaram super satisfeitos. Nós conseguimos passar por toda a Legislação que rege o Conselho, 60% dos conselheiros estão chegando, então foi muito proveitoso e os comentários sobre curso de direito e sobre todas as palestras foram excelente, mas a referência foi a palestra proferida por Doutor Demétrius, tá ganhando de todos, todos ficaram muito satisfeitos, entender o espírito nosso aqui e atingimos os objetivos. Eu estou mais ansioso para que a gente comece essa reunião, o Ministro teve que dá uma saidinha aqui para uma ligação, mas a gente já vai dar continuidade da pauta. Muito obrigado!

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santos Souza – MDR)** – Convidamos para falar o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional o senhor Mauro Biancamano.

**Mauro Biancamano (Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional)** - Bom dia a todos serei breve em minha fala, até porque depois da Doutora Cristiane e do Doutor Marcelo Borges desejando as boas-vindas. Em nome do Ministério aqui realmente estamos bem gratos pela a possibilidade realmente fazemos essa primeira reunião, é uma reunião importante temos uma nova composição do CNRH, que busca justamente trazer um novo formato, uma nova composição, uma composição mais enxuta e sermos, mas enxutos quer dizer sermos mais eficientes ainda, e aprimorarmos ainda mais o trabalho até então realizados e essa nova composição vai ter um desafio ainda maior. Temos que ainda fazer a revisão do PNRH, esse é o grande Marco, aprender com essa experiência tão adquirida em relação ao plano anterior vigente para aprimorarmos. E o desafio ainda de estabelecermos e provemos a sociedade com água de boa qualidade e com quantidade realmente necessária, e evoluímos na questão também de solução de conflitos. Nessa nova batuta a gente realmente precisa voltar para nossas bacias e realmente buscamos a produção de água como revitalizar nossas Bacias, aumentarmos a quantidade e aí vem o Marco do Saneamento, agora justamente evitarmos a maior tragédia que nós temos é geralmente poluir a jusante, captar e tratar. Então a gente realmente precisa avançar nisso e aí sim teremos uma maior disponibilidade, quantidade, melhores recursos, gastos mais eficiente então ter uma política clara ter uma política que realmente estabeleça um plano adequado é fundamental para esse objetivo e aí entra o CNRH e trazendo essas novas diretrizes, trazendo essa nova composição e buscando justamente ter um novo plano com a experiência do passado. Então desejo a todos meus parabéns pela nova composição, que seja muito bem-vindo e desejo a todos um bom trabalho.

**1h12min31seg.**

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santos Souza – MDR)** - Com a palavra, o senhor Ministro do Desenvolvimento Regional, Presidente do CNRH - Gustavo Canuto.

**Gustavo Canuto** (**Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) –** Bom dia a todos e a todas, muito bom esta aqui, acho que é um momento emblemático, a volta do CNRH, uma reunião inaugural da nova estrutura, muitos rostos conhecidos, pessoas aqui do setor que eu já tive o prazer e outros que esperam conhecer melhor. O Conselho é muito grande e nós somos muitos membros espero que mesmo com reuniões que são mais esparsas  a gente possa aos poucos realmente criar uma relação profissional e até uma relação pessoal porque a questão hídrica de recursos hídricos é algo muito grande muito complexo tanto é que eu vejo que nossos parceiros internacionais, a importância que isso tem porque os rios não escolhem as fronteiras estão percorrem o caminho da gravidade que define o relevo então é importante que a gente não defina  essas estruturas políticas, as divisões políticas como determinantes da nossa atuação. Primeiro queria cumprimentar  a Diretora Presidente da ANA, Cristiane Dias que sempre nos acompanha e prestigiam todos os assuntos relacionados à água e logo todo o assunto de saneamento ontem já esteve conosco então meu muito obrigado Cristiane pela presença, ao Secretário de Segurança Hídrica ele que o Marcelo Borges aqui Secretário Executivo também do Conselho vai ter responsabilidade tocar os trabalhos, fazer com que as nossas ideias que se transformem efetivamente em ações, esse objetivo, é um conselho paritário que deve ouvir todos, um colegiado diferenciado, mas a gente precisa transformar isso em ação concreta. Então eu fico muito feliz de falar estou muito satisfeito e fazer parte da nossa reunião que eu acho que o Conselho e cada vez mais a gente precisa disso de uma construção conjunta colegiada de forma muito republicana, a participação dos Estados, sociedade civil, usuários isso é essencial e todos os representantes do governo também. Secretário Executivo Mauro Biancamano que faz ação também acontecer no Ministério, Mauro obrigado pela presença é sempre bom ter você conosco. O ministro João Marcelo do Itamarati que tem hoje uma missão importante, a gente celebrar algo tão relevante entre os países, o CIC Plata, realmente comemorando seu aniversário é muito importante eu acho que fico muito feliz que a gente tá indo além das nossas fronteiras, está respeitando o direito de todos, obrigado João, e ao diretor da ANA, Ricardo, também o Ricardo sabe da responsabilidade que tem e é sempre bom marcar presença e a presença da ANA como todo. Ao Renato não posso dizer Renato da apreciação, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, veio para a gente esse ano era do Meio Ambiente agora está no MDR, está fazendo um excelente trabalho. É muito preocupado, é apaixonado pela pauta é difícil porque gosta de falar muito é difícil, tem que segurar porque se deixar ele vai falar de recursos hídricos revitalização o tempo todo, é um apaixonado pela água doce. Se eu acho que é um apaixonado pelos rios e pela água e por fazer com que isso chega a população então, muito Obrigado Renato tê-lo aqui conosco. Sérgio também obrigado pela presença sei que você vai fazer uma apresentação estou ansioso em ouvir você sempre traz elementos muito concretos uma coisa muito palpável e com alguém que estuda o assunto estou ansioso para ver a apresentação. Ao secretário-geral do CIC Plata, Jorge Metz, obrigado pela presença e desculpe a situação lá em Foz, a gente tinha perspectiva de poder fazer a cerimônia lá. Infelizmente umas questões burocráticas ainda precisavam ser ajustadas, mas não foi por falta de vontade nem de alegria em poder celebrar esse momento, mas agradeço sua presença aqui conosco e também o Coordenador Técnico Internacional do CIC Plata Luiz, obrigado Luís pela presença constante. E agora nosso companheiro, o Diretor da ADASA Jorge Werneck que teve ontem conosco, estou vendo que o Jorge realmente é empenhado, ele está em todos os eventos, Jorge bom tê-lo aqui conosco, muito bom mesmo. Senhores  primeiros alguns informes rápidos: O  CNRH mudou a estrutura, novo decreto reestruturou,  o Decreto 10.000 de 03 de setembro de 2019, a gente mudou a quantidade de membros agora somos  37, o objetivo não foi reduzir a participação mas, talvez, se tornar um pouco mais ágil, capaz que a gente tem alguma resposta. A gente sabe que toda vez que diminui, alguns setores se sentem menos prestigiadas ou que isso tem sido uma forma de tolher a atuação não é a ideia. Foi feita diferente inclusive com os conselhos estaduais e distrital a gente colocou uma questão de um titular e dois suplentes para atender as 27 Federação fazer esse rodízio. Reduzimos também o governo federal, somos 19 membros agora e também respeitamos os  usuários a sociedade civil com seis e três membros tão importante que a gente tenha isso em mente, o objetivo não é reduzir a voz de ninguém, é que a gente faz com que esse conselho tenha mais efetividade, mais qualquer jeito o senhor sabe que acaba assim demora demais o tempo passou não tem muita resolutividade isso a gente precisa alterar. Então o objetivo foi apenas esse que a gente consiga ter uma reunião bem efetiva com resposta rápida e possa atender os anseios aí de um setor que é tão necessário, outra coisa possibilidade de fazer atos ad *referendum* justamente para uma situação mais urgente do Conselho. É grande a dificuldade de agenda de todos, que a gente possa numa situação emergencial e excepcional, o presidente fazer um *ad referendum* a ser referendado pelo conselho, de forma alguma retirando a legitimidade e autoridade que o colegiado tem. O presidente aqui longe disso não acha que é o dono da verdade, muito distante dessa situação, mas alguns momentos importantes como aconteceu na tragédia de Brumadinho era o momento que a sociedade clamava por uma resposta, o Conselho tem a responsabilidade de fazer vale a Lei de Segurança de Barragem, e eu entendi que naquele momento era importante realmente o Conselho se pronunciar como zelador da Lei e que a gente pudesse exigir ou pelo menos indicar que todos os agentes fiscalizadores tomassem algumas providências e assim foi feito, é uma um dos itens da nossa pauta. Pela relevância do tema da segurança de barragem uma câmara técnica foi criada exclusivamente para tratar de segurança de barragem, outras foram alinhadas para que a gente pudesse também tem um pouquinho mais de efetividade e clareza nesses assuntos, mas os assuntos foram apenas aglutinados não retirados. Então todos os assuntos que existiram no CNRH continuam existindo e assim que a gente quer levar a condução desses trabalhos. Primeiro aqui o meu muito obrigado, meu muito bem-vindo a todos os novos conselheiros, também agradecer a todos aqueles conselheiros que fizeram parte da estrutura anterior de CNRH que fizeram muito, muitas vezes soluções, muitas emoções e muito avanço no setor, então a todos os conselheiros que passaram meu muito obrigado meus parabéns aos que estão chegando meu bem-vindos, espero que possamos realmente desempenhar um trabalho de qualidade de forma respeitosa, tentando atender a todos é o uso múltiplo da água. A gente sabe que a água ela deve ser utilizada em suas várias formas e temos que respeitar o interesse de cada um, é por isso que esse Conselho existe, para que cada um possa colocar a sua voz defender seus interesses e a gente em conjunto, entendendo o que é um sistema integrado, possamos sim fazer com que a gestão dos recursos hídricos seja a melhor possível para todos e não para alguns. Esse é objetivo, a água de todos, inclusive nossos parceiros internacionais devemos respeitar isso e agir para com que ela continue tendo qualidade e quantidade adequada para todos. Os itens da  pauta a Cristiane colocou muito bem, muito importantes temos questão da operação prazo de prorrogação para operação comercial do PISF, o Relatório Segurança de Barragem, a Conjuntura Recursos Hídricos, documento essencial para que a gente possa adequadamente se planejar entre tantos outros assuntos aqui que a gente vai tratar um por um, com o devido cuidado não vou me alongar, tem muita coisa para fazer então com isso peço a Mestre de Cerimônia se temos o *quórum* para começar a reunião.

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santos Souza – MDR)** - Senhor Presidente nós atingimos o *quórum* regimental para iniciar a reunião.

**Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Fico muito feliz com isso. Vou declarar aberta a 42º Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, agradecer a presença daqueles que fizeram o quórum, a gente precisa fazer essas reuniões, é importante a presença de todos. Considerando a portaria 2765/2019 que nomeou os novos conselheiros titulares e suplentes para o mandato 2019 a 2023 que está projetada na tela, não está, mas deveria estar foi a portaria 2765. Ela agora a mestre de cerimônia vai proceder à leitura de cada um dos indicados nomeados. Chamaremos os titulares e se os titulares não estiverem presentes chamaremos os suplentes para tomarem posse, representando a instituição. Digo a todos que na minha humilde opinião a representação de cada um aqui é idêntica, se é Governo Federal, Estadual, Distrital, se é  Usuário, Sociedade Civil, a ideia do Conselho e que todos o peso do voto é o mesmo. A paridade está aí não no tamanho, na quantidade de cada um, mas cada um é quem tem direito de falar tem o mesmo peso na sua fala e espero que a gente assim conduza os trabalhos. Um colegiado só é um colegiado se todos os representantes puderem falar e puderem ter o peso entender e que é então por favor aqueles que estão mais distantes do governo, mais distante da questão de autoridades públicas não se sintam constrangidos acanhados estão aqui com o mesmo direito todos aqui somos conselheiros aqui que a gente tira a roupagem de público privado e aqui somos todos os Conselheiros defendendo interesses comuns esse é o objetivo, então com isso passo a palavra a Mestre de cerimônia.

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santos Souza – MDR)** - Pelo Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional: Renato Saraiva Ferreira, Gilson Pires da Silva, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública: Luana Machado de Almeida, na ausência da Luana, por favor Senhor Gabriel Silva Pedrazzini, Ministério da Defesa justificou a ausência do seu titular e suplente, Ministério das Relações Exteriores: Nicola Esperanza e o seu suplente Igor Andrade Vidal Barbosa, Ministério da Economia Leandro Caixeta Moreira e a suplente Fernanda Gomes Pereira, Ministério da Economia: Fabiano Mezadre Pompermayer; Ministério da Infraestrutura:   Rafael Ceroni Mendonça e o seu suplente Alexandre Vaz Sampaio; Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento: Mariane Crespolini dos Santos e suplente Michel Gomes de Sá Ferraz; Ministério da Educação: Maria Luciana da Silva Nóbrega; Ministério da Cidadania: Elias Antônio Freire; Ministério da Saúde: Camila Vicente Bonfim; Ministério de Minas e Energia: Reive Barros dos Santos o seu suplente Thiago Guilherme Ferreira Prado; Ministério de Minas e Energia Domingos Romeu Andreatta seu suplente Guilherme Silva de Godói; Ministério da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações: Fábio Donato Soares Lara Tonda e o  seu suplente Bruno César Prosdócimo Nunes; segundo suplente Dione Vitor dos Santos; Ministério do Meio Ambiente: Ricardo Salles, Ministério do Meio Ambiente: Eduardo Fortunato Bim; Ministério do Turismo: Cinara Leandra Silva Alves de Souza; Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos: Sérgio Augusto de Queiroz. Agora representando os Conselhos de Recursos Hídricos de Goiás/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Marcos Antônio de Souza Menegaz; Distrito Federal/ Espírito Santo, Jair Vieira Tannus Junior, está lá em cima e impossibilitado de descer, se sinta representado aqui, Jair. Pelo Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina: José Luiz Scroccaro, será representado pelo Rio Grande do Sul Paulo Renato Paim. Por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: Marília Carvalho de Melo. Pelo Amapá, Tocantins e Rondônia, Luiz Roberto Takayama. Por Roraima, Amazonas e Pará: Ionilson Sampaio de Souza essa representação não encaminhou representante tanto Roraima como Amazonas justificaram a ausência. Pelo Ceará, Piauí e Maranhão: Ramon Flávio Gomes Rodrigues. Pelo Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco: Paulo Lopes Varella Neto. Pela Bahia, Sergipe e Alagoas: João Carlos Oliveira da Silva. A Bahia justificou a ausência também está na COP, suplente Sergipe, Airton Francisco da Rocha. Pelo segmento dos Usuários – Irrigantes: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil Nelson Ananias Filho, justificou ausência será representada pelo seu primeiro suplente Fernando Costa Faria da Associação dos usuários de água da região de Monte Carmelo. Prestadores de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento AESBE, Senhor Wanderlei da Silva Paganini. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Mônica Irion Almeida, representando a Associação Brasileira das Empresas Geradores de Energia Elétrica ABRAGE. Pelos hidroviários: Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária - Fenavega, senhor José Rabelo Terceiro, na ausência dele Sindicato dos armadores de navegação fluvial do Estado de São Paulo, Luizio Valentim de Rizzo Rocha e o terceiro suplente Confederação Nacional do transporte CNT Luiz Fernando Resano. Pela indústria: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Davi Bom Tempo, será representado pelo senhor Alexandre Luiz Almeida Vilela primeiro suplente, da Federação das indústrias do Estado de São Paulo FIESP. Pelos pescadores e usuários de recursos para lazer e turismo: Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo – CNC, Mário Reinaldo Tadrus, primeiro suplente Wilson de Azevedo Filho da Associação das empresas mineradoras de águas termais de Goiás. Pelas organizações civis: comitês de bacia hidrográfica em rios de domínio da União - Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: Anivaldo de Miranda Pinto. Pelas Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp: Jefferson Nascimento de Oliveira. Pelas Organizações não Governamentais, Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: Marco Antônio dos Santos.

**Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) –** Todos. Ficou grande. Pessoal, primeiro, declarar todos empossados. Meus parabéns! Lembrá-los da importância da presença para que a gente possa realmente se reunir e ter as representações efetivamente presentes e que possam ter voz e com isso agora tirar uma foto para a gente comemorar esse momento.

**Momento foto**

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santos Souza – MDR) -** Agradecemos a todos os Conselheiros, titulares e suplentes presentes nessa reunião. Solicito aos Conselheiros que retomem seus lugares para darmos início ao ato comemorativo aos 50 anos do Tratado da Bacia do Plata, CIC- Plata. O Tratado da Bacia do Plata assinado em Brasília em 23 de abril de 1969, em vigor desde 14 de agosto de 1970, é um instrumento jurídico para cooperação em Recursos Hídricos e Meio Ambiente, celebrado entre Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Pode ser considerado um marco na Gestão de Recursos Hídricos transfronteiriço no país, por seu pioneirismo na institucionalização e na exploração integrada racional e harmônica desse vasto sistema hidrográfico. No âmbito do tratado da Bacia do Prata, os cinco países que compõem a gestão conjunta implementaram o CIC- Plata, Comitê Intergovernamental de Coordenação da Bacia do Plata com sede em Buenos Aires. Para entregar a medalha comemorativa aos 50 anos, convidamos para compor a mesa o senhor Ministro João Marcelo Galvão de Queiroz, senhor Secretário Jorge Metz, Secretário Geral do CIC Plata, e o senhor Luiz Amore, Coordenador Técnico Internacional do CIC Plata. Gostaria de passar a palavra o senhor Ministro João Marcelo Galvão de Queiroz do MRE.

**Senhor João Marcelo Galvão de Queiroz (Ministério das Relações Exteriores- MRE) -** Bom dia a todos,  Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, senhores Secretários, senhora Diretora-Presidente, senhor Secretário-Geral do CIC,  caros colegas, senhores Conselheiros, senhoras e senhores eu tenho muita alegria e satisfação de participar desse evento de celebração dos 50 anos do Tratado da Bacia do Prata no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador dos países da Bacia do prata chamado CIC, assinado aqui em Brasília em abril de 69. O tratado da Bacia do Prata é a manifestação jurídica da vontade dos governos de cinco países vizinhos ligados pelas águas da Bacia do Prata de promover o desenvolvimento harmônico e integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência em benefício dos interesses comuns de seus povos. O CIC é o órgão permanente  do Tratado da Bacia do Prata que este ano como mencionado completou 50 anos. A Bacia do Prata é uma das mais importantes do mundo tanto pela sua enorme dimensão geográfica, superior a 3 milhões de Km2 quanto por sua relevância ambiental e socioeconômica, não por acaso a Bacia do Prata teve um papel significativo na própria transformação histórica dos cinco países que dela compartilham e hoje em dia segue contribuindo de forma proeminente como espaço estratégico para o desenvolvimento e integração entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina. Avalio também como muito oportuna e significativo que o lançamento do projeto de porte médio desenvolvido no hábito do CIC ocorra no âmbito deste seminário sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, no marco da retomada das atividades do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Trata-se de projeto que dá seguimento ao Programa de Ações Estratégicas - PAE para a Bacia do Prata no qual foi identificado sistemas críticos transfronteiriços e objetivos associados, a exemplo da mitigação do impacto e da vulnerabilidade a eventos hidrológicos extremos e da redução da contaminação de águas. Passados 50 anos da assinatura do Tratado da Bacia do Prata, o Programa de Porte Médio que estamos lançando oficialmente no Brasil demonstra que os cinco países seguem animados de um espírito de cooperação e convencidos da necessidade de reunir esforços para o desenvolvimento harmônico e sustentável da Bacia do Prata. Eu queria finalmente, no âmbito desse ato, senhor Ministro, também felicitar todos os agraciados que receberão a medalha pelos 50 anos do Tratado e agradecer pela importante contribuição dada ao longo dos anos a promoção dos objetivos do instrumento. Muito obrigado.

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santo Souza – MDR)** - Passaremos a palavra ao senhor Jorge Metz, para entregar as medalhas e fazer o pronunciamento.

**Senhor Jorge Metz  (Secretário do CIC - Plata)** – Bom dia a todos. Agradeço fundamentalmente à senhora Cristiane, o Ministro Gustavo, o Secretario Marcelo, o Secretário Executivo Mauro e ao ministro João. Esta oportunidade que me deixa muito feliz e muito alegre em poder participar deste Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é o melhor lugar para apresentar o lançamento do programa de porte médio, significa que estamos executando nesses momentos que neste âmbito social, como tem que saber, como dizia João estamos comemorando 50 anos, na verdade no anos 70, houve o primeiro programa que tinha a ver com um plano diretor ou programa orientador um plano regulatório para toda a Bacia, então passamos para os anos 2000 onde estabeleceu o marco do programa. Aprovação dos estados do programa e do sistema de apoio à tomada de decisão e agora temos esta fase de implementação deste Programa de Médio Porte é um programa de curto prazo em pouco tempo, (...) para construir uma carteira de financiamento que nos permite obter os resultados gerados dentro da Bacia de Prata para esta oportunidade dos Diretores. Representantes dos países que temos confiado entregaram as medalhas comemorativas para o aniversário de 50 anos que aconteceu para enfatizar que é o primeiro lugar para Carlos Hugo Suarez da Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente, Hugo Suarez Sampaio, eu não sei se este é Carlos Hugo, Renato Saraiva Ferreira o diretor que nos acompanhou e nos acompanha, em terceiro lugar Marcelo Pereira Borges, Secretário Nacional de Segurança Hídrica, Christianne Dias, Diretora-Presidente da Agência Nacional da Água (ANA), e por último o Ministro Gustavo Canuto. Esta é uma comissão claramente política que tem a ver com os 5 governos condições unânimes com compromissos que por vezes são difíceis de resolver nas dificuldades políticas de cada um dos países, mas graças ao acompanhamento de todos os países e agora alívio a curto prazo se estamos muito gratos. Obrigado por nos dar esta oportunidade.

**Senhor Gustavo Canuto – (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Agradeço o Jorge pela gentileza, fico muito feliz em saber que  não é só os 50 anos do Tratado, mas que se transformou em ações concretas programa de ação estratégica, foi trabalhado se definiu ações prioritárias e agora estamos na fase para conseguir financiar o projeto de porte médio em 2020. Tem data, tem meta, a gente vê que algo muito concreto e que a gente saia do mundo das ideias e vai para a efetividade, então eu parabenizo aqui em nome de todos os demais integrantes do Comitê, dos demais países pela parceria eu acho que como dizem juntos vamos muito mais longe,  a gente precisa unir esforços da América Latina precisamos unir esforços da América do Sul, precisamos juntos para enfrentar os desafios do mundo somos irmãos, única diferença é um pouquinho da língua, mas a gente ajusta nosso Portunhóis, Espanha, Portugal, mas funciona, mas acho muito bom e agradeço de fato a presença, secretário uma honra participar disso então muito obrigado, Parabéns a todos e o CIC- Plata e Parabéns Renato pelo empenho e o Itamarati por viabilizar essa parceria toda essa salinha de atuação, eu falo ou a mestre de cerimônia  fala do lançamento.

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santo Souza – MDR) -** Lançamento do Relatório do Conjuntura informe 2019. Para darmos início o lançamento do Relatório de Conjuntura, convidamos o Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares**,** para realizar uma apresentação sobre o relatório.

**Senhor Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA) -** Bom dia a todos. Em primeiro lugar cumprimentar o Senhor Ministro, Christianne,  Secretários Marcelo e Mauro, realmente é muito simbólico o lançamento dessa versão 2019 do Conjuntura na data de hoje,  na retomada do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, uma vez que o Conjuntura ao longo dessa última década se transformou no principal documento de referência do nosso sistema de gestão de Recursos Hídricos no país, e simbólico também por se tratar do ponto de partida do documento base para construção do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então realmente é muito gratificante poder coincidir essas duas datas e fazer o lançamento do relatório de Conjuntura 2019 na manhã de hoje. Bom o Conjuntura, ele é editado anualmente desde 2009 com a seguinte característica: A cada quatro anos nós fazemos, como foi o documento de partida de 2009, um documento mais robusto, um documento consolidado, um relatório pleno como assim chamamos e no intervalo desse ciclo de 4 anos, nós atualizamos esse documento base a partir de informes anuais, então  portanto este informe de 2019, ele já faz parte do terceiro ciclo do Conjuntura, ele atualiza não só o informe 2018 como também o relatório pleno de 2017, um relatório que passou por toda uma transformação visual, para justamente poder torná-lo mais acessível à sociedade que as informações pudessem ser obtidas com maior facilidade e tem se tornado até por essa característica e por esse esforço uma referência para outros documentos não só no âmbito do Governo Federal como o âmbito dos setores  usuários pela própria linguagem que é utilizada no Relatório de Conjuntura, portanto esse relatório que está sendo lançado hoje, 2019, ele traz informações atualizadas, mas deve ser lido, deve ser consumido em conjunto tanto com o informe de 2018 como com o relatório pleno base de 2017. A estrutura do relatório deste informe de 2019, já uma estrutura tradicional organizado em seis Capítulos, um capítulo introdutório traz aí o panorama, explica a questão da água e o Conjuntura e o segundo capítulo que trata das questões mais relacionadas a quantidade e qualidade da água , são os dados físicos,  qual é a situação dos nossos recursos hídricos, um terceiro capítulo que traz informações sobre os usos da água, nas suas diferentes vertentes e formas, um quarto capítulo que trata especificamente da gestão da água, dos componentes do SIGRE e da implementação dos nossos instrumentos da política de recursos hídricos, um quinto capítulo que nas edições anteriores era voltada à crise hídrica, e agora nós passamos a transformar esse capítulo em segurança hídrica até considerando a edição e o lançamento no início do ano do Plano Nacional de Cinquentão são as lições aprendidas com a crise e a iniciativa, um  olhar para o futuro de como lidar com a questão da segurança hídrica no país e por fim os subsídios ao novo plano, uma vez que esse informe 2019 ele é o diagnóstico preliminar ele é o ponto de partida para a construção do novo plano nacional de recursos hídricos 2021 e 2040. Passando rapidamente pelo conteúdo do Conjuntura, pelos capítulos, cada capítulo conta com esses infográficos, e o destaque do primeiro capítulo eu chamo atenção para o cálculo e a informação sobre os diversos indicadores dos ODS 6 também tem sido utilizado como um referencial,  como um marco na construção desse novo Plano Nacional de Recursos Hídricos,  então nós trazemos no primeiro capítulo esses indicadores calculados que também são uma referência de onde estamos e um  ponto de partida, de onde queremos chegar nessa agenda, a água. Lembrando que o de ODS6, ele ampliou o conceito  da agenda da água do ponto de vista das Nações Unidas, então ele passa a englobar, metas não só de acesso aos serviços de saneamento e de  abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mas também metas relacionadas ao uso racional da água, a qualidade da água, a gestão integrada de recursos hídricos e até a questão internacional que já foi abordada anteriormente,  o segundo capítulo trata da quantidade e da qualidade da água dentre outros pontos que foram atualizados neste relatório, eu chamo atenção para a questão da água do reservatório, da água acumulada nos reservatórios da região Nordeste, se olharmos o gráfico ali na ponta do slide é um gráfico que traz a série desde 2013,  passando pelo auge da seca no fim de 2017, em que os reservatórios estavam nos seus níveis mais baixos e históricos e já encontramos aí considerando os dados de junho de 2019, dados jamais atualizados, uma recuperação desses assuntos, para alegria do Doutor Porfírio, Doutor Varella, Doutor Rodrigo Flecha, que tá ali sentado não significa que o trabalho acabou mas sem dúvida nenhuma,  é um alento na gestão de recursos hídricos, principalmente na região Nordeste na nossa região semiáridas e este capítulo traz também toda análise da nossa base de dados, dos nossos dados de monitoramento relacionados a qualidade da água uma série de indicadores foram retratados e atualizados neste relatório no mapa que tá colocado no slide são os indicadores de OD, e infelizmente Ministro, continuo retratando os nossos dados de qualidade da água todo o passivo que temos relacionados à questão da coleta e do tratamento de esgotos no país, então uma interface muito importante entre a nossa gestão de recursos hídricos,  a política de recursos hídricos e a política de saneamento também sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional. O capítulo seguinte ele traz toda atualização das informações sobre os usos da água e chama atenção para os dados relacionados que estão aqui também aos dados relacionados ao uso da água para irrigação importante atividade do ponto de vista da quantidade de água utilizada no processo produtivo, esse mapa ele traz todo o trabalho feito em parceria com a Embrapa de atualização das áreas irrigadas por pivô centrais no Brasil, indicando nas áreas mais adensadas, polos de irrigação, polos esses que também têm sido tratados como dentro da política nacional de irrigação também pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, como uma de suas políticas e o Conjuntura ele traz a atualização da área irrigada,  nós temos o atlas irrigação editado em 2017 que apresentava mar irrigada no país de pouco menos de sete milhões de hectares e o Conjuntura 2019 já traz a atualização desse referencial, o mar em regada total no país hoje estimada da ordem de 7,3 milhões de hectares. No Conjuntura nós temos também as informações sobre a gestão da água, então estão atualizados além da informação sobre todos os instrumentos da nossa política de recursos hídricos, plano de recursos hídricos, outorga e cobrança, sistema de informações enquadramento e a importante, faça o registro que além desse informe até o fim do ano e no início do ano que vem serão editados cinco cadernos específicos sobre cada um desses instrumentos de forma a também subsidiar a construção do novo plano nacional de recursos hídricos e além da informação desses instrumentos nós trazemos por exemplo as informações atualizadas sobre os nossos Comitês de Bacia, Comitês Estaduais,  são 225 comitês interestaduais, são 9 comitês instalados e também o anúncio de que para além de o que é o sistema de recursos hídricos agregaremos essa informação para o plano e para o próximo informe do Conjuntura de quem é o sistema de recursos hídricos, qual o nível dessa representação, qual o perfil dos representantes dos comitês estaduais, dos comitês interestaduais e dos conselhos estaduais e nacional de recursos hídricos, o capítulo de segurança hídrica além de toda a atualização dos marcos regulatórios da atuação das salas de crise ele traz as informações do recém-lançado Plano Nacional de Segurança Hídrica, então é retratando também e é colocado no Conjuntura o mapa do país em que apresentamos o índice de segurança hídrica, diagnóstico esse que foi a base para definição de todos os investimentos do portfólio do programa de segurança hídrica que consta do plano que além das obras a recomendação de uma série de estudos que são necessários para que a gente possa garantir do ponto de vista da infraestrutura hídrica oferta de água não só para o abastecimento a nossa população, mais para o desenvolvimento das atividades produtivas para o agronegócio para indústria, então todo toda essa questão da segurança hídrica também tratada no Conjuntura 2019, a exemplo do que fizemos no passado quando da Tragédia do Rio Doce da Tragédia de Mariana nós incluímos também no informe 2019,  do Conjuntura por um capítulo especial, um recorte sobre o desastre em Brumadinho, trazendo as informações sobre o impacto desse desastre nos recursos hídricos notadamente nos setores usuários e na qualidade da água, então o final do capítulo de segurança hídrica traz também um destaque para essa questão da segurança de barragens e essas principais informações que foram consolidadas ao longo de 2019, faço referência a Marília, ali na plateia todo trabalho feito pelo IGANS, principais informações foram coordenadas e lideradas aí pelo Estado de Minas Gerais pelo IGAN, são informações que também constam deste informe 2019 e por fim o capítulo de subsídios do PNRH, ele traz justamente essa mensagem de que o informe 2019 ele é o ponto de partida, ele é o diagnóstico preliminar e que a partir do processo de construção do Conjuntura 2020 acompanhado de todo o processo de discussão e de construção do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos que envolverá os estados, que envolveram os setores usuários, que envolverá os comitês de bacia, que envolvera a este Conselho e sua Câmara Técnica editaremos o plano o Conjuntura 2020 que será o diagnóstico consolidado e o prognóstico do Novo Plano Nacional de Recursos Hídricos e que contará Secretário Mauro, sim com as lições aprendidas do passado é uma estrutura muito parecida com plano atual, mas como a certeza ele será diferente porque ele absorverá todas as lições aprendidas,  ele será mais operacional, ele terá como seu principal objetivo, ter impacto orçamentário no sistema de gestão de recursos hídricos, ter consequência regulatória e não será um plano de prateleira e para isso ele terá sim esse foco na gestão de recursos hídricos enxergando todas essas pontes, todas essas interfaces, com o saneamento com a irrigação, com a geração de energia, com transportes, com a indústria, mais com esse foco, não nas agendas setoriais mas na agenda típica aqui do nosso Conselho que é agenda de gestão de recursos hídricos no país. Para finalizar Ministro, eu gostaria de citar a importância desse documento de 2020 como a Cristiane muito bem falou o na mesa de abertura. Esse é o documento que são relatórios, feitos com muito carinho e feito por pessoas. Então queria finalizar agradecendo a equipe que ao longo desses 10 anos essa é a 11ª edição do Conjuntura, vem trabalhando e vem produzindo esse relatório com muito carinho é queria fazer esse agradecimento em nome do Alexandre Lima que ele certamente está na plateia, ele participa desde a primeira edição do Conjuntura, coordenando tecnicamente esse processo em 2009, e o Alexandre sairá de licença no ano que vem para um doutorado em recursos hídricos na Austrália e aí nos coloca um duplo desafio para 2020, consolidar o Conjuntura como a referência como diagnóstico e prognóstico do Novo Plano Nacional e realizar um conjuntura sem a contribuição direta dele. Então agradeço e finalizo a apresentação. O Conjuntura já está sendo distribuído a todos vocês, está disponível também lá fora e esse é o relatório já impresso. Muito obrigado a todos.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Bom eu não estava enganado, realmente o Sérgio nunca deixa a desejar.  Parabéns Sérgio excelente trabalho, magnífico e o Alexandre está aí?  Ou não? Cadê? Denuncia Alexandre. Parabéns meu caro isso aí foi bom, agora o pessoal vai ter um pouco mais de  trabalhos sem, você vai estar na Austrália, mas vai voltar e melhor coisa boa, o que me deixa muito feliz em ver um trabalho como esse,  primeiro a gente sabe da excelência da ANA, a gente sabe da dedicação e da competência o corpo técnico, formação acadêmica, e o resultado concreto disso na prática é ver um documento que retrata uma realidade com dados e a gente sai do mundo da do achismo e vai para o mundo concreto de uma análise efetiva de dados concretos feitos com metodologia,  eu vi aqui e estava comentando com a Cristiane a questão do oxigênio dissolvido que chama atenção aquilo ali mostrando que realmente o Sudeste é onde os rios estão em teoria mais mortos, uma situação pior e aonde em teoria também se tem o melhor sistema de saneamento do Brasil, a gente precisa começar a contrastar um dado com outro para ver se realmente o que se vende é uma realidade,  tem que começar a pensar de uma maneira um pouco mais crítica mas sempre embasado em dados. Por isso eu agradeço a todos os responsáveis pelo Conjuntura, parabenizo especialmente a Christianne aqui em nome da ANA, a gente precisa disso, precisa ter conhecimento e informação para tomar as melhores decisões, sem informação as decisões sempre serão erradas e isso que ajuda demais. Parabéns Sérgio pela condição excepcional, fico muito feliz mesmo. Bom senhores, vamos a nossa ordem do dia a gente precisa daqui tocar as nossas pautas. Então eu queria primeiro dizer a todos os Conselheiros que para cada intervenção que faça, cada um se apresenta e digam qual é o órgão que representam, não só por uma questão de registro, mas também para a gente poder ir se conhecendo aos poucos entendendo quem é quem aqui no colegiado. Para dar uns detalhes sobre os procedimentos peço a mestre de cerimônia leia os procedimentos para a gente não ter nenhum tipo de problema na condução da reunião.

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santo Souza – MDR)-** Procedimento: Somente terão direito a voto os conselheiros titulares,  os conselheiros suplentes com direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes, os conselheiros suplentes terão direito a voz, os conselheiros poderão delegar a seu critério o uso da palavra para manifestação no Plenário, os conselheiros inscritos serão chamados pela ordem e farão uso da palavra por 3 minutos devendo todos exclusivamente se ater  sobre o assunto em discussão. Encerradas as discussões os resultados obtidos serão submetidos ao Plenário para deliberação, durante o processo de votação não será concedida a palavra para novos pronunciamentos nem a partes e a matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** -  Só reforçar essa questão que os conselheiros têm o direito de delegar a palavra,  a parte deles para que outro membro outra pessoa que presente possa se manifestar então  caso se sinta mais confortável uma questão técnica muito relevante queira trazer um uma pessoa para falar total liberdade para isso, dando  continuidade, primeiro eu pergunto ao Plenário se tem algum requerimento de urgência para inclusão na pauta.

**Mestre de Cerimônia (Roseli dos Santo Souza – MDR)** - Não recebemos nenhum requerimento de urgência.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Então neste caso todos os conselheiros estão de acordo com a ordem da pauta como foi colocada a alguma necessidade de alteração, não, aqueles que concordam permanecer como estão, então tá ótimo. Então vamos fazer a ordem do dia, como se encontra e foi entregue aos demais. Eu vou só fazer o seguinte,  não sei como os conselheiros só por uma questão de dar celeridade que é o que me interessa que é menos formalidade, mais conteúdo eu vou perguntar para os conselheiros se o senhor estão de acordo em dispensar a leitura da ordem do dia para que a gente possa ir diretamente aos pontos mas preciso perguntar o colegiado quem está de acordo com uma vez como está. Então a Mestre de Cerimônia pode dispensar a leitura e iremos ao ponto,  então é que eu já retorno automaticamente o **item 4 que é apresentação dos pareceres deliberação sobre a matéria que foi objeto de pedido de vista na 40ª Reunião Ordinária do Conselho referente a resolução CNRH 196 que aprovou o plano de recursos hídricos da região hidrográfica do Paraguai**, aqui pelo contexto que foi colocado houve essa discussão, pedido de vistas uma análise que foi colocada para uma das câmeras e agora tanto Ministério de Minas e Energia como Agência Nacional das Águas (ANA)  que pediram as vistas, têm oportunidade de se pronunciar a respeito. Então o que acontece foi apresentada a solicitação sobreescrita por 20 conselheiros para aprovar errata que corrigia a redação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia da Região Hidrográfica do Paraguai, segundo o requerimento era para transformar uma recomendação em diretriz, naquela ocasião foi encaminhado para uma Câmara Técnica CTIL que apresentou, na 40ª Reunião do CNRH, o posicionamento contrário ao pedido de errata da redação do plano. O Ministério de Minas e Energia, ANA e a ONG pediram vista para verificar a situação. Em atendimento ao Regimento, a ANA e o MRE encaminham no prazo regimental o documento justificando, as razões motivadoras do pedido de vista e também a sugestão de encaminhamento da matéria, este Conselho não recebeu manifestação do Abrace e a Serra da Moeda, que havia também pedido de vista, então neste caso a representante do Ministério de Minas e Energia? Presente? Não! Tem! Ah desculpe! Concedo a palavra para que vocês façam em 5 minutos a defesa do parecer se assim quiserem, então está com senhores. Só um detalhe: A todos os Conselheiros, a gente não discute o mérito da manifestação, cada um tem o direito de colocar o argumento que bem entender. A gente discute aqui e aprova ou não, qual é o encaminhamento sugerido por cada uma das partes e sem importante para que a gente foque a análise na nossa decisão no que realmente vale, então aqui o Ministério de Minas e Energia o representante vai ter oportunidade de defender o parecer a justificativa do encaminhamento em relação a mudança ou não da recomendação para diretriz por favor.

**Senhor Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia- MME)** -  Senhor Ministro, senhoras e senhores bom dia, me chamo Igor Ribeiro, trabalho no Ministério de Minas e Energia, é uma satisfação também poder participar dessa retomada dos trabalhos do CNRH, um Conselho tão importante e que tem tanto interface de forma transversal, com muitos setores. Com relação a esse item de pauta o  que ocorre, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ele criou um grupo de acompanhamento para elaboração do plano de recursos hídricos da região hidrográfica do Paraguai, essa região compreende partes dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul,  o que ocorre, as organizações não governamentais e a pauta ambiental sempre colocaram muitos mitos na questão das pequenas centrais hidrelétricas dentro dessas regiões e realmente há uma série de empreendimentos, para os senhores terem uma ideia há cerca de 100 Empreendimentos previstos, não se trata do Pantanal,  o Pantanal não tem potencial hidrelétrico, o setor elétrico não quer e nem poderia fazer pequenas centrais dentro do Pantanal e sim nos afluentes, são cerca de cem Empreendimentos com investimentos superiores a 10 bilhões de reais, importantíssimos para a retomada do crescimento do Brasil e sobretudo dos estados e isso,  e se tratando de investimentos. Ao longo das discussões ouvir uma recomendação da qual o Ministério de Minas e Energia perdeu a votação dentro desse grupo para que as novas outorgas aguardassem a conclusão de um estudo que a ANA contratou da ordem de R$ 8000000 para avaliar os impactos sinérgicos desses Empreendimentos na bacia. Reiterando o Ministério de Minas e Energia perdeu essa votação, todavia na conclusão do plano essa recomendação virou uma diretriz alheia às decisões do próprio GAP e isso não foi tomado conhecimento por nenhum Conselheiro por nenhum membro do GAP, e a consequência regulatória o que é que ocorreu? Agência Nacional de Águas (ANA) emitiu uma resolução suspendendo novas outorgas de recursos hídricos para PCHS, pequenas centrais hidrelétricas, interrompendo esse fluxo de investimento significativo sem fazer uma avaliação de impacto regulatório e sem chamar os membros e os afetados para tratar essa discussão, essa resolução vence agora em maio de 2020. De forma bastante pragmática o Ministério de Minas e Energia buscou uma convergência nesse tema junto com a ANA e junto com o Ministério Desenvolvimento Regional, por iniciativa do Ministério Desenvolvimento Regional esse acordo dado a conclusão desta resolução que vence agora em 20. Passa por duas etapas, primeiro a ANA se comprometeu a emitir novas resoluções liberando áreas para construção desses empreendimentos, tão logo se concluam esses estudos parciais na Bacia, segundo o e-mail enviado da ANA em novembro. Foi liberado a Resolução 99 liberando uma parte territorial para a construção desses empreendimentos, em dezembro de 2019, em março de 2020, em Maio de 2020 serão liberadas novas áreas para a construção desse empreendimento tão logo se conclua os estudos e isso é importante ficar registrado aqui porque faz parte do acordo firmado e do qual os senhores conselheiros não poderiam ser de forma alguma aleijados desse processo porque se trata de um conselho e não de um acordo em três partes, o acordo também prevê, e essa solução conjuntural, de forma estrutural, para que isso não ocorra novamente nenhum outro plano porque é inadmissível que isso ocorra até pela necessidade de valorizar a estrutura  da Lei das águas, a descentralização, então nós solicitamos junto ao MDR que mude a Resolução de planos, apoio de MDR para que junto com o Ministério de Minas e Energia convencermos os senhores a mudar resolução de planos para que ações que tenham caráter regulatório, nos planos de bacia, venha obrigatoriamente acompanhadas de análise de impacto regulatório, isso não se trata de uma ação específica para Agência Nacional de Águas, até porque a lei das Agências já trata disso, mas o plano é superior, trata de uma unidade territorial superior, atuação Federal. Então é importantíssimo até para se avaliar dentro dos comitês que constroem os planos, o impacto regulatório e o impacto das decisões que porventura são tomadas lá. Então esse o acordo é firmado entre MDR e ANA e MME é para uma convergência quanto à errata, então é o encaminhamento que a gente faz, é que realmente não haveria necessidade de se votar a errata, dado o cumprimento desse acordo. Muito obrigado!

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** Obrigado! Cedo também 5 minutos para Agência Nacional de Águas (ANA) se manifestar sobre o assunto, sobre o parecer. Quem vai representar? Sérgio, por favor.

**Senhor Sergio Rodrigues (Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos - ANA)** Bom dia novamente. A gente preparou três  slides apenas, que fica mais fácil de apresentar as questões que foram colocados, pedi  para colocar apresentação, e só começar colocando um pouco da motivação do próprio plano de recursos hídricos já que nós estamos tratando dele né e o propósito também dos  estudos que foram mencionados e da própria resolução que é justamente a garantir a segurança desses investimentos tão importantes que foram mencionados pelo representante do MME, o contexto da elaboração do plano dava conta justamente do enorme debate, da enorme disputa existente na Bacia em relação à realização desses investimentos e o que se buscou com o plano e o que se busca com a realização desses estudos é dar a base técnica necessária e a com essa base técnica a segurança para que os investimentos sejam realizados nas melhores, nas regiões apropriadas em toda a Bacia em toda a Região Hidrográfica do Paraguai.  Rapidamente esse é o histórico da construção e da aprovação do plano no âmbito do Conselho e do pedido e de vistas que estamos discutindo, então o grupo de acompanhamento do plano criado pelo próprio Conselho para acompanhar tanto a elaboração quanto a implementação do plano ele encaminha no fim de dezembro de 2017 o plano ao Conselho em fevereiro de 2018 esse plano, ele é apreciado pela Câmara Técnica de Planos na sequência e também ainda em fevereiro apreciado pela Câmara de assuntos Institucionais e Legais para que finalmente em março de 2018 na 40ª Reunião Extraordinária do Conselho o plano foi aprovado por unanimidade por todos os conselheiros e essa aprovação foi editada em Julho de 2017. A resolução que aprova o plano de recursos hídricos o conteúdo aprovado contendo a diretriz no texto aprovado, encaminhado pelo GAP que passou pelas Câmaras Técnicas e aprovado pelo Conselho Nacional contendo então essa diretriz de sobrestamento da análise é isso é importante de novas outorgas e DRDHS para que essa análise dessas novas outorgas de DRDHS já contasse com os resultados do estudo em andamento. Em setembro a Resolução 64 então da ANA, segue essa diretriz e faz o sobrestamento da análise dessas outorgas. Na reunião de outubro de 2018 então é feito esse pedido de errata ao plano, esse pedido é apreciado pela Câmara Técnica Institucional e Legal e é negado por não se identificar um erro material, ou seja, o texto aprovado era exatamente o texto que foi apreciado em todas as instâncias do Conselho e a partir desta negativa então em dezembro foi feito o pedido de vistas pelo MME,  pedido de vistas esse acompanhado então pela ANA e entregues em fevereiro de 2019 para que fossemos discutido na próxima reunião do Conselho. Durante este intervalo de edição da resolução até a data da reunião de hoje o estudo avançou, uma série de produtos parciais nos seus diversos temas, é o estudo que conta com quatro eixos temáticos, a questão da ictiofauna, questão da qualidade da água, questão da hidrologia, questão da socioeconômica todos esses eixos têm sido apresentados ao grupo de acompanhamento do plano tanto resultado parciais quanto resultados a já definitivos e esses resultados parciais foram os que nortearam como o Igor já mencionou tanto a edição da Resolução 99 já em novembro desse ano que já atualiza uma parte da região da área de abrangência da bacia e já inclui algumas áreas já liberou algumas áreas do sobrestamento bem como os resultados parciais permitiram a construção deste cronograma que envolve algumas sub- bacias em dezembro de 2019, sub-bacias tanto no Estado do Mato Grosso quanto no estado do Mato Grosso do Sul, em março de 2020 e finalmente em Maio de 2020 quando é a vigência da resolução original que a Resolução 64, portanto se fazer parte da estratégia de condução dos estudos não esperar os seus resultados finais uma vez que a análise é possível de ser feita por sub-bacias para que dentro do período de construção dos estudos esses resultados já alimentasse atualizações de resolução e por fim, também mencionado pelo Igor, muito bem-vindo à questão da análise de impacto regulatório já prevista na lei das agências com relação aos atos relacionados a Agência Nacional de Águas, mas importante ainda para defendermos a ideia junto a esse conselho de que é um plano de bacia e portanto por ser um plano de bacia ele incide sobre o rio de domínio da União e sobre os seus afluentes por muito tempo que convivemos com vários entendimentos de que os planos de Bacias Interestaduais eram planos de calha só incidiam sobre a calha sobre o Rio principal esse comando e essa ideia de trabalhar o conceito da bacia e a consequência regulatória do plano para toda a bacia só fortalece o Conselho e só fortalece a gestão de recursos hídricos. Muito  obrigado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** – Deixa eu ver se eu entendi aqui para a gente poder dar um encaminhamento. O  requerimento que foi apresentado na reunião passada sugerindo a errata que não deveria ser recomendação deveria ser diretriz, que é o que foi pedido visto, e  foi analisado e aqui tivemos umas duas manifestações o Minas e Energia como ANA verificam que em virtude desse acordo foi firmado a gente pode rejeitar esse requerimento mantém como diretriz, desde que o acordo que seja referendado pelo Conselho no sentido de que a ANA,  assim que os estudos forem sendo realizados, finalizados libere ou não libere essas áreas para a construção das PCHS, (....). Vou fugir um pouco do protocolo aqui das regras, mas choveu um balancear de cabeça, pelo menos se o MME concorda com isso é isso ANA? Maravilha, então coloca aqui para votação e apreciação dos demais conselheiros. Verdade, vamos discutir primeiro coloca em discussão, meu perdão. Sem dúvida alguma, vou falar sobre o encaminhamento primeiro, o encaminhamento no sentido de rejeitar o requerimento  que foi apresentado para alterar a Resolução 196 mantendo dessa forma diretriz como lá está e não voltando para a recomendação e colocando aí não sei a maneira técnica de fazê-lo, mas que isso como as consequências esse compromisso da Agência Nacional de Águas de editar resoluções de acordo com o avanço do estudo da região hidrográfica e libera ou não liberar a possibilidade das outorgas e construção das PCHS. Então cedo a palavra para os que estão inscritos, já foram inscritos. Mestre de cerimônias? Tem. Por favor, é três minutos, uma única manifestação.

**2h21min57seg.**

**Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -**  Bom dia a todos. Obrigado Ministro.  Parabéns pela reinstalação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu sou Aparecida Vargas representante da ABRAGEL, autora do pedido da errata do plano acompanhado da assinatura de 20 outros membros, nós viemos para cá, nós fomos procurados pelo MME com a proposta feita pelo governo e a gente veio para cá decididos a acompanhar proposta do MME,  sugestão do MME com a proposta pelas justificativas dadas, pela exiguidade do prazo mas diante da apresentação que depois foi feito pela ANA a gente como o autor do pedido a gente não pode deixar de colocar algumas situações que, para nós é importante que consta em ata. Primeiro nessa cronologia que foi apresentada aí pela ANA, a ANA esquece de colocar que nós tivemos uma reunião. Tem dois problemas com as datas aí eu saberia de cor. Nós tivemos uma reunião do GAP entre a reunião do CTIL e a última plenária de dezembro do CNRH aonde o GAP encaminhou um ofício ao CNRH dizendo que concordava com o nosso pedido de errata pelas justificativas por nós apresentado. Nos estranha esse Ofício não está citado na cronologia porque isso é ruim uma vez que esses documentos,  uma coisa é a reunião que nós temos aqui, outra coisa são os documentos que são repassados nacionalmente depois pode trazer, inclusive para nós do setor, algum problema que algumas ações que aconteceram ao longo do ano não estão nessa cronologia, então eu gostaria que constasse em ata o que está faltando nessa cronologia da ANA, um ofício do GAP dizendo que concordava com tudo que nós estávamos colocando inclusive porque nós provamos isso tudo trazendo cópias de atas da reunião do GAP. Uma outra questão que eu gostaria de colocar sobre a insegurança jurídica,  eu acho que a insegurança jurídica trouxe foi o sobrestamento, o Igor foi até bem leve quando ele colocou qual foi o prejuízo que o setor teve sem falar no prejuízo do setor, a própria Agência Nacional de Águas, a Casa Civil, MDR, MME receberam carta do governo de Mato Grosso do Sul informando que ele estava com um prejuízo acumulado de 22 bilhões por conta desse sobrestamento, então eu acho que isso também é importante ressaltar e quando da proposta de condução o senhor colocou que o acordo seria essas resoluções parciais eu acho que é muito importante que fique também, a proposta que o MME  colocou sobre a avaliação de impacto regulatório quando isso fosse tema de algum plano, não quero nem entrar no debate sobre o plano de bacias se é um plano para bacia porque se a gente for entrar nesse debate a gente não poderia nem estar discutindo o plano da Bacia do Paraguai aqui que ele é um plano de trecho de Rio dentro do país, ele é um rio transfronteiriço, então nós não estamos falando de um plano da bacia nós estamos falando de um plano que foi feito para um trecho de rio se a gente tem que considerar os rios interestaduais, estaduais a gente também tem que considerar um rio Internacional e é justamente a falta de reuniões da Câmara Técnica de rios transfronteiriços que  não deixou para nós normativos que a gente pudesse balizar na hora da elaboração de um Plano visto que a 9.433 não permite criar comitê de trecho de Rio. A gente tá com o GAP até hoje porque a gente não tem, hoje, normativo legal que permita a criação de um Comitê da Bacia do Paraguai, por que você não pode criar Comitê de trecho de rio se cria Comitê de Bacia ou de Bacias contíguas, nunca de trecho. E por fim em relação a esse tema eu só queria fazer a leitura de dois itens no parecer da ANA que eu acho que comprova tudo que a gente veio falando na errata independente da gente acompanhar o MME eu acho que é importante inclusive que nós temos membros novos que nos acompanharam. No item 34 a ANA diz ressalta-se que o PP 07 não é uma cópia dos produtos parciais anteriores, mas sim uma integração das informações e uma evolução a partir das discussões ocorridas durante a elaboração do plano de recursos hídricos, no 35 assim ao avaliarem o capítulo de diretrizes para o instrumento de gestão durante a consolidação do Plano, ajustou-se a Redação da diretriz estratégica para outorga em questão com o objetivo de manter a coerência com os demais itens do tópico de que ela faz parte, uma vez que nenhum outro de diretrizes estratégicas iniciava com o termo recomenda-se, então no próprio parecer a ANA admite que ela alterou o texto e é isso que a gente veio pedindo na questão da errata, era justificando que realmente o texto estava alterado e justamente para que a gente não tenha mas esse tipo de problemas futuros eu acho que além dessas duas propostas que foram apresentadas pelo MME,  gostaria de incluir mais uma, gostaria de pedir que a gente incluir-se mais uma , era que nos planos de bacia onde tivesse alguma intercessão alguma ação em termos de ação regulatória que essa ação essa atividade ou essa esse projeto ela fosse precedida de uma avaliação do impacto regulatória, a gente ficasse precedido também de uma avaliação do impacto regulatório para que a gente, foi o que ele que ele solicitou e além disso para evitar esse desgaste que a gente está tendo por conta de alterações de plano na ocasião da discussão dessa errata, desculpa eu estou ultrapassando o tempo dessa errata na justificativa do nosso pedido, nós dissemos que para atender uma demanda que veio da própria Agência Nacional de Águas para que esse plano fosse aprovado, apresentado no 8º Fórum Mundial  das Águas em confiança nós não analisamos esse PP7 nós aprovamos em análise para dar tempo de passar pelo CNRH, e a gente só foi descobrir que esse parágrafo tinha sido alterado quando a gente teve a resolução 64 em mãos. Então para que se evite esse tipo de coisa à gente gostaria de pedir nos termos como é, como acontece na Câmara dos Deputados quando você alterar alguma coisa que apareça uma justificativa, como você vem com uma Emenda alguma coisa que vem uma justificativa e apontando aonde você tá alterando senão você não se considera alterado porque realmente, porque a de convir que é muito difícil você ler todos os relatórios, de um relatório final de um plano de bacia com olhar crítico de desconfiança que não é bom para poder saber se foi alterado alguma coisa foi aprovado antes. E por fim o sindenergia agora é o último mesmo que é o Sindicato de Energia do Mato Grosso pediu que a gente fizesse um comunicado ao CNRH em função também desse assunto que não sei se vocês sabem o sobrestamento nos Estados também tá acontecendo por pressão do Ministério Público, em função de acompanhar Resolução 64 da ANA e no seu CEHIDRO  que é o Conselho Estadual de Recursos do Mato Grosso do Sul uma minuta de resolução espelho da 64 foi rejeitada, mesmo assim por pressão do Ministério Público a SEMA não está analisando os processos que estão no âmbito Estadual. Então sindenergia pede para informar ao CNRH e para constar em ata e protocolara no dia de hoje o mandado de segurança no qual requer a decisão do Conselho Estadual de Meio Ambiente CEHIDRO seja aplicada, qual seja, que não haja sobrestamento dos processos de emissão de DRDH e outorga mantendo a plena vigência aplicação da Resolução 027 de 2009 que trata de emissão de outorga, pois objetiva e não deixar o referido Conselho enfraquecer então eu transmito a mensagem e dizendo que a gente só lamenta muito que essas coisas, caminhe para o âmbito judicial, a gente gostaria muito que tudo continuasse sendo resolvido na discussão na gestão como a gente vem nesses 20 anos de Conselho fazendo. Obrigada. E obrigado por ter concedido um tempo maior e desculpa pelo abuso.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** -  Eu agradeço Aparecida. Algum outro escrito quer falar sobre discussão?

**Senhor Wanderley  Paganini (Prestadores de Serviço Público, de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário)** - Wanderley Paganini Prestadores de Serviço das Companhias de Saneamento.   É só por uma questão de ordem e o que nós entendemos, a ANA fez um cronograma de trabalho no qual, dizendo o seguinte eu vou analisando já vou liberando a pergunta é para ANA, se este cronograma está sendo cumprido e a perspectiva de cumprimento dele para o início de 2020 também e até porque a gente tem subsídio para votar, existe uma um entendimento em que olha eu não vou esperar analisar tudo para entregar para você, vou entregando mas tem um cronograma de trabalho que faz sentido. Só que a pergunta é não ficou claro para mim na apresentação se o cronograma está sendo cumprido e tem perspectiva de ser cumprido?

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Excelente Wanderley. Agradeço. Alguns inscritos antes de passar a resposta?

**Senhor Thiago Brado (Ministério de Minas e Energia)** -  Gostaria só de esclarecer a nossa proposta, são dois movimentos um movimento conjuntural com relação ao caso concreto que a gente tá discutindo para bacia do Paraguai, que é com relação a esse compromisso da ANA com as datas e um segundo movimento de forma estrutural é com relação a essa questão de suspender esses processos aí a consequência seria a avaliação de impacto regulatório. Então são dois movimentos um conjuntural com relação ao compromisso da ANA e um estrutural para que não aconteça sobrestamento de processos no setor elétrico, único inclusive que teve esse tipo de decisão dentro do plano, recai atividades econômicas e serviço público, mas o setor elétrico falando que sofreu esse tipo de sobrestamento. Então com impactos que já foram até apresentados aqui então é ratificando o que são as duas DRHS com as datas e DRHS com a decisão de futuros, para gente evitar esse tipo de conflito porque a gente traz a mesa todos os que são afetados.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** – Obrigado, Tiago.

**Senhor Alexandre Villela (Industria)** -  Bom dia. Alexandre Villela,  Representante Setor dos Usuários  Industriais. Na verdade acho que só para dar um pouco mais de transparência, e  até facilitar a construção do consenso nas propostas futuras acho que o MME também colocou uma proposta que é a questão da revisão da resolução de planos, para que  alguns gatilhos e algumas questões sejam inseridas em uma futura revisão plano como por exemplo essa questão de que como aprendendo com o processo legislativo não é sempre que houver uma alteração uma Emenda que fica em destacadas essa emenda para que todos tenham clareza naquilo que está voltando e não ocorra esse tipo de divergência  ou conflito que acaba sendo desnecessário só acaba tumultuando todo o processo, então na proposta do MME também constou um terceiro viés que essa questão da Abragel, no sentido de que na revisão da resolução do plano assim que as Câmaras Técnicas foram recompostas que o Plenário já indique para essa Câmara alguns fatores que surgiram aqui no Plenário e posso ser considerado nesta revisão para dar mais segurança e facilitar a construção do consenso nesse tipo de conflito principalmente naqueles locais onde não houver o Comitê instalado e,  onde houver um relatório final alguma divergência em relação aos relatórios parciais que isso venha na forma de destaque explícito e para todos os membros tenham bastante clareza e tranquilidade daquilo que estão votando sejam favoráveis ou contrários, então adicionaria a essa proposta nos encaminhamentos. Muito obrigado Presidente.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Ok! Agradeço Alexandre. Sérgio, que se pronunciar? Sérgio que se pronunciar só para solicitação que foi feita pelo Vanderlei se há o cumprimento, em que situação que está.

**Senhor Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Agência Nacional de Águas ANA)** - O cronograma, ele foi proposto pela própria Agência e está sendo seguido arrisca que seja uma primeira nota técnica em novembro já foi feito já foi objeto de uma Resolução da ANA e as demais áreas serão concluídos os estudos nas datas já mencionados no cronograma está sendo cumprido à risca.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Mas essas datas só para entender, são publicadas numa resolução, tem algum lugar, apresentação?

**Senhor Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Agência Nacional de Águas ANA-)** essas datas, elas são as datas da conclusão do estudo técnico, a publicação da resolução aí depende do rito da própria Agência de apreciação da sua diretoria colegiada. Mas provavelmente deve ser concomitante ou coincidente com essas datas.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** A minha dúvida só saber se essas datas ficam de conhecimento de todos, que já está pré-determinado, pré-estabelecido. Quais são as datas previstas.

**Senhor Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Agência Nacional de Águas ANA) -** SIM.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Publico dessa apresentação é isso. Alguém mais? Não. Pois não Wanderley.

**Senhor Wanderley  Paganini (Usuários os Prestadores de Serviço das Companhias de Saneamento)** - Para que tenhamos segurança na decisão,  eu acho que tem, que constar da apresentação da Ata e que conste formalmente estas datas e me preocupo um pouco a formalidade, Presidente, o GAP entre o estudo e a  publicação, então se puder clarear um pouquinho isso daí para nos ajudar a tomar a decisão.  Estamos todos aqui para auxiliar, para construir, mas eu acho que nós temos que ter segurança e que conste em atas o que estamos discutindo aqui.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Isso já está. Porque tudo isso já vai ser registrado para que não tenha nenhuma dúvida. Porque assim a manifestação a única. Vocês querem fazer alguma coisa em relação ao que foi questionado aqui, alguma posição?

**Senhor Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia- MME) 3ª Manifestação do MME** -  Só lembrar que nós temos dois membros conselheiros titulares representaram tanto as áreas de elétrica quanto a área de mineração. Mas só gostaria, claro que a minha segunda intervenção, mas gostaria de ratificar o entendimento de que o acordo foi feito para que essas datas correspondessem às datas de emissão de resolução, nós não podemos firmar em hipótese alguma um acordo sem efetividade, a conclusão de estudos sem redundar um ato regulatório, não nos atende de forma alguma. Então o ato regulatório nós entendemos que deva ser emitido conforme essas datas era nosso entendimento atual.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Tudo bem! A dificuldade que eu entendi é que se os estudos têm previsão, mas não é uma garantia firme que o estudo vai acabar naquela data e por isso que não pode se garantir exatamente que a resolução sairá depois mas tem um prazo mínimo aí entre a finalização do estudo edição da resolução, mas acho que isso a ANA não contesta depois que o estudo está finalizado, analisado a resolução vira logo em seguida, então acho que esse é o compromisso. Mas concordo a gente coloca isso em Ata, alinha aqui o texto, para que fique claro.

**Sr.ª não identificada** -  Aparecida Vargas eu estou dizendo que o que o que é nosso acompanhamento a proposta do MME foi ao entendimento que essas datas eram de resolução,  porque dizer que o estudo termina em Maio de 2020 isso desde a resolução 64 já vem dito, dizer que resultados parciais serão apresentados e liberados e isso também desde 2018 tá escrito na 64 e a primeira que foi liberada foi agora em novembro de 2019,  então nós estamos há 5 meses de vencer a resolução, o acordo que a gente fez com os empreendedores é que eles teriam essa garantia, esse alívio de ver que esse sobrestamento. Quando a gente cai o sobrestamento a gente não tá dizendo que vai ser tudo aprovado o que  a gente está dizendo que os órgãos gestores vão analisar a luz do resultado dos estudos é minimamente isso que a gente quer, que os projetos sejam analisados como acontece no projeto que corriqueiramente normal em qualquer outro uso, lembrando que o setor hidrelétrico foi o único uso que tá sobreestrado dentro da Bacia do Paraguai com o plano que aponta que o maior uso que impacta a bacia é o setor de saneamento.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Só para deixar claro, a ANA, ela assessora diretamente à Presidência, com a mudança da estruturação então por isso que a ANA pode fazer vários apartes aqui, como Agência Reguladora e Suporte Técnico à Presidência. Ricardo vai lá.

**Senhor Ricardo Andrade (ANA) -** Aparecida, nós não temos nenhuma divergência o sobrestamento, é até maio de 2020, a partir daí as análises serão feitas de acordo com os resultados dos estudos, sim se houver os resultados serão avaliados e haverá resoluções que liberam áreas conforme já aconteceu durante a execução do serviço, a ANA em nenhum momento faltou com a palavra, o compromisso da ANA assumido foi esse. Uma resolução da ANA e a ANA vão cumprir como que está na resolução. Em maio de 2020 a resolução perde o seu efeito e qualquer avaliação será feita de acordo com os resultados do estudo.

**Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -** Ricardo o que nos foi apresentado na proposta da ANA inicialmente inclusive ela apresentou a primeira resolução em novembro e apresentou mais três outros prazos.

**Senhor Ricardo Andrade (ANA) -** Sim,

**Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** -  Para a resolução cair sobrestamento dessas áreas, e aí o Sérgio para atender a dúvida do Vanderlei ele vira e informa uma coisa diferente do que chegou a gente é essa que tá sendo a dúvida. O mais importante é que a gente tem a resolução publicada.

**Senhor Ricardo Andrade (ANA)** O mais importante é que essa resolução tem validade até  31 de Maio de 2020, em 1º de Junho a resolução perde a efetividade e as áreas estarão sendo analisadas conforme.

**Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Então para que o acordo!

**Senhor Ricardo Andrade (ANA)** Não, o acordo é que ao avançar nos resultados nós vamos liberando as áreas como já aconteceu, antecipando o sobrestamento em áreas que podem ser e já estão sendo analisadas e mais um detalhe essa resolução afeta rios de domínio da União.

**Senhora Maria Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL)** - Nós já explicamos que ela não afeta o domínio de estado, por que a ANA mandou resolução. O Estado está pedindo para acompanhar.

**Senhor Ricardo Andrade (ANA)** - Não a resolução é Rio de domínio da União, isso é muito claro nós não temos nenhum mandato sob o domínio do estado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Só para deixar claro entendia que situação dos cronogramas, resolução perde efeito em maio 2020. Ela tem data, tem vigência o que a ANA fez justamente em virtude de toda a pressão que vinha recebendo do setor é fazer o seguinte, não vou esperar finalizar todos os estudos para poder liberar se tiver estudos parciais e aí põe esse cronograma que já possa liberar essas áreas que a gente tira e parcialmente sobrestamento que isso foi feito com a primeira resolução, já foi feito, o que vai ser feita ao longo do tempo até chegar em maio 2020, não é isso, Sérgio? E outra coisa essa questão clara, que as Agências Reguladoras Estaduais acabam acompanhando a linha da União, mas não por uma força normativa, é mais por uma questão de segurança, e modelo, então isso acontece mas não é porque a ANA está fazendo ingerência sobre a gestão estadual, porque não pode, mas claro que uma resolução da ANA, claro que as agências reguladoras estaduais também acompanha, o acompanhamento de decisão da própria Agência Reguladora Estadual que cada estado cuida. Sergio vamos fazer a última intervenção.

**Senhor Sergio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Agência Nacional de Águas ANA) -** Só recuperar Ministro assim, que o mais importante que  o conceito do todo plano que foi discutido ao longo de todos esses anos é que as análises uma vez liberadas ao sobrestamento em determinadas regiões da bacia, contem com os resultados,  o mais importante é termos esta base técnica à disposição dos órgãos gestores para podermos fazer análise, esse é o propósito disso tudo, ou seja então o cronograma e a nossa responsabilidade é ter esta base técnica quanto antes melhor para podermos fazer as análises em cima e com base nesses dados.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Entendido, não adianta você tirar o sobrestamento que na análise para fazer ou não a liberação vai depender dos estudos que estão sendo feitos. Eu acho que isso tá ok. Alguém mais para discussão que não se manifestou ainda não só para colocar aqui o encaminhamento vai colocar, MME é quarta que vocês se manifestam.

**Senhor  Guilherme Godoy (Ministério de Minas e Energia - MME)** Primeiro suplente  da vaga do setor elétrico. Só para deixar claro o qual foi o nosso entendimento que à medida que os resultados dos estudos iriam sendo concluídos e houvessem áreas que pudessem ser sobrestadas a ANA, se comprometia de imediato instruir o processo para sobrestamento esse é o entendimento.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** -  Está OK pessoal esse...

**Sr.ª não identificada** - Começo falhando, sem microfone….  Depende de reunião colegiada depende do diário, então são fatores variáveis que extrapolam o nosso controle de modo que eu não tenho como garantir dia  da publicação da resolução que a gente tem aqui e como dá o compromisso de quê em sendo analisado o estudo em seguida será dado o início do trâmite para publicação da resolução.

 **Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do   CNRH)**  - Então vamos eu vou tentar desenhar assim me corrija se eu estiver errado,  mas pelo que eu entendi é uma preocupação grande em relação as resoluções de revisão dos planos das bacias das regiões geográficas por dois  motivos, uma necessidade de quando houver alteração, que isso fique em destaque, fica em evidência para facilitar a análise pelo Conselho e também essa análise prévia dos impactos regulatórios que essa mudança pode trazer, se todos estão de acordo o encaminhamento,   vai nessa linha. Então, primeiro o requerimento para mudança da errata entre recomendações e diretrizes, hoje está diretriz só para que todos tenham ciência eu vou colocar aqui em votação se a gente aprova ou rejeitar este requerimento que pedia a alteração de diretriz para recomendação condicionada,  calma, o encaminhamento primeiro a gente preciso primeiro encaminhar o requerimento que aqui não está pendente de aprovação não posso simplesmente ignorar que ele existe então primeira votação tem que ser sobre o requerimento se a gente aceita ou rejeita o requerimento de mudança da errata. Agora sim podemos fazê-lo  condicionado como foi colocado, condicionado a uma melhoria do processo de revisão dos planos que tem esta análise prévia do impacto regulatório e que também qualquer alteração do texto que venha das câmaras, que fica evidenciado para deliberação do Conselho, eu coloco dessa forma o encaminhamento então só para deixar claro a todos os conselheiros. O requerimento é para alteração do que está na resolução,  hoje está diretriz, o requerimento pede que seja alterado para recomendação. O requerimento é que para com isso colocando junto à melhoria do processo de alteração da revisão dos planos então coloca em votação para aprovação ou rejeição deste requerimento.

**Senhor Wanderley da Silva Paganini ( Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário** - Desculpa só para colaborar e para facilitar,  pra gente votar de alma branca e tranquila, sabendo que nós estamos votando,  eu acho um pouco fluido e dizer que nós não temos controle sobre o prazo da publicação.  Se pudermos aqui já está estabelecido a ANA já disse que vai cumprir a análise técnica tá entendido né,  mas se pudermos ter constando em ata minimamente uma perspectiva de prazo entre análise e a publicação eu acho que auxilia,  porque nós votarmos em um voo cego eu acho que fica complicado. Desculpa eu não falei meu nome na Instituição,Wanderley Paganini, Usuários Prestadores de Serviço,  perdão.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** -  Obrigado Wanderley.  Eu entendo a posição, assim agora entendo. A gente pode colocar em ata um compromisso médio, uma expectativa que a Ana tem de 60 dias, de 30 dias a partir da finalização do estudo só que a gente precisa colocar uma ressalva que isso pode variar evidentemente não pode ser algo taxativo que é Reserva do Impossível, às vezes não é possível que isso se cumpra então a gente não pode fazer uma norma que não é possível ser cumprida, mas a ANA tem alguma objeção para colocar um prazo? 60 dias são razoáveis?  Mas, Aparecida, a máquina pública ela tem suas dificuldades e a gente não consegue fazer tão rápido existe um todo processo para ser instruído, assim vamos chegar também no meio termo no bom senso, vocês querem um prazo em cima da finalização do estudo a partir da finalização um prazo para esse processo todo correr e poder editar resolução. Lembre-se que a ANA também é um órgão colegiado que uma diretoria, com prazos, tem várias análises têm que ser feitas tem a questão jurídica que analisada, então tem todo um processo que tem que encaminhar assim eu estou perguntando para ANA, 60 dias é razoável a gente pode abaixar um pouco colocar 45, 30 é possível 30? Sim, 30 dias a ANA concorda em ser um prazo que é a meta a ser buscado, mas claro que pode ser alterado por outras contingências, desse jeito Ok? Posso colocar na votação, o encaminhamento, então a aprovação do requerimento que pede a alteração da resolução 196 de diretriz para recomendação colocadas demais condicionantes aqueles que aprovam, concordam. Vou falar ao contrário que a rejeição maior aqueles que rejeitam o requerimento permaneçam como estão eu aí entendi que é  maioria então: Está rejeitado o requerimento com a ressalva de que conste em Ata o aprimoramento da análise das revisões dos planos para quê primeiro qualquer alteração fica em destaque quando vem da câmara para que o conselho possa deliberar sobre os destaques especificamente e também faça uma avaliação prévia dos impactos regulatórios então, o requerimento está rejeitado com essas ressalvas constantes em atas. Pois não.

**Sr.não identificado -** Só para esclarecimento essa proposta de incluir análise de marco regulatório como obrigatoriedade para os planos isso é matéria para uma nova deliberação não tem nada a ver com a resolução que nós acabamos de... Estou entendendo que isso é apenas uma recomendação porque visto que se vai mexer com os planos e tornar algumas coisas obrigatórias tem que ser motivo de uma deliberação, discussão aprofundada neste conceito. Estou entendendo dessa forma.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Uma proposição ainda a ser analisada, porque aqui é o condicionamento,  foi condicionar que é uma proposta que se analisa os efeitos regulatórios na revisão do plano, o senhor coloque que tem que liberar sobre se isso realmente vai ser...

**Sr. Não identificado** - Passar por um processo, inclusive é de interesse dos comitês de bacias em primeiro lugar.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** É razoável a gente coloca na Ata e se a proposição é que faça essa análise, então isso vai ser encaminhado pelas câmaras técnicas aqui responsáveis para verificar se é possível tanta questão do destaque quanto a questão da análise do impacto regulatório prévio, ok! Entendendo essa errata, agradecendo essa contribuição. O requerimento foi rejeitado vou passar aqui para o próximo item, esse eu acredito que seja um pouco mais simples é a Moção nº 72 foi uma Moção que foi feita ad referendum assinado por mim inclusive, quando o desastre de Brumadinho no dia 25 de janeiro o que aconteceu a Moção basicamente ela recomenda a todos os órgãos fiscalizadores que reforcem as ações junto às suas barragens que também abre um espaço para que pudesse encaminhar uma necessidade adicional de auxílio técnico para que o governo federal pudesse auxiliar aqueles órgãos fiscalizadores estaduais. Então nesse caso só peço aí a compreensão do Conselho por ter feito de forma isolada, pessoal e não deliberado pelo conselho, mas foi urgência da situação, não trouxe nenhum tipo de obrigação era uma recomendação a gente tomou esse cuidado para que a gente recomende- se os demais órgãos, então eu coloco aí primeiro em discussão, se alguém que se pronunciar sobre a moção especificamente sobre a questão do ad referendum, alguma manifestação não coloca em votação aqueles que referendam a Moção 72 permaneçam como estão. Referendada a Moção, agradeço a compreensão de todos, digo que este expediente do Ad referendum, vai ser usado com muita cautela não a ideia não é ir além do que o conselho determina finalmente a gente vai para apresentação do relatório de segurança de barragens que é compilado e coordenado pela Agência Nacional de águas, um item de extrema relevância em virtude dos últimos acontecimentos os olhos do Brasil estão voltados para segurança de barragem o próprio conselho agora tem uma câmara técnica específica para esse fim e com isso eu cedo a  palavra, que peço primeiro que a gente Agência Nacional apresente o relatório depois a gente discutir aqui um pouco sobre os resultados desse relatórios dados apresentados quem da ANA que vai apresentar? Olha, a gente tem aí tem que ser rapidinho 10 minutos.

**Senhor Rodrigo Flecha Ferreira Alves (Agência Nacional de Águas- ANA) -** Vou voar aqui Ministro. Fala em segurança de barragem, significa falar em desenvolvimento socioeconômico, significa falar em segurança energética, segurança hídrica, e significa dizer também que é um tema complexo e multidisciplinar. Pode! Bom aqui é só para deixar claro quem que é o  fiscalizador, eu acho que todos já sabem que é o fiscalizador, e que não há hierarquia entre esses fiscalizadores, ou seja, em particular Agência Nacional de Águas não tem prerrogativa de colocar nem uma condicionante para os demais fiscalizadores, e é importante dizer também que em função das características de cada barragem o mundo muda se nós temos uma barragem para geração de energia hidrelétrica nós temos a água exerce um papel de ativo praticamente para aquele empreendedor.  Isso muda completamente o cenário está certo, assim como para barragem de mineração que é a ponta da linha entendeu, abordagem completamente distinta também para as barragens de resíduos industriais e no que diz respeito às barragens de uso múltiplo a água, muitas vezes é ativo e na maioria dos casos que a gente tem percebido acaba sendo um passivo tá certo porque você não tem como recuperar aquele empreendedor do barramento não recupera seus custos de operação e manutenção. O relatório de segurança de barragem é um instrumento da política nacional de segurança de barragem e está  também escrito dentro de um programa de educação e comunicação em segurança de barragens que Agência Nacional de Águas já está conduzindo esse programa, ele é elaborado anualmente pela ANA com informações provenientes dos órgãos fiscalizadores tá certo, ANA não audita essas informações encaminhadas ela recepciona essas informações e em alguns momentos ela faz algumas verificações a periodicidade anual de Janeiro a Dezembro, a ANA encaminha ao CNRH de maneira consolidadas esse relatório o CNRH faz uma apreciação deste relatório emitindo um parecer e encaminha ao Congresso Nacional e ele tem a função basicamente de registrar os avanços da política nacional de segurança de barragem.  E aí é importante dizer Ministro que o RSB precisa de ter consequência regulatório quando o RSB é concluído e muitas das ocasiões desde 2011 a equipe da Superintendência de regulação da ANA vai ao Congresso Nacional apresentar o relatório mas a gente não vê o dia seguinte não vê as consequências regulatórias de um relatório tão importante como esse que é elaborado e nós estamos editando relatórios desde 2011 já é, muito importante deixar claro esse papel aí do Conselho Nacional de Recursos Hídricos no que diz respeito a zelar pela implementação da Segurança de Barragens como o senhor colocou, esse zelar acaba sendo um pouco vago a gente precisa de dar passos mais fortes e mais céleres  nessa questão isso eu tenho dito em todas as apresentações anuais que eu faço aqui nesse plenário do Conselho, o ciclo de elaboração é esse que está colocado, e ele, a ANA em 30 de dezembro, 30 de setembro ela estabelece o conteúdo das contribuições, definem os formulários padronizados e encaminha aos fiscalizadores sendo que os empreendedores têm que encaminhar informações as suas respectivos órgãos fiscalizadores até 30 de Janeiro para que os fiscalizadores encaminha essas informações a Agência até 30 de Abril, em 31 de agosto esse ano foi atípico em função da reestruturação do Conselho, nós teríamos que encaminhar a ANA tem que encaminhar RSB de forma consolidada ao CNRH esse ano foi bastante atípico e o ciclo recomeça novamente o CNRH ao final de cada ano ele tem que apreciar o relatório para que a gente possa avançar sobretudo nas consequências regulatórias com reservatório do relatório dessa natureza tem que apresentar o conteúdo eu não vou entrar em detalhes a gente Segue o conteúdo da Resolução 144.  É desnecessário acho que os senhores podem ler aí passa desde cadastro sobre a relação das barragens que apresentam categoria de risco alta etc, e passando inclusive um detalhamento de todos aqueles fiscalizadores que encaminharam informações a ANA e também os recursos orçamentários esse é um dado que já tá colocado pela resolução do Conselho, o relatório daí desde 2011 os dois primeiros, 2011 2012 e 2013, a gente teve como foco bastante os fiscalizadores, 2014 e 2015 o foco foi nos cadastros barragens, 2016 naquelas barragens que mais preocupam, 2017 implementação da política e 2018 na comunicação sociedade, sem esquecer os outros aspectos relativos ao cadastro, eu não sei aqui se todos já conhecem esses relatórios, mas é importante que todos aqui sobretudo os novos membros possam baixar esses relatórios do nosso sistema de informação www.ines.gov.br ele já falei que ele compreende esse período, ele não inclui Brumadinho vai ser abordado futuramente, reúne e analisa informações de 35 órgãos fiscalizadores sendo que são 32 efetivos na prática, outros três, a CPRM, A FEPAN e o Ibama que não possuem declaração não possui a barragem de resíduos industriais e ele busca incorporar as recomendações técnicas do parecer do GT do CNRH, esse Parecer Técnico nº 1. Aquelas que foram consideradas pertinentes já que o papel do Conselho é apreciar o relatório, e agora ele procura também passar uma informação por leitor de forma mais fácil, tem que buscar a transparência com a sociedade já que o papel da sociedade no processo de segurança de barragem é fundamental sobretudo no que diz respeito aos planos de contingência associados a Defesa Civil também. Demos uma nova cara ao RSB 2018, no formato muito na linha com Sérgio mencionou dos Relatórios de Conjuntura, dar uma nova editoração para que pudesse ter uma compreensão melhor por parte dos leitores, trabalhamos com infográficos, trabalhamos com diagrama de rodapé e uma exceção final perguntando a sociedade e o que que eu tenho a ver com isso entendeu. É para colocar essa importância das barragens de suas perspectivas seguranças, está aí a cara do sumário a gente passa pelo capítulo 1 a barragem e seus usos, o capítulo 2 segurança de barragem, trata basicamente como essas barragens são avaliadas, a classificação, os cadastros, a gestão de barragens no capítulo 3, o quer que é a política propriamente dita da segurança de barragem, as segmentações, a fiscalização, a classificação, as constatações atuais do capítulo 4, e as recomendações, conclusões  no capítulo 5. O capítulo 1 ele aborda, basicamente, explica o que é a segurança de barragem, apresentam também os principais problemas, os mais rotineiros que estão colocados nos barramentos ele aborda também os principais usos distribuída e registrando como eu coloquei no início que mais de 90% das nossas barragens, são barragens de usos múltiplos no Brasil que são dessedentacão de animais, abastecimento humano, e outros usos como recreação e etc. E são barragens sobretudo de porte pequeno e médio e isso muda muito a sustentabilidade financeira da operação e manutenção que um dos grandes desafios que nós temos. O capítulo 2 aborda basicamente, nós tínhamos no RSB de 2017 um conjunto de 24.092 barragens esse ano caímos para 17.604 porque o estado de São Paulo declarou o número, retirou do seu cadastro um número importante de barragem basicamente, e é importante dimensionar aqui todas as barragens devem estar cadastradas no Sistema Nacional de informações sobre segurança de barragens independentemente do porte independentemente de estarem ou não escrita submetidas a política nacional de segurança de barragens e que 61% destas barragens ou cerca de 10.812 não possuem informação suficiente para se dizer se ela se submetem ou não a política nacional de segurança de barragens ou seja  tem muito caminho ainda a ser percorrido. No capítulo 2 a gente aborda com foco na recomendação do CNRH a gente dá um foco naquelas 4.830 barragens que foram, estão submetidas a política nacional de segurança de barragens como eu disse sendo que o dever de casa avançou bastante no diz respeito ao setor elétrico e a mineração a ANMP tem trabalhado forte também junto com ANEEL juntos na questão da fiscalização, o número maior de os empreendedores que possuem um número maior de barragem sujeitos ao SPDENOX com 247, a Vale 120 ,a companhia gerenciamento de recursos do Ceará com 93 Paraíba com 71, codevasf 52, Compesa 39 e a BASE 34. E cerca de 2.399 é o número de empreendedores com barragem sujeita PSB, ou seja, do total de 4830 alguns empreendedores têm mais de duas barragens como pode ser visto aí no nosso slide. O capítulo 3, ele explica o que é a política nacional quais são as bases submetidas à política e os fiscalizadores que existem 44 potenciais fiscalizadores e que 32 efetivos na prática e aí nós temos um problema grande que 75% dos órgãos fiscalizadores basicamente os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos possuem uma equipe de no máximo quatro pessoas e com a dedicação que nem sempre é exclusiva e esse é um problema grave viu Ministro que faz com que necessite estruturar mais uma vez apesar do grande apoio que a ANA tem fornecido através  do Programa do Progestão, eu acho que esse aí é um gargalo importante, a ANA em particular nós temos 10 pessoas envolvidas a capacitação, ali do lado caiu bastante mas pós acidente, Brumadinho e com o programa de educação e comunicação que a ANA estruturou recentemente esse ano basicamente a gente vai ter um número bastante elevado no ano de 2019 nós vamos ter basicamente quase que 20 mil horas, o homem de capacitação com diversos cursos, né Cristiane que a gente estruturou, diversos eventos, diversos workshop também. Fizemos curso em vários estados por fim está aí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, participação do Ceará Piauí, no sul, Porto Alegre, Paraná, Santa Catarina, Goiás Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, foram cursos focados em expressão regular de segurança de barragem. Mas sete, a questão da regulamentação eu não vou entrar em detalhes, mas basicamente já não é um desafio, mais basicamente é poucos órgãos fiscalizadores de segurança. Me dar mais um tempinho porque senão eu não concluo, com o tempo, o debate anterior foi grande. Então a questão da regulamentação eu acho que já não é o nosso gargalo mais aí é só um Panorama de como é que a gente tá no que desrespeita a regulamentação do plano de segurança de barragem do pai do das expressões de segurança regulares e da revisão periódica de segurança de barragem, nós precisamos avançar muito na fiscalização,  eu acredito ainda 2018, 928 barragens foram fiscalizados é um número muito reduzido, mas acredito que com a emoção que foi lançada e referendado aqui em 2019 acredito com a Moção que foi lançado, referendado aqui em 2019 acredito que esse número não vai ser bastante superior aí tem uma tabela de quem mais fiscalizou a ANM com 214, ANEEL 140, a Naturatins também teve um avanço importante com 147 fiscalizações, ANA com 64. Apesar de que a ANA possui só 108 barragens em Rio que são escritas na PMSB, o cadastro também avançou do Snib, avançou muito lentamente em 2018 cerca de 1700 Barragens foram inseridas totalizando 3116. Mas como nós tiramos Ministro a trava da outorga da autorização do cadastro e a gente colocou para esse ano nível de completude das informações diferenciado hoje nós já temos cerca de 18620 barragens inscritas no Snisb em 2019 e a gente colocou uma graduação com relação ao nível que concretude de informações. 18316 e 11619 e 18618 e a gente estava avançando o bastante, mas a gente colocou uma graduação também no Snib e com relação a completude de informações é um indicador Variant 1 até 5, 5 seria aquele fiscalizador que está fazendo todo dever de casa, nível 1 aquelas informações mínimas que uma barragem tem que ter, como Unidade da Federação coordenadas e coisas dessa natureza, a gente apresenta também 6577 barragens classificados quanto ao DPA 5086 classificados quanto à categoria de risco sendo que 68% dessas barragens são submetidas a PMSB e apresentam DPA alto, 23% são submetidas com a categoria de risco alta e 19% das barragens cerca de 909 possui categoria de risco e dano altas concomitantemente,  só aumentou um pouco 26% em relação ao relatório do ano passado e avaliação da pontuação com relação à categoria de risco que foi solicitada pelo conselho a gente apresenta e não para todo o universo das 5086 barragens mais para cerca de 50% os maiores problemas, os maiores motivos pelos quais as barragens foram classificados como criar ou são esses, primeiro por falta de informação e a gente precisa de avançar nisso segundo no que diz respeito a anomalias com grave deformação e recalque, terceiro anomalia grave, percolação e anomalia grave no vertedor, o quatro aspecto. É no que diz respeito à implementação dos instrumentos 27% das barragens são os benefícios da pnsb possui o plano de segurança barragem 25% realizar ao menos uma inspeção 33% das barragens com DPA alto já elaboraram o Pae e a maioria dos PSBS e dos Paes eles têm vindo do setor de mineração e do setor de energia elétrica como era de se esperar pelo caso de Brumadinho pela questão da água ser um ativo para geração de energia elétrica, a evolução tá aí o quadro mostra essa evolução, sobretudo com relação ao pai 1088 barragens já com o pai estabelecido, mas esse é um dos desafios porque é importante que o plano de ação emergencial esteja acoplado ao plano de contingência que é um papel da Defesa Civil e esse no meu entendimento é um dos maiores desafios hoje, na sequência aí tem um espaço também dentro do relatório para que os respectivos fiscalizadores respondam essas duas questões que estão colocados o que evoluiu em 2018 com relação à implementação da política e quais foram as principais melhorias adotadas no que diz respeito à segurança de barragens por cada fiscalizador  e também alguns fatos atuais a gente sempre abre essa sessão nos relatórios desde sempre não, desde 2 017 gente abriu a gente pergunta aos fiscalizadores quais são aquelas barragens que mais preocupam de acordo com critérios próprios e nesse ano de 2018 nós tivemos 18 fiscalizadores que reportaram 68 barragens em situação crítica em 17 estados contra 45 que apresentaram em 2017, quer dizer são informações fornecidas por cada fiscalizador a partir de critérios próprios, a questão dos recursos aplicados também Ministro os recursos estão muito baixos também a gente precisa da questão é uma reclamação genérica pelo país afora já que a gente não tem sustentabilidade financeira sobretudo para aqueles açudes públicos e açudes de pequeno e médio porte, a gente já discutiu uma ocasião isso a questão da taxa de fiscalização e também a taxa pela prestação do serviço de reservação e regularização, é algo que a gente precisava de incorporar também, evolução do número de acidentes e incidentes reduziu, mas não significa muita coisa isso , é mais uma constatação não significa que a gente esteja fazendo dever de casa é mais uma constatação e muitas vezes também por ausência de informação que é um problema grave. Para concluir tem 11 conclusões nesse RSB de 2018 e eu vou tentar aqui resumir para vocês a primeira aborda a questão dos fiscalizadores que eles precisam de avançar no refinamento dos seus respectivos cadastros, regularizando... As barragens, todas tem que ter outorga gente precisa de conhecer toda a parte hidráulica, hidrológica de cada barragem, e identificação de empreendedores também, o segundo ponto diz respeito à necessidade de estruturar os fiscalizadores, que eu já falei as equipes tem que ter quadro permanente a rotatividade é péssima a gente tem envolvido isso muito, gente capacita equipes,  imediatamente alguns meses depois a gente tem a perda desse técnico, então tem uma rotatividade e os estados sobre todos os órgãos os 27 órgãos gestores de recursos hídricos tem que ter equipes exclusivas e estruturadas para avançar na questão da fiscalização, é importante também que a fiscalização documental e em enloco seja realizada, os fiscalizadores tem que ter um plano anual de fiscalização e um plano plurianual sei que a equipe é pequena, não vamos ficar no chororó, vamos priorizar aquelas barragens que apresentam que são mais problemáticas. Estou tentando passar aqui, mas não estou conseguindo. O quarto e item, já quase encerrando, a questão dos fiscalizadores tem que articular com a Defesa Civil é muito importante isso e recentemente ACEDC, isso fez um evento importante que nós tivemos a participação de mais de dez defesas civis estaduais a questão de integração dos planos de ação emergencial e dos planos de contingência esse tema ainda não tá superado ainda a gente precisa de avançar e a gente precisa também de Defesa Civis municipais que estejam estruturados, esse é um grande problema, o item cinco os fiscalizadores ainda precisam complementar o seu cadastro. Faltam muito ainda esses cadastros tem que estar no Sistema Nacional de Informações para que a sociedade possa efetivamente ter acesso a essas informações, no item 6 Ministro essa é para o senhor, nós precisamos de fortalecer o Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que ele possa efetivamente fazer o seu papel não só de zelar, porque zelar é muito frouxo, mas sobretudo de trabalhar na linha de um papel mais proativo que tenha consequências regulatórias, é necessário também o nosso item 7 e que seja criada uma rubrica orçamentárias específica para que a gente possa efetivamente saber qual o recurso que foi aplicado nesse contexto se não a gente fica sem informações concretas o oitavo item diz respeito à questão de disponibilizar as documentações relacionadas a revisão periódica de segurança de barragem, expressões segurança regulares ou especiais e checar  junto aos empreendedores para verificar efetivamente se essas anomalias essas estão sendo efetivamente executadas, o item 9 aborda uma questão importante que a gente precisava de focar um pouco nós deveríamos ter como indicadores de efetividade da política implementação dos instrumentos e os resultados da implementação desses instrumentos e realizados pelos empreendedores, é muito importante isso, o décimo item de conclusão e recomendação aborda basicamente é a falta de recursos para empreendedores públicos sejam federais, estaduais ou municipais e a questão que a gente coloca no 11º item da sustentabilidade financeira como eu já falei a necessidade do fiscalizador ter uma taxa de fiscalização para fazer o seu dever de casa, assim como ANEEL tem o hoje, tem uma taxa da fiscalização da geração e também uma tarifa pela prestação do serviço de reservação e regularização, tem inúmeros outros desafios que a gente poderia apontar aqui como eu já mencionei alguns: Estruturar as Defesas Civis, a questão de abordar as barragens em Cascata que é um problema que a gente precisa de avançar ainda, o aperfeiçoamento da legislação que a gente já teve a oportunidade de abordar a questão de infrações e penalidades, governança, os critérios de classificação que precisam ser revisados. Estou quase Cris, espera aí um minutinho. Só vou fazer o meu papel aqui. E a questão da necessidade que eu acho Ministro que a gente: Barragem não é para amador a gente precisa de um corpo é a barragem as pessoas que trabalham e a gente tem um acordo de cooperação técnica com o CDBD, e o comitê brasileiro de barragens, cada barragem tem o seu DNA cada barragem tem a sua impressão digital e a gente precisa de corpo técnico remunerado, específico para fazer auditagem para fazer emitir pareceres e para fazer uma série de outros trabalhos, eu já coloquei isso para o senhor algumas ocasiões e finalmente aqui a nossa equipe a nossa coordenadora da Coser- que a coordenação de regulação de serviços públicos segurança de barragem do Fernando Laus que tá ali Fernando por favor levanta o braço que a mãe do relatório de segurança de barragem o pai é o André Petri nosso técnico especializado em Recursos Hídricos  e a equipe toda da Coser o Alexandre Éderado , o Márcio Bonfim a Maristela e o Francisco Carlos e que atuaram bastante forte também na elaboração deste relatório estamos aqui à disposição Ministro para eventualmente em caso de dúvidas sanadas.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Agradeço muito, Rodrigo. Eu não vi a Fernanda. Cadê a Fernanda? Parabéns Fernanda e toda a equipe. Senhores eu vou ser muito breve aqui nos comentários, concordo quase em tudo com o Rodrigo. Tenham em mim uma pessoa que defende a fiscalização pública eu acredito que essa relação público-privado ela é muito positiva mas tem que ter uma regulação e tem que ter a presença do estado, um  estado capacitado, técnicos treinados que possam falar de igual para igual muitas vezes com empresas bilionárias e que vão lá pagar auditores que ganham verdadeiras fortunas, mas que tenha a capacitação por isso que a gente defende a capacitação não só nacional como internacional para que os técnicos, auditores dos órgãos de fiscalização cheguem com presença com gabarito que possam realmente falar ou tem que ser assim tem que ser assado, não adianta vir um consultor de uma grande empresa porque eu sou a representação do Estado, e isso é essencial acho que muito tem que avançar na fiscalização do Estado nesse sentido. Financiamento nem se fala, é essencial a gente buscar fontes mais da eu gostei muito primeiro resultado do prático eu acho que o Conselho, um Conselho Político, nós temos aqui definições técnicas, mas tem que usar a força de um colegiado desse tamanho para interagir com Congresso Nacional, fazer com que essas pautas de regulação de avanço normativo e legislativo aconteçam, isso então o relatório tá chegando a ANA, mais que a gente simplesmente tomar conhecimento que como Conselho que realmente a Câmara Técnica de Segurança de Barragens avalia essas recomendações se entender pertinente referende e que a gente faça isso entregue de fato ao Congresso Nacional, mas entregue com a chancela de todos nós falando da necessidade prática que isso aconteça, se há uma necessidade de alterar alguma norma que isso fique claro na nossa manifestação, nisso, uma sugestão a câmara técnica e quando faça essa  análise do relatório que realmente olha essas recomendações finais e transforme em algo que seja efetivo para a gente levar para o Congresso eu acho que é importante a gente entregar o material que o Congresso saiba o que precisa fazer caso assim decida fazer, não podemos obrigar a gente pode mostrar o Caminho das Pedras em relação a transparência parabenizo a equipe eu acho que é esse o caminho é transformar dados técnicos em dados que são viáveis para população para que a população começa a conhecer os sistemas e entenda que a gente trabalha para eles, a gente trabalha para o cidadão. Então todo o material que é construído é muito mais construído para que o cidadão possa entender a realidade do que nossos corpos técnicos que isso a gente sabe pegar as bases de dados sabe trabalhar então é muito bom saber que o relatório de segurança de barragens está indo na mesma linha do Conjuntura, e que a gente tenha uma diagramação muito melhor e parabeniza apresentação levou mais tempo, mas foi muito boa eu acho que não tem muito o que aprender. Por fim só digo que em relação a Brumadinho o Governo Federal não ficou parado a gente fez um investimento de mais de 150 milhões desde então em segurança de barragem específica capacitamos mais de 250 pessoas com o apoio da ANA, e também as 28 barragens do projeto integração São Francisco tiveram seu plano de segurança de barragens e o plano de ação de emergência finalizada então algumas outras respostas foram dadas também, mas só para mostrar que houve algo efetivo após o desastre que aquilo ali serviu de um alerta e que o governo federal desde então está tem tentando se mexer no que é possível para que a gente atende a melhor maneira e eu peço todos os senhores levem também esse alerta essa preocupação aos órgãos estaduais, aos reguladores e fiscalizadores estaduais para que a gente replique  isso é importante que aquilo não fica no esquecimento, foi uma tragédia imensa, centenas de pessoas ficaram soterradas é o que a gente tem que evitar a todo o custo aconteceu com rejeito mineral mas pode acontecer com o uso múltiplo pode acontecer com resíduos tão importante que a gente tem é sempre esse cuidado dito isso eu coloco aqui que abram apesar do adiantado do tempo algum Conselheiro que queira comentar sobre o relatório e que a vontade por gentileza.

**Senhor Ramon Rodrigues (Representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Ceará e o Grupo Ceará, Piauí e Maranhão) -** Bom dia a todos e todas, Ramon Rodrigues representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Ceará e o grupo Ceará, Piauí,  Maranhão, queria parabenizar a ANA por esse trabalho evidentemente como foi dito pelo Rodrigo é um trabalho que é feito junto com os estados  e com os fiscalizadores, eu queria só dar um depoimento de que nós lá no Ceará, nós criamos uma estrutura específica dentro da Secretaria de Recursos Hídricos para a fiscalização, nós com essa questão de Brumadinho com a questão esse ano nós tivemos uma barragem que nós com a ANA  fizermos lá, em Ibiapaba, nós tivemos que atuar quase descomissionar essa barragem e isso a opinião pública fica muito vulnerável, qualquer coisa com a barragem a gente recebe sistematicamente solicitação de expressão, gente recebe sistematicamente a preocupação da opinião pública e a gente tá fazendo um trabalho muito grande, nós estamos como os senhores sabem  com quase oito anos sem recarga nos nossos reservatórios e nos preocupa muito quando chover acima da média, o enchimento desses reservatórios, nós temos feito um trabalho de levantamento através do trabalho que a FUNCEME faz com Espelhos D'água, mas levantamos que nós temos no Ceará mais de 50 mil barragem, 50 mil barragem com área acima de meio hectare aí vai tudo mas monitoramos 157 mas a preocupação nossa exatamente essas barragens em efeito cascata o que pode levar quando a gente tiver um inverno no período chuvoso satisfatória, então a gente está fazendo esse trabalho nós temos feito em todas as regiões,  reuniões explicando a legislação, explicando como a gente pode ajudar as prefeituras, o difícil é achar quem é o dono dessas pequenas barragens ninguém quer ser dono por conta do que a lei preconiza né então a gente tá usando do artifício não tem dono então vamos descomissionar, no instante uma Prefeitura assume alguns INCRAS entra mesmo tem muitas barragens e não tem nenhum é tudo dos assentamentos então vai por aí. Eu queria parabenizar o Ministério pelo trabalho que vem fazendo no DENOX, que tem mais barragens no nordeste são fundamentais para a nossa sobrevivência e não podia deixar de pedir que o ministro a medida do possível agregar- se mais recurso na recuperação dessas barragens que passando tanto tempo sem uma expressão favorável sem uma intervenção na sua operação e manutenção e dizer que é fundamental esse trabalho que vem sendo feito e meu tempo acabou não posso mais dizer nada. Obrigado!

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Muito obrigado, Ramon. Nós agradecemos a contribuição.

**Senhor Porfírio Loureiro (Representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos  da Paraíba) -**  Essa questão de segurança  baixo eu acho que falei ontem na reunião do FNOGA, acho que é o maior problema das agências dos órgãos gestores porque na  Paraíba nós temos dois programas, o programa de recuperação e barragem pela secretaria de infraestrutura e recursos hídricos  nos já recuperando 55 barragens e o governador deu mais ordem de serviço para 23 barragens agora e criou desde o dia 2 de janeiro um programa de manutenção e Conservação da barragem pela própria AESA  e nós já recuperamos esse ano 18 barragens e além disso a secretaria terminou agora 13 plano de segurança de barragens e a Cagepa que é outro empreendedora tá contratando mais 9 planos, quando a gente recebeu esse plano que nós é que aprovamos o plano o órgão gestor,  eu sou o presidente da mesa de lá , é onde vai o terceiro grande problema, falta de recurso para recuperar é o primeiro, o segundo é falta de recursos para contratar os planos e o terceiro e aí a gente descobre que é o maior problema é o recurso para implementar o que o plano e o pai diz, esse é o mais caro ainda, entendeu! E o que o Rodrigo falou é deficiência nas defesas civis municipais porque essa sim tem que ser a parceiro na implementação. Quero parabenizar a ANA pelo trabalho que tem feito em segurança barragem em todas as áreas era só esse alerta que eu quero deixar que quando a gente faz o dever de casa, você veja a gente tem um processo, processado Ministério Público Federal sobre a transposição que pega as barragens de Poções e Camalaú, o estado fez o plano de segurança e o pai de Camalaú, o DENOX ainda tá na licitação para contratar. Quando a gente entregou o plano de segurança do Estado ao Ministério Público Federal as recomendações para o DENOX foi faça o plano e as recomendações que o estado foi quase 40 páginas, quer dizer e implementar o plano, então o grande gargalo a gente tá descobrindo agora que não é nem recuperar nem manter em recuperar as barragens não é nem fazer o plano de segurança nem os pais é sim implementá-los.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Agradeço a contribuição. Parabéns a Paraíba!

**Sr. Paulo Varella (Conselho Estadual Rio Grande de Norte)** - Tá vendo aqui a bancada do Nordeste aqui toda juntinha. E esse tema é realmente nos une a todos eu queria só acrescentar aqui muito rapidamente sem repetir o que já foi dito, meus parabéns e etc, mas nós somos do semiárido a civilização da Sudage, essa civilização da está ali e vive daquele jeito dos assuntos que estão postos, se nos tirassem dali nós não teríamos civilização. Então esse é um assunto muito sensível,  Rodrigo já colocou aqui já foi posto, mas eu queria aqui trazer de forma muito clara é preciso além da recuperação essas barragens não adoece do dia para noite, tem 30 anos que elas estão aí para não ter problema então questão de recurso para operação e manutenção e o Rodrigo  colocar aqui o número de barragem do DENOX principalmente, nós precisamos ter uma rubrica permanente para essas manutenções não é para que depois a gente não tem que ter problema e uma outra coisa também que tá acontecendo a figura de um cachorro correndo atrás do rabo me permite a figura,  nós estamos avançando no diagnóstico, antigamente não sabia agora vai dormir angustiado e aí nós não temos como muitas vezes resolver e aí começa a indústria da multa daqui a pouco estamos devendo mais de multa que de modo que ele iria para resolver o problema da própria barragem, seja o DENOCS  para própria ANA, seja a gente para ANA, seja enfim os olhos do gestor e ai por diante. Esse é um caminho, foi criado uma inclusive uma câmara técnica específica que nós temos que aqui agora usar fosfato para ver caminhos para esse processo, a gente tem que conversar, estamos aqui em Pernambuco, todos nós temos a mesma problemática então tenho que encontrar um caminho para financiar esse processo principalmente das que são mais importantes temos que priorizar melhor, mas é Doutor Marcelo sabe aí o trabalho a luta que a gente tá tendo para recuperar algumas barragens que se não intervi  pode ter problema grave aí na frente, e aí com ajuda de vocês todo esforço de todo mundo mas não pode viver de batalhas de guerras que surjam atrás da outra apagando fogo então procurar caminhos para que a gente possa ter uma sustentabilidade mais permanente, recuperando o que já está com problema agora intervindo imediatamente, mas principalmente criando caminhos porque senão vamos enxugar gelo.

**Sr. Não identificado -** Complementando a informação Ministro metendo todas essas barragens foram recuperados com recursos próprios do Estado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Está certo! Fernanda

**Senhora Fernandha Bastista Lafayette** **(Conselho Estadual de Recursos Hídricos Pernambuco) -** Bom dia.  Parabéns Ministro e toda a equipe da ANA e da Secretaria, por essa retomada, muito importante, complementando a fala dos colegas nordestinos a gente tem uma preocupação muito grande em relação ao que vem pós implementação da política, a política é um passo muito importante e que objetivamente  requer buscar a garantia da segurança, mas depois disso a gente chegou a esse ano no caso de um conflito muito grande que eu queria deixar claro aqui porque talvez isso possa tá ocorrendo em outras áreas também, mas Apaq a nossa agência, fiscalizadora,   identificou uma barragem que teve um problema pelo que está posto na lei tem que descomissionar a barragem. Só que essa barragem é essa água era utilizada para 12 mil pessoas para o abastecimento de 12 mil pessoas e isso foi um conflito no estado porque tem que descomissionar sem saber o nível ou seja até que ponto essa barragem seguraria esse volume de água ou qual o percentual  de volume enfim que seria passível de ser mantido em prol do uso daquela água para o abastecimento humano, então isso foi um conflito é decidimos por descomissionar barragem foi necessário uma obra emergencial 4 milhões ou obra não tão onerosa, mas às vezes também a gestão do medo interfere nessas decisões, então a posição da Apac foi tem que descomissionar e quanto a Compesa entrou no processo assim como que a gente vai abastecer, então assim que haja uma ponderação. Se for possível é na normativa porque senão às vezes a gente pensa na segurança e mata o povo de sede então é que haja um uma concatenação de sistemas que são todos importantes é isso, Obrigada.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Agradeço a Fernanda. Pois não!

**Senhor Paulo Paim (Representando os estados do Sul, Paraná ,Santa Catarina e Rio Grande) -** Do Nordeste direto para o sul  o Paulo Paim representando aqui os três estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande,  reforçar Ministro um dos itens que o Rodrigo apresentou sobre o papel deste Conselho, ontem disseram  aqui que o Conselho tinha muita gente nova e alguns antigos tipo assim aqueles que não desistem. Eu sou um deles e nós somos pego na verdade eu particularmente acredito que todos nós que trabalhamos, mas com gestão fomos  pego de uma hora para outra com problema absolutamente concreto e o desafio para todos nós e, e aí como é que um Conselho de Recursos Hídricos tem a prática acumulada que teve até agora, incorpora de uma forma usando as suas palavra absolutamente concreta, esse assunto, esse para mim é um desafio e o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná também à disposição de todos.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Agradeço Paulo principalmente pela resiliência é persistência em acreditar no Conselho. Obrigado. Alguma outra manifestação. Não. Eu agradeço e concordo com a Fernanda eu acho que assim a gente tem que fazer gestão do risco não existe uma resposta ótima, descomissionar barragem que apresente   qualquer problema não é a resposta ideal, ela existe por um motivo e principalmente essa que faz abastecimento humano tem que ser muito criterioso onde tem que realmente trabalhar na regulação e na legislação para que a gente leve todas as variáveis em conta não é tão simples assim não é simplesmente para alerta e no caso logo depois de Brumadinho existiu realmente uma preocupação exacerbada tirar as famílias da das casas tudo isso causa um transtorno, claro segurança vem em primeiro lugar mas ela não é o único fator que tem que ser analisado por isso que é um tema difícil e por isso que o trabalho da Câmara Técnica  vai ser um trabalho muito complexo e a Câmara precisa realmente se dedicar a ver tudo a esfera toda a situação todo o ambiente e não focar apenas na segurança porque as barragens existem e elas são necessárias, dito isso coloco aqui encerro as manifestações. Acontece temos um problema aqui na mão prazo regimental que existe em inclusive a encaminhamento do relatório ao Congresso até o final do ano, o problema é que a gente não é simplesmente encaminhar o relatório, encaminhar o relatório subsidiado por um parecer da câmara técnica, e depois referendado pelo próprio conselho, não há tempo hábil para a gente fazer isso em virtude da alteração do Conselho então  o que eu queria colocar aqui para plenária para os conselheiros é uma proposta que a gente encaminha ao Congresso Nacional não o relatório mas uma justificativa do porque que nós não cumpriremos o prazo e colocamos um compromisso de entregar na próxima reunião que acontecerá em março, então a gente sugere o Congresso e explique a situação porque que não foi possível cumprir, mas eu particularmente prefiro que a gente faça um estudo para dar justamente legitimidade e credibilidade a esse conselho e coloque em março a gente encaminha. Vou abrir aqui pessoal para gente, se for fazer discussão desse ponto a gente vai levar muito tempo. Então se o senhores concordarem eu coloco em votação se tiver alguma algum ponto de divergência,  alguém que queira falar a gente coloca mais que ele já abre direto para votação. Esse encaminhamento, os senhores estão de acordo em colocar diretamente para votação. Excelente, vou colocar em votação a proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional das justificativas ou não cumprimento do prazo e o compromisso de encaminhamento em março após a próxima Reunião Ordinária do relatório segurança de barragem devidamente acompanhado do relatório e das nossas ponderações e aí fazendo coro ao Rodrigo que essas ponderações elas sejam não apenas um papel, mas que a gente vai lá defender junto ao congresso que elas de fato aconteçam aí eu me comprometo aqui como figura política que não só entregarei, mas também farei gestão aos diferentes atores políticos daqui a que ele se transforma em realidade que algum Deputado ou  Senador apadrinhe alguma daquelas iniciativas e possa transformar no projeto de lei, uma alteração normativa. Então coloco aqui a proposta em votação aqueles que estão de acordo permaneçam como estão então aprovada proposta de encaminhamento ao Congresso das justificativas com compromisso de encaminhar o relatório devidamente referendado e lastreado no relatório em março. Agora vamos ao Plano Nacional de Saneamento eu vou falar o seguinte eu peço desculpas aos senhores têm já tá 12h30, mas também digo que é difícil reunir a todos então peço a paciência na próxima pode ter certeza a gente faz um trabalho para chegar mais cedo que daí a gente tem um tempo mais longo para poder discutir peço que os conselheiros fica para gente ter o coro, vamos passar um pouquinho de fome mas são acho que são temas muito relevantes para a gente não tratar da maneira adequada, então se o senhores,   só peça essa paciência a primeira vez que a gente se encontra e eu estou pedindo uma gentileza mas da próxima a gente começa mais cedo para respeitar o horário do almoço. Então é que eu coloco apresentação do Plano Nacional de Saneamento Básico um tema extremamente sensível é importante no momento ímpar de discussão e aqui o MDR que vai apresentar quem que vem para convidar o Rogério Borges Marques coordenador para apresentar, Rogério seja breve eu sei que é difícil mas não pessoal aqui vai morrer de fome daí não volto para reunião na próxima tem uma pessoa que estava no plano nacional de saneamento básico ferramenta de planejamento importantíssimo para a gente mudar essa realidade tão triste dos brasileiros hoje segundo os dados do SNIS, só 105,5 milhões de pessoas tem acesso à rede coletora de esgoto é uma situação muito difícil, por favor Rogerio.

**Senhor Rogério Borges Marques (Assistente da Coord.-Geral de Planejamento e Regulação/SNS/MDR) -**  Bom dia senhor Ministro e demais integrantes da mesa, conselheiros e demais presentes, era já uma apresentação breve, mas eu vou tentar sintetizar ainda mais até porque o documento já foi disponibilizado para os conselheiros e tá então aguardando apreciação. Plano Nacional de saneamento básico PLANSAB, ele é um instrumento que está previsto na lei 11.445 de 2007, foi aprovado em dezembro de 2013. Pode deixar aquele slide mesmo. E que tem um horizonte de planejamento de 20 anos, ou seja, 2014 a 2033 ele contempla os quatro componentes do saneamento básico que é abastecimento de água e esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais e ele então é um instrumento de orientação das políticas públicas com vistas a universalização dos serviços de saneamento básico. E se pular então contém diretrizes metas necessidade de investimentos para isso as estratégias e programas também, por força normativos, o  PLANSAB tem que ser revisada a cada 4 anos está prevista na própria lei no Decreto que regulamenta a Lei , o 7.217 e também no Decreto que aprovou por lá no 8141 então cumprido o primeiro período que foi de 2014 e 2017, a Secretaria Nacional de Saneamento iniciou em 2017 a revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico, foi um trabalho que foi realizado por uma equipe própria não houve contratação então foram 20 servidores da própria secretaria, 4 colaboradores da parceria que o Ministério tem, concedeu também a UNB e também alguns Estagiários. Esse trabalho então durou 18 meses, foi 8 de julho de 2017 até dezembro de 2018, muitos trabalhos foram realizados no início algumas oitivas para a gente ter alguns subsídios para iniciar a discussão, depois reuniões com órgãos setoriais e mais 20 reuniões no âmbito da própria secretaria para discutir os principais temas de aprimoramento do documento. Então conforme previsto no decreto 7.217, essas  são as etapas para a revisão do Plano Nacional de saneamento, um diagnostico de propostas em uma fase de divulgação e debates e na sequência apreciação pelos Conselhos, então é por isso que nós estamos aqui para apresentar brevemente para os conselheiros porque a gente está pendente ainda dessa apreciação pelo CNRH. O plano já foi apreciado pelo CNS já teve uma aprovação por lá então nós aguardamos apreciação aqui pelo CNRH e ainda pelo CONAMA e na sequência ele então será encaminhado para apreciação para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano que é o Conselho que substituiu o Conselho das Cidades, e depois segue para deliberação do Ministro. No artigo 62 ele fala que apreciação pelo CNS, CNRH, CONAMA é simultânea em 30 dias o documento foi encaminhado em Julho de 2019 desse ano, então a gente ainda tá aguardando, por conta de todo esse contexto apreciação pelos CNRH. É a lógica conceitual e a estrutura do documento foram mantidos, então foi feito uma atualização na verdade do plano não é um novo plano é o plano original atualizado e revisado então nós temos esses 10 capítulos que são os mesmos da versão original, Capítulo 2 de Bases legais foi feita só uma atualização os demais eu vou passar brevemente para comentar só alguns pontos. Capítulo 3 por exemplo de princípios fundamentais e diretrizes ele mantém os princípios originais, a versão original do PLANSAB que são estes, a universalização, Equidade é integralidade, então esse princípios estão todos lá só foi feito um trabalho de revisão dos textos que eram muito tensos com viés muito acadêmico, então a gente fez uma síntese em alguns trechos para poder ficar um documento mas acessível,  no caso das diretrizes eram 41 máquina diretrizes na versão original muitas delas repetida algumas com caráter de estratégia, então foi feito um trabalho de análise de uma a uma para gente tentar sintetizar, agrupar e também transformar estratégia aquelas que eram que possui o caráter estratégias chegamos ao número de 15 tem um plano novo tem uma vez de 41 foi a 15 diretrizes, na sequência temos um diagnóstico uma análise situacional faz todo o panorama do saneamento no ano de 2017. Eu trouxe um único slide sobre abastecimento de água para ser mais sintético, mas a gente tem para todos os componentes e a gestão. No caso da água o plano, e também pelos outros componentes trabalham com os conceitos de atendimento adequado precário e sem atendimento no caso da água esses conceitos foram mantidos, a gente só teve uma alteração no de resíduos sólidos porque foi incluído a coleta indireta na área urbana como adequado que antes era só a coleta direta que era considerada atendimento adequado dos resíduos mas na água a gente tem aí o atendimento adequado é o abastecimento por rede, poço e nascente ou cisterna com canalização interna e sem intermitências . O precário então é ausência de canalização quando há intermitência quando a gente não tem segurança né da qualidade da potabilidade da água e também os casos em que abastecimento por cisterna que não tem quantidade suficiente ou segurança hídrica e o uso de carro pipa e seu atendimento a pessoa tem um acesso mas ele é precário então a gente observe os números ali de 10 para 17 que a gente teve no caso do atendimento adequado até uma redução do percentual mas aí devido à crise hídrica, , que no ano de 2017 então muitos dos habitantes que tinham o acesso adequado ele passa ter um acesso precário porque a gente teve racionamento até o caso de Brasília mesmo, racionamentos, a gente teve os rodízios, então tem uma queda mas a gente percebe um decréscimo significativo ali do percentual de atendimento de 6,8 para 2,7 isso é muito positivo, o capítulo 5 trata de cenários então o plano de tinha na versão original três cenários muito parecidos entre si dificultava muito análise de cenários.  Nessa versão revisada nós temos três cenários que advém do próprio estudos originais do PLANSAB, do Panorama do saneamento foi feito na época que tinha lá 11 cenários possíveis para o saneamento nos revisitamos esse documento e vimos dos onze, três que se adequam mais a realidade atual, é então nós temos um cenário mais otimista que nós chamamos de universalização, um cenário intermediário que o busca da universalização em um cenário mais pessimista que é o distante da universalização, o cenário escolhido para o plano foi um intermediário busca da universalização como os recursos disponíveis com moderado crescimento previsto, a redução do papel de estado com maior participação do setor privado a gente espera avançar no acesso mas não chega a universalizar todos os serviços Então esse é o cenário foi escolhido para esse trabalho. No caso dos indicadores e metas a gente tinha na versão original 23 indicadores, temos agora seis novos indicadores tem um plano passou a ter 29 indicadores para água e esgoto e resíduos, drenagem e gestão, e então mais um indicador para água, mais três para resíduo um mais um indicador de drenagem que a gente só tinha um na versão original e mais um indicador de gestão que agora são cinco. Esse é o quadro de metas com algumas apenas, dos indicadores então só trouxe para ilustrar a gente tem ali no caso por exemplo do esgoto que é o percentual de domicílios urbanos e rurais serviços de rede coletora ou fossa séptica que é o atendimento adequado né, a gente tá de 2017 com percentual de 73,6% para chegar em 23 com 80,5 e 33 92% ou seja neste cenário a gente não universaliza, mas avançamos bastante, a necessidade de investimentos, já é o número conhecido por todos temos o previsão de 600 bilhões de reais para todos os componentes no primeiro período 19 a 23 um total de 112 bilhões de reais e ali embaixo o percentual previsto para os agentes Federais e para os outros agentes, na verdade houve uma inversão em relação a versão original que era 60/40, então responda do nosso contexto de crise fiscal a gente tem agora uma previsão de 40% pelos agentes Federais e o restante para os outros agentes que são os próprios, estados municípios e prestadores de serviços e organismos internacionais no privado então a gente entende tem que ser uma somatória de esforços porque só o governo federal sozinho não vai conseguir, no caso das estratégias também uma redução de 137 para 87 pelos mesmos motivos que eu falei das diretrizes e a gente aprimorou  um pouco mais estratégias fazendo uma associação delas com os OD’S e foi feito um trabalho de priorização para orientar os entes na implementação, então a gente tem aqui um exemplo desse quadro é só um pedaço, do quadro de 87 estratégias e que nós temos ali aquelas estrelas que indicam a prioridade no caso da Estratégia B3 mais prioritário 3 estrelas e associada ali ao objetivo, a meta 6.1 do OD’S. Os programas são previstos três programas o Saneamento Básicos Integrado é o primeiro deles, O Programa 2 ao saneamento que agora Funasa detalhou e passou a se chamar saneamento Brasil, Programa Saneamento Brasil Rural que é um programa dois do PLANSAB que a atuação no rural e o programa 3 que é estruturante com as Ações de Gestão e capacitação etc. Então é o plano trabalha com esses três programas, para materializar todo esse esforço, diretrizes estratégicas e de metas que eu mencionei, por fim no capítulo 10 é trabalhado o monitoramento e avaliação do plano, nós temos análise também por força normativa uma avaliação anual do plano, então nós avaliamos os indicadores principais, o avanço das metas, as estratégias, temos um conjunto de indicadores auxiliares que ajudam e complementam a análise dos indicadores principais análise dos cenários presente para a gente analisar se estamos naquele cenário 2 projetado você sente saiu do dois foi para um outro três então é feito esse trabalho e também a avaliação dos programas. Os relatórios já publicados estão disponíveis no site do ministério e a gente está no momento de elaboração do relatório de avaliação de 2018 que é um relatório novo também com mais gráfico, mais visual, mais acessível, que vai ser lançado em fevereiro do próximo ano, tivemos então na fase de consulta pública duas audiências nas audiências e consultas públicas foram duas audiências em março deste ano uma no auditório do ministério uma outra no Instituto serzedello Corrêa que contou com transmissão via streaming ampliando a possibilidade de participação de todos e nesse momento da audiência quem tinha contribuições a fazer a gente orientou a fazer pelo formulário da consulta pública que já estava em aberto na época da audiência, então foram 2.653 emendas ou seja um número bastante expressivo de contribuições nós recebemos, essas emendas foram analisadas uma a uma pela equipe responsável pela revisão do PLANSAB e elas constam de um relatório que tem toda a justificativa individual para cada emenda está disponível também no site do ministério, nesse rol todo tivemos 39% das emendas acatadas ou acatadas parcialmente, essas emendas foram incorporadas no documento que já constam desta versão que foi encaminhada aqui para o CONSIGO e para finalizar voltando lá na questão do passo a passo das fases, o CNS já aprovou em agosto o plano revisado e a gente então tem apreciação no CONAMA,  CNRH aguardando para ser depois encaminhado para as próximas fases, para o CNDU e depois para o Ministro, então a gente só reforça a importância dessa aprovação porque o PLANSAB é um instrumento que orienta o planejamento de ações do setor nível Nacional. Ele aguarda essa versão revisada para ser disponibilizada para esses outros gestores, a versão do relatório que nós estamos elaborando está toda embasada nessa versão revisada, então já vai nessa ficar pronta em fevereiro, mas a gente precisa ainda está aprovação do documento original, do documento principal e também porque o plano ele também tem que estar alinhado com outras políticas setoriais então resíduos sólidos, recursos hídricos, o próprio planares do PNRH, então a gente precisa desse instrumento também já aprovado para poder ser disponibilizado, a equipe da secretaria então está à disposição dos conselheiros oportunamente para poder esclarecer alguma dúvida, e o documento então já foi disponibilizado deve ser encaminhado para todos e nós agradecemos muito esse espaço aqui para fazer essa breve explanação para deixar mais claro em linhas gerais o conteúdo da revisão PLANSAB. Muito obrigado e boa tarde.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Obrigado Rogério, parabéns pela apresentação muito boa, o PLANSAB, a gente sabe da importância aqui, o relatório para o conselho, a necessidade de que a gente faça essa aprovação o mais rápido possível claro que se depender de uma análise técnica então aqui foi mais uma apresentação nossos comentários faremos aqui é sobre apresentação se alguém tiver alguma contribuição, esclarecimento, mas a apreciação do PLANSAB virar só depois que a Câmara Técnica de Planejamento fizer uma análise subsidiar o Conselho para deliberação. Então hoje foi apenas realmente apresentação do plano. Dito isso coloco aqui à disposição microfone alguém que queira comentar, contribuir, alguém. Por gentileza.

**Senhora Célia Rennó (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) -** Bem a gente tem trabalhado com o Mistério em todos os planos, trabalhar também, contribuindo com a nova política que tá se desenhando aí e a gente pretende também aqui nesse Conselho, contribuir com essas ações de saneamento, então a gente se coloca à disposição para trabalhar na Câmara para trazer as nossas contribuições efetivas e já vem sendo feitas em diversos foros. Muito obrigado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Agradeço alguém mais? Fernanda

**Senhora  Fernanda Gomes Pereira (Pernambuco)** - Só um comentário que percebi que na apresentação não foi abordado, mas acho que foi muito pertinente dentro do tema é a questão do reuso, se o reuso da água é tratada no PLANSAB a gente tem certa dificuldade de implementar a técnica do reuso  essa tecnologia enfim. Já países que superam os 50% do uso da água através da reutilização, então eu acho que isso é um tema importante pra gente considerará no momento oportuno, claro e não queria deixar de comentar. Obrigada.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Algum outro comentário?

**Senhor Aristeu de Oliveira Junior (Ministério da Saúde, Conselheiro e Suplente) -** Olá boa tarde eu sou Aristeu do Ministério da Saúde,  Conselheiro e suplente. A minha pergunta bem direta como é que foram essa discussão da questão de harmonizar o alcance das metas no prazo que o PLANSAB alcança 2033 e com essa convergência as ODS que tenho 2030 como é que tá sendo encaminhada a discussão nesse sentido, se nós vamos ter esses 3 anos a mais ou vamos trabalhar na lógica da universalização do saneamento nos quatro eixos se possível já o mais breve possível não prorrogar por mais três anos.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Alguém mais outro algum comentário, contribuição. Não. Rogério você me ajuda a contribuir. Com relação ao Ministério da saúde vou responder  ele primeiro o que está sendo desenhado realmente em 2033 planos, ele é um indicador da ONU Mundial que avalia a situação cada nação participante, integrantes da ONU, mas o nosso normativo interno ele é preponderante, assim todo o trabalho de planejamento está sendo feito para 2033 inclusive o Marco legal do saneamento que se tudo correr bem a sessão que vai abrir daqui a pouco vai ser bem sucedida a gente sabe que é um assunto muito delicado especialmente para os Estados, mas é que eu vou colocar minha opinião pessoal como Ministro responsável pela política de saneamento que o deputado Geninho ouviu, fez alterações no texto para principalmente entender que há uma diferença  grande entre companhias exitosas, eficientes, e de qualidade daquelas que não são, não, o projeto hoje não tem o objetivo de acabar com as Companhias Estaduais de Saneamento. Na verdade tem o objetivo de fazer com que aquelas companhias que vão aderir as metas e indicadores e que tem condição de entregar o serviço permaneço e aquelas que não têm desapareça, objetivo básico é esse a gente quer a independência se for privado ou público que entregue e presta o serviço e atingir as metas até 2033, então todo o normativo que foi trabalhado em várias mãos aí, economia, Casa Civil e MDR e Congresso foi nesse sentido que a gente conseguisse realmente separar o joio do trigo colocasse prestadores públicos bons permanecessem prestadores privados bons permanecessem  tanto um quanto o outro que não fossem bons que não prestação serviço saíssem da prestação, saísse do mercado esse objetivo, mas entendo que a meta é a de 2033, não é Rogerio. Em relação a pergunta Fernanda eu não sei se tem um indicador específico no PLANSAB para reuso sei que são vários, mas aí eu peço ajuda.

**Rogério Borges Marques (Assistente da Coord.-Geral de Planejamento e Regulação/SNS/MDR) -**  A gente tem Fernanda, no rol daquelas 87 estratégias que eu mencionei, tem as estratégias que orientam para o reuso é não temos um indicador ainda que seja específico para o reuso, mas está previsto o incentivo às ações de reuso naquele rol, procurei aqui, mas não vou saber agora de cor qual é das 87, mas está contemplado ali.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)**  - Mas acho que vale o alerta e ressalvar  isso porque é importantíssimo.

**Sr.ª não identificada** - Só complementando aqui que no documento tem um indicador de reuso.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - A gente vai olhar isso com cuidado eu acho que o reuso é um caminho a gente principalmente em regiões mais áridas como Nordeste não dá para gente ficar jogando fora água não só contaminam nossos Rios, mas também não aproveitando esse recurso hídrico que é tão raro e escasso, então o reuso é uma política que temos que defender principalmente nas regiões mais áridas. Senhores alguém mais. Vanderlei.

**Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) -** Eu queria enfatizar à  importância do uso racional, mesmo na linha da colega no uso racional envolvimento da sociedade parece uma coisa supérflua, mas eu posso lhe dizer que na crise de 14, 15 e um pedaço de 16 nós conseguimos com envolvimento da sociedade na economia de 10.000 mil litros por segundo  no período é quase o que nós conseguimos com as obras emergenciais, então eu acho que vale a pena a gente voltar os olhos análise da câmara porque nós como disse o ministro nós estamos aqui atuando pelo cidadão e eu acho que é mais importante não é fazer esse elemento só com obra é fazer saneamento para as pessoas envolvimento das pessoas e da sociedade no alinhamento do uso racional estou lhe dizendo sem medo de errar depois que terminou a crise hídrica na região metropolitana de São Paulo que utilizava a 74 mil litros por segundo,  acabou a crise, eles voltaram utilizar 64 e não 74 foi um dos vetores importantíssimos para a gente ultrapassar aquele vendaval, então acho que vale a pena voltar os olhos para isso, não digo que não seja uma novidade, mas na linha da colega o reuso e o uso de incluindo o nosso jargão uso racional e envolvimento da sociedade, para que ela utilize bem aquilo que a gente disponibiliza, então eu só queria fazer esse lembrete para que na hora que a Câmera pudesse analisar para gente voltar na próxima reunião, se entendi foi isso, presidente que a gente tivesse uma pitadinha desse assunto não vai fazer mal para ninguém mas nos ajuda a sinalizar para a população e para a sociedade que também estamos atentos ao cidadão.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Agradeço muito Wanderley. Peço às respectivas que coloque isso essa recomendação tanto o reuso quanto à questão do uso racional para que a câmera leve isso em consideração quando da análise muito bem colocado.  Obrigado!

**Senhor Jefferson Nascimento de Oliveira (Representante das Avaliações Técnicas de Ensino e Pesquisa da UNESP) -** É só para colocar aqui para os novos membros deste Conselho que já foram feitas três Oficinas nesse Conselho, na Câmara Técnica de Tecnologia sobre primeiro uso racional e reuso, uma sobre o uso racional e reuso na indústria depois na agricultura e no ambiente doméstico certo, isso foi pautado isso foi desenvolvido e temos um relatório salvo engano minha Roseli pode me corrigir sobre exatamente isso, esse assunto foi pautado  desde 2007 seu ministro, com esse tema o uso racional primeiro e reuso, e aí realmente você tem toda a questão de análise de perdas dos municípios não é porque nós temos hoje uma perda de 32% ou até muito mais em alguns municípios, então é assim talvez não faça a reinvenção da roda, mas observamos o que é essa rota já foi feita, assim essa tecnologia, as Universidades, as zonas de ações técnicas já desenvolveram trabalhos a respeito disso, resgatar isso junto com a Agência também que tem vários manuais sobre o uso racional e o  reuso da água para que possamos realmente implementar isso no país, fora isso também contamos com seu apoio Ministro para politicamente verificarmos quais são as leis das gerações que estão tramitando do Congresso, salvo engano o meu existem mais ou menos cinco ou mais leis a respeito disso e o assunto sempre volta a tona quando temos crises, a gente tem que realmente fazer o que é segurança hídrica e o guardar para podemos usar isso depois não simplesmente nós nos atermos numa situação de emergência, então eu gostaria de colocar aqui para os colegas que já foi pautado que deve ser retomado neste novo Conselho, agora para que temos um desenvolvimento maior e uma implementação real de leis e diretrizes para o uso racional e reuso. Muito obrigado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** - Muito obrigado, alguém mais? Encerrado as contribuições. Agradeço a todos os conselheiros  que contribuíram, acho que é essencial isso e como indicação aqui também para o encaminhamento para Câmara  Técnica de Planejamento e Articulação que faça esse resgate do que foi trabalhado na Câmara de Ciência e Tecnologia  para que a gente possa não refazer todo o trabalho que já foi executado e aproveitar, e de fato que vem o material aqui para o Conselho que quando apreciação do PLANSAB, a gente tenha indicativos, justamente para mandar para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano essas contribuições que lá mais ainda esse tema é muito sensível, reuso, uso racional de resíduos a questão do desenvolvimento urbano está muito ligada ao aproveitamento de recursos naturais de maneira sustentável porque a gente sabe que se não fizermos dessa maneira todos os passaremos necessidades no futuro não adianta ter dinheiro se uma classe social mais alta porque se faltar água, se todos os rios tiverem contaminados, todo mundo vai pagar o preço, então a gente tem que começar a trabalhar esse conceito  na cabeça que o poder, o financeiro não resolve tudo na natureza tem seus limitadores ou a sociedade inteira trabalha para isso ou nós teremos problemas muito sérios no futuro mesmo sendo ricos ou não, países milionários ou países pobres passaram pelas mesmas necessidades para evoluir. Aqui é só a informação o documento vai ser encaminhado para a Câmara Técnica de planejamento é articulação e vamos aqui para o último item da pauta é **Item 8**, um item muito caro ao Ministério do Desenvolvimento Regional, especialmente para o Nordeste, que é justamente a prorrogação do prazo para início da operação comercial do projeto integração São Francisco. Em virtude de algumas condicionantes e problemas que aconteceram isso já passou pela ANA, mas a ANA pediu aqui oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, então eu peço aqui ao nosso representante do MDR, o Rafael Silveira, que faça uma breve explanação. Está todo mundo com fome já, mas que deixe claro nosso recado e principalmente a que eu já peço minhas sinceras escusas porque isso ainda não aconteceu, ao final da apresentação a gente faz alguns comentários. Mas o fato é que o ministério está imbuído desde o início, em conjunto com os estados beneficiados para que a gente possa o quanto antes iniciar sua operação comercial, pré-operação já deu o que tinha que dar, Marcelo, vamos fazer esses dois eixos funcionarem de acordo, entregarem a água, projeto emblemático mais de 10 bilhões, 11 bilhões investidos, 12 anos de execução vai trazer o benefício para milhões de pessoas esperado de todos da região Nordeste uma obra de estado muito mais que de governo a gente sabe disso é uma continuidade é um compromisso e que vai trazer um benefício tremendo. Quem já visitou a transposição do São Francisco? Aos Conselheiros que queiram podem se manifestar a gente faz questão é uma obra magnífica, lindíssima, você ver um rio cortando o sertão nordestino é algo que emociona o coração é realmente difícil você ver aquela região tão árida que só tem bode, cabra e os arbustos com pessoas vivendo e sobrevivendo. Euclides da Cunha não estava errado quando falou que o sertanejo e antes de tudo um forte, quem conhece a região, eu tive oportunidade de ver o que é o sertão nordestino é muito difícil sobreviver, naquelas condições. Então a transposição é algo essencial e que a gente defende aqui com unhas e dentes, defenderemos sempre. Mas precisamos aqui do apoio dos senhores para que nos dê mais esse prazo, para que a gente possa realmente passar essa operação e ter o início da operação comercial com todas as restrições e todas as garantias que existem, mais lutando para que isso seja modico aos estados, o qual os estados o Presidente Bolsonaro com a autorização do leilão foi nesse sentido, a gente sabe que a tarifa tá muito alta, a gente quer reduzir essa tarifa para preço que fica (in)compatível com sistemas pressurizados. Por isso está tendo todo um trabalho junto de concessão para que a gente, nem sabia o que é responsabilidade dos Estados pagar essa conta, mas a gente quer que seja uma conta também que caiba no bolso dos cidadãos dos Estados beneficiados, então trabalho está sendo conjunto. Aproveito agradeço aqui os representantes do Nordeste e transmitam aos respectivos governadores o meu apreço pela gentileza que eles trataram o tema, pela sempre cordialidade parceria e o espírito muito republicano em tratar essa obra que todos nós aqui temos a consciência que é uma obra de estado em nenhum momento o governo atual quis trazer para si os louros dessa obra. O que a gente quer é ser mais uma parte da concretude da entrega dessa obra. Dito isso Rafael, apresente nossas justificativas, convença nosso Conselho para nos dar mais esses seis meses de prazo. Obrigado!

**Senhor Rafael Silveira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Boa tarde a todos, primeiro cumprimentar toda a mesa, ao senhor Ministro do Estado Gustavo Canuto, Senhora Cristiane Dias Presidente da ANA, Senhor Secretário Marcelo Borges, senhor Secretário Executivo Mauro Biancamano, a todos os presentes e a todos os membros do Conselho.  Eu prometo Ministro ser bastante objetivo, que a nossa intenção é uma apresentação bem simples que apresente nossos motivos, os motivos para ampliação de 6 meses para o prazo de outorga, mas vou tentar ser breve também. Primeiro queria apresentar para vocês aqui o nosso empreendimento,  são os eixos norte, o eixo leste para quem não é familiarizado, são 477 quilômetros de canais, 4 turbo, quatro túneis com 23 km de extensão, 14 atributos, 9 estações de bombeamento,27 reservatórios, 9 Estações e 9 sustações e 270 linhas de transmissão, isso só mostra o tamanho do nosso desafio o quanto que o porquê que essa hora vem se alongando a tanto tempo, hoje ela é dividida em 6 lotes o eixo Norte dividido em meta, 1 Norte meta 2 Norte,  meta 3 Norte, 2 e 3 nortes, já em conclusão e a gente tá com o desafio de determinar meta 1 norte, no eixo Leste como o Ministro já falou já está em fase de pré-operação e já está apto para fornecer a água para o que foi destinado, sobre o eixo leste ele já está em fase de operação desde 2017 e ainda estamos com as fases de testes. O Caminho das Águas já está apto para o abastecimento, nós tivemos um problema com a rescisão contratual da construtora responsável pela meta 1, 2, 3 leste,  que hoje abandonou a obra, nós fizemos já todos os levantamentos dos serviços remanescentes  e já estamos pronto para fazer licitação e essa licitação deve entrar na praça no início de 2020, sobre o nosso grande encalço do eixo leste  que foi a barragem de Cacimba Nova como todos devem a quem é mais familiarizado o sobre o assunto já deve estar sabendo, nós tivemos um problema em 2017 pelo problema de nós temos que abastecer Campina Grande de forma emergencial, tivemos um problema de Taipe na região de Cacimba Nova,  nós fizemos uma situação emergencial, com o fim do problema de Campina Nova de Cacimba Nova, vimos que a jusante da barragem gente não consegui medir o quanto que estava sendo percolado por debaixo da água, por debaixo da barragem, então declaramos a barragem situação de emergência e tivemos que parar operação com a  paralisação da operação fizemos a drenagem de toda a jusante da barragem como pode ver ali de hoje como está e conseguimos medir a vazão e colocamos ela no plano a situação de atenção, mas hoje conseguimos trabalhar hoje a operação dela no nível operacional numa pressão nível com medição de área de qual percolação para ver que a gente não perceba que há aumento das vazões percolados conseguimos fazer a operação. Já está em pregão eletrônico para contratação para a sondagem para a gente ter certeza à sondagem da fundação para a gente ter certeza qual é o diagnóstico elaboração do projeto de intervenção para que ela possa operar de forma normal. Sobre o eixo norte temos 97 e 38 execuções físicas e temos um atraso na contratação da Metro norte, nós tivemos um abandono da Empreiteira também no início de 2017 fizemos a nova contratação de emergência, e as outras contratadas que assumiram trecho também foram abandonando e hoje nós estamos com uma contratada que começou a pouco mais de dois anos e executando a Metro norte, durante a Metro norte mesma não acho que nós tivemos um problema no dique Negreiros da percolação foi muito acima do esperado e tivemos que fazer a paralisação de toda obra  e esforçar todos os esforços para que a gente resolva esse problema do dique Negreiros isso causou um atraso na entrega, fazemos a injeção de calda de cimento, até que a gente conseguisse hoje a percolação abaixo do esperado que a situação atual, em 22 de novembro nós conseguimos encher o reservatório do Negreiro, já conseguiu vê nas fotos o DIG NEGREIRO, já está em operação e conseguimos encher o reservatório NEGREIRO com a finalização do enchimento do reservatório Negreiros para 22 do 12, o reservatório Negreiro já é depois da estação de bombeamento do 3 do eixo norte e agora a água só desce por gravidade . O que traz uma grande esperança para gente que a gente consiga chegar com água em Jati e março de 2020. O único ponto preocupante para gente hoje é no desemboque do túnel milagre chegando noturno Milagres existe uma situação que o terreno é muito frágil e não foi possível fazer canal estão fazendo na galeria, com a previsão feita, entregue pela contratada hoje é para o dia 29 de Janeiro de 2020, bom para o início da operação comercial são necessários foram exigidos os seguintes requisitos A emissão da licença de operação que já temos desde 2018, o Ibama concedeu a licitação a licença de operação 14/64, aprovação do plano de gestão anual que é o PGA, os estados beneficiados apresentaram seus planos de operações anuais que entregaram para Codevasf que hoje na resolução é como é tida como a operadora, estão se separando seus pais estão liberados pela para aprovação do PGA, os medidores os principais pontos de entrega já estão funcionando já tem os medidores funcionando, a conexão do sistema de automação dos medidores está contratada mas a gente tem um receio de fazer instalação devido ao problema de segurança na região, a gente tem medo que a gente coloque o sistema de acumulação e sem a vigilância adequada a gente possa perder esses Sistemas de Automação e a gente já começou a trabalhar o sistema de operação de sistema de aferição dos medidores eletrônicos para os pequenas captações. Estamos também dependendo da assinatura do contrato de prestação de serviço de adição que esse a conversão que está sendo conversado com os estados via câmara de consideração da AGU. Sobre a conciliações as negociações foram bastante exaustivas desde 2016 até 2018 e sobre os modelos como fazer o pagamento e as garantias para tratar. Como não conseguimos avançar nessa consideração para tratar um ambiente formal a gente foi proposta aos Estados instalar uma Câmera de Conciliação no âmbito da AGU, em 2019 essa Câmera foi instalada em outubro foram negociadas as propostas finais e atualmente as estão em análise jurídica com expectativa de realização de assinatura contrato, ainda em dezembro deste ano. O nosso pedido de condicionante, ela se estendeu um pouco porque sempre estamos nossa diretriz para a execução das obras da transposição do São Francisco, sempre foram baseados na parte de segurança, sempre preocupado com a segurança do nosso empreendimento e da manutenção da vida, então a gente até poderia ter condições de acelerar essa obra para que a gente conseguisse hoje, conseguir operação. Mas a nossa preocupação não é essa, mas preocupação que ela seja feita ficou boa prática de Engenharia para que a gente possa ter uma decisão responsável, por isso que a gente pede a solicitação da prorrogação da data limite por mais seis meses era isso que eu tinha a dizer, obrigado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** – Obrigado, Rafael. O representante da ANA que fazer uma manifestação sobre a nota técnica. Não. Ok!Então isso é só para dizer que a ANA fez uma análise, ela prorrogou, e pediu a oitiva aqui do Conselho. Os Conselheiros têm oportunidade de falar se manifestar a respeito, a gente vai fazer a transcrição da manifestação e encaminhar ANA e ANA com as transcrições, tomar-se o que julgar procedente ai faz as mudanças que julgar pertinentes, então eu abro a palavra para os Conselheiros que não se manifestar sobre esse pedido de prorrogação, contribuir, OK. Por gentileza.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia- MME) –** O processo de conciliação em principio vai até agora dezembro, é prudente você ter a prorrogação, caso isso não tenha alguma intercorrência, mas eu fiquei na dúvida sobre a licença de operação do eixo norte, tem previsão ou isso é um limitador para ter a operação ou não?

**Senhor Rafael Silveira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** A gente conseguiu a do eixo leste, a do eixo norte, eu posso te passar depois Pompermayer.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia- ME) –** Mas isso é um limitador para a gente ter a operação?

**Senhor Rafael Silveira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Como é um requisito para a operação ter a licença de operação.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia- MME) –** E para o contrato, que o caminho das águas do Norte já também está previsto para março, abril, alguma coisa?

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) –** Sim, a operação do Norte ainda depende, tem que terminar a obra civil, tem que chegar água, tem algumas questões para ser finalizadas, a previsão que continua para os representantes do Ceará é que chegue a água no reservatório, jatinho em março e já derive a água para o cinturão das águas Ceará ainda em março, tá doutor Marcelo, não esqueça disso e março para chegar e derivar esse é o cronograma, mas objetivo aqui principal e a gente precisa a ANA, ela reviu a posicionamento é uma apresentação de ser slides que queria apresentar aqui para gente para o conselho para saber então quem vai apresentar é o próprio Rodrigo, o André , fica à vontade, mas euvou fazer umcomentário no final sobre essa questão da operação comercial em relação ao que está na AGU, e os estados só queria que finalizasse para a gente fazer esse..

**Sr. não identificado –** A dúvida e que precise de 6 meses mesmo, se não pode ser um prazo menor.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Eu acho difícil porque a gente precisa não só disso, precisa também da assinatura com os estados e precisa que o contrato de operação da Codevasf finalize para a gente poder começar de fato a operar, até onde eu sei o nosso contrato de pré-operação a gente não poderia aproveitá-lo, a gente precisa dessa condicionante dupla. Tem o problema burocrático que nós estamos finalizando, mas eu quero crer que os estados farão isso no final deste ano, que a gente resolve a questão dos contratos aí depois uma questão prática da prestação de serviços de operação após entrada para (...) eu acho que é salutar e prudente a gente fazer isso, mas a busca aí falando dela igual a economia é mais rápido possível tirar isso do colo da viúva tirar isso do colo da União e repassar para os Estados o pagamento gradual conforme acordado lá na Câmara. Fica tranquilo, compartilhamos da mesma intenção. Por favor, André.

**Senhor André C. M. Onzi (Agência Nacional de Águas- ANA) -** Boa tarde a todos! a gente vai passar o posicionamento da ANA quanto essa prorrogação do pedido de prorrogação da condicionante, rapidamente porque já foi discutido aqui o próprio ministro também já expôs. Só para relembrar aqui a gente tá tratando da outorga 411/2005 e foi dado para o PISF lá atrás da gente não tá discutindo outorga em si, a gente tá discutindo simplesmente a prorrogação do prazo da condicionante e isso lembrando rapidamente das características, a outorga tem prazo de validade de 20 anos e ela tem a vazão firme de 26.4 metros por segundo que isso é demanda projetada para 2025 e ela pode também pode captar até 114.3 metros cúbicos por segundo, então a condicionante que a gente tá discutindo aqui hoje seria a condicionante 3 do artigo 4º que é o início da operação da primeira fase, ela deve valer até seis anos daprimeira fase do empreendimento contados da data de publicação. Mas antes de discutir ela, eu gostaria de relembrar essa condicionante 4ª que ela é muito importante, porque ela fala que a implementação, o início da operação da cobrança da água bruta, tanto no âmbito da União dos Estados, tem que ter o instrumento de cobrança implementado pois bem, aqui é um pequeno histórico dessa condicionante. A outorga foi emitida lá em 2005 com validade e ela já teve cinco prorrogações certo sempre baseada na Lei Federal 9984 de 2005 no seu artigo 5º, inciso 2º onde a gente considera o porte e a importância social e econômica do empreendimento sempre ouvido o CNRH, portanto nós já estivemos aqui cinco vezes essa é a sexta vez que a gente vem fazer essa alteração de validade da outorga. Esse sexto pedido de alteração aí está baseado principalmente, como nosso colega do MDR já falou, quanto a não conformidade na barragem Cacimba Nova e baseado, como eu já falei, sobre o porte, importância social econômica e diante dos avanços da tratativa da Câmara de Conciliação e Arbitragem para assinatura do contrato de gestão dos custos, então Agência Nacional de Águas, ela mostra-se favorável essa prorrogação até o dia 31/07/ 2020, basicamente seria só isso como já foi falado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Agradeço ao André, fiquei preocupado, aí você vai me complicar a vida, dessas cinco vezes a gente não estava aqui ainda, então vou deixar claro que a primeira vez que eu peço para o Conselho essa oitiva, mas vamos continuar aqui. Algum Conselheiro que se pronunciar se manifestar por gentileza.

**Senhor Ramon Flávio Gomes Rodrigues (Representante do CERH Ceará)** **-** A minha intervenção é para pedir aos conselheiros que não conhecem a realidade do Nordeste, da importância dessa obra nós temos certeza que o tal governo não está muito imbuído em terminar essa obra o mais rápido possível. Por uma questão de operação nós precisamos que essa água chegue na hora que esteja chovendo até porque para o caso do Ceará para essa água chegar ao Castanhão, que é o principal reservatório de abastecimento do Estado, ela percorre uma boa parte 53 km no (...) que é uma obra também financiada com recurso no Desenvolvimento Regional Federal que a gente está correndo para colocar em condição de receber essa água ele hoje já passa água militar operacional nós estamos fazendo as proteções, inclusive agradecer ao Ministro e ao Secretário Marcelo, ao governo federal pela liberação de recursos recentes e a gente tá correndo com isso mas, a gente tem um grande trecho para aquecer água chegue no Castanhão a fio da água ou seja transportado através dos rios e se essa água foi transportada na época seca na época que não tá chovendo ela desaparece, seja uma parte por evaporação, uma parte para uma grande infiltração e uma parte por utilização mesmo, que você veja a água passando na sua porta, você não vai deixar de usar, então a gente tá precisando que essa água chegue agora para que a gente possa recebê-la. E dizer que é fundamental essa prorrogação e eu sou um daqueles antigos aqui como o Paulo colocou e acompanhei essas prorrogações e todas foram suas motivações necessárias, nós sabemos que uma obra desse tamanho ela tem seus problemas, nós tivemos alguns problemas aí com essas empresas que saíram dessa obra e fica só como a gente diz no jargão da construção fica só o osso e para gente dimensionar esse osso e ver quem tem interesse de terminar esse osso é mais difícil tenho acompanhado o trabalho que o ministério vem fazendo através da Secretaria de Nacional de Segurança Hídrica e eu queria pedir a compreensão dos outros conselheiros que analisassem essa solicitação com muito carinho porque ela é fundamental para o abastecimento de uma população que vem sofrendo com problemas hídricos há muito tempo e nesses últimos anos mais ainda. Eu queria deixar esse depoimento aqui, obrigado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) –** Obrigada, Ramon Rodrigues.

**Sr. Porfírio Caixeta (CERH da Paraíba) -** complementando a fala de Ramon a gente do estado da Paraíba e juntamente com Pernambuco já utilizamos essa água em 10 de Abril de 2017, essa água chegou ao portal Monteiro, em 10 de Março e 28 de Abril chegou ao Açude Boqueirão que estava com 2.9%  na sua capacidade quase que um milhão de pessoas entrariam em colapso, a gente sabe da importância dessa obra e o que o ministério fez para que essa água chegasse em  Março inclusive esses problemas que está ocorrendo no eixo leste podem ter sido ocasionado exatamente pela presteza do MDR de ter feito esse adiantamento do Caminho das Águas para liberar a transposição e também aqui registrar eu estou desde  o início de 2006, quando começou a negociação com os estados a gente vê a abordagem diferente nesse novo modelo aqui com o ministro e também com a AGU, foi outra abordagem você passa 2 anos a gente praticamente avançou e de abril para outubro finalizamos quase 100% do acordo, então essa prorrogação  é muito importante a gente vê o esforço do MDR, os quatro Estados já tá faltando como prova apresentação de si só a questão da parte das PGES, mais todo o acordo já foi praticamente modulado e só deixar assim mesmo a essa nova abordagem que foi que aconteceu para que houvesse o destravamento das negociações,  ouvir por parte do governo federal a compreensão de que esse projeto não podia ser colocado de uma vez só e eu acho também que houve a compreensão dos quatro estados que os quatro Estados não tomarem as aula para ser é só para ver se acabar tem uns quatro estados, se os 4 estados não tomarem essa obras para si, essas obras vão se acabar, então os 4 estados que são e são os mais beneficiados,  eles realmente tiveram interação muito boa e a gente também faz como o Ramon a gente pede a compreensão dos conselheiros para que conceda essa nova prorrogação.

**Senhora Fernandha Bastista Lafayette (Conselho Estadual de Pernambuco) -** É só um comentário, complementar na verdade que no estado de Pernambuco hoje cerca de 400 mil habitantes dependem das Águas de São Francisco, então tem as sete cidades que os reservatórios existentes colapsaram totalmente têm menos de 1,5% do volume de água que não dá mais para fazer captação, então a gente pede a compreensão dos conselheiros para permitir que a aprovação seja concedida.

**Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) -** Antecipo meu voto favorável, parabenizo a tua posição  pública de assumir que é importante que nós queiramos isso, mas eu acho que a vida é uma arte de tentar cometer erros novos não os velhos e eu já participei do CNRH,  estava aqui nas outras prorrogações além das questões de uma empresa abandonar, sair, quebrar que é coisa de difícil gestão, tem também a questão do arranjo institucional com os estados que você passou  de uma triscada no assunto de como pagar, porque também não adianta você mandar água e arrebentar com o estado, então a minha pergunta é muito simples será que seis meses dá? Por isso que eu estou sugerindo, será que não vale a pena a gente fazer uma análise, o colega falou não dá para três meses eu acho que é muito desgastante, 5 prorrogações eu participei de algumas delas e assim, é uma pergunta muito simples é para os colegas, já de antemão estou antecipando o meu voto, favorável. Claro sem dúvida a pior obra é aquela que não termina, não tem obra que tem viabilidade econômica sem ela ter terminado, então eu acho que a gente deveria avaliar se seis meses são suficientes é um pouco diferente do colega será que não dá para fazer em menos tempo acho que nós temos que ser realista ter pé no chão e votar algo que traga benefício mesmo. Tem esse arranjo institucional entre os estados que até onde eu sei ainda tem algumas pendências a serem resolvidas, não é? Não adianta mandar água e arrebentar financeiramente o estado.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** – Obrigado, Wanderley! Vou passar aqui para a Cristiane responder especificamente.

**Senhora Christianne Dias Ferreira (Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas) -** Então Wanderley, bom dia. A Agência vem acompanhando de perto essa Câmara de Conciliação da AGU e são muitas questões complexas inclusive do ponto de vista jurídico e a gente avaliou esse prazo com muita precisão. Então a gente não quis deixar um prazo muito longo justamente para não deixar questão solta, uma vez que a intenção real de os contratos virem a ser celebrados. Mas também entendemos que o prazo de três meses não é suficiente para que esse arranjo final seja feito, então o prazo de seis meses foi detalhadamente, cada dia aí, foi estudado e nos entendemos que é o prazo razoável para se fazer a prorrogação menos tempo a gente corre risco de termos do pedido de prorrogação daqui a três meses então para não correr esse risco nós vamos nessa linha aí de 6 meses, tá bom.

**Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) -** Fico feliz de ouvir você falar isso, que houve uma calibração e não uma estimativa de seis meses, mais seis meses, mais seis meses. Desculpa está sendo claro com isso, mas eu participei das outras prorrogações.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) -** Vai ser diferente, temos que ter confiança nos Estados. Então isso vai acontecer.

**Senhor Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) -** Por isso fico feliz, de ouvir você dizer que houve uma calibração e se por acaso algo acontecer, mas que houve calibração então está ótimo.

**Senhor Jefferson Nascimento de Oliveira ( Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa- OTEP) -** Minha preocupação aqui  é com relação a medição dessa  vazão que foi colocado aqui, externalizado pelo colega,  é porque a gente vai cobrar dos Estados e tem que saber exatamente quando a gente tá cobrando, então eu solicito aí que já está na mão do MDR, acredito eu para verificar assim   qual seria os melhores equipamentos com menor prejuízo porque a gente sabe que furtos haverá sempre, então tenta ver tecnologias que sejam mais adequadas certo, onde você não precisa do material humano também de forma exagerada,  e para que a gente consiga realmente medir isso porque é uma preocupação que foi falado aqui, internalizado aqui se ele não tivesse a medição correta a gente pode ter furto de água, a gente pode ter uma série de situações a gente não tá esperando aí também pode cobrar indevidamente,  então para sermos justos será importante uma brevidade na implementação dessa medição.

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) –** Obrigado! Alguém mais? Só respondendo a entrega, tem portagem entrega que a vazão é vista nesses portais de entrega, essa é uma preocupação com os estados tem, justamente por isso que pedem que seja na época da chuva porque questão que vai cair na cara dos rios e vai na verdade molhar aquela terra e não chegar até o destino e o que a gente entregar no portal vai ser muito menos do que vai chegar lá no reservatório e armazenar, então essa é a preocupação principal. As transcrições aqui que vão ser feitas, o momento do Conselho é colocar uma posição para que a ANA pudesse, frente essas posições, verificar e se colocar na nota, fazer as alterações por sequência, então não precisa de uma votação, mais para que o senhor tivesse à oportunidade de falar e se manifestar. Quanto aos Estados, eu faço um apelo, eu fico feliz em saber que realmente perceberam a mudança de tratamento, a gente sempre teve um lado sim muito respeitoso eu acho que isso é mútuo e a gente precisa agora avançar nossa intenção é que se a gente pudesse acontecer ainda esse ano a gente faz isso e muito mais uma questão de segurança que a gente acha que essa questão dos arranjos já está alinhada. Os investimentos, eu vou ligar pessoalmente para cada um dos governadores, pedir apoio deles para que faça   suas respectivas consultorias jurídicas entregue mais rápido possível. A gente sabe da necessidade do Rio Grande do Norte para o ramal da Apodi, sabe na cidade do Ceará do Salgado, sabe que tem algumas obras ainda associadas que precisam caminhar, não estamos alheios a isso, mas a dificuldade orçamentária, já assinalei isso aos governadores, o  compromisso do MDR em buscar esses recursos pensar nisso a gente sabe que ela ainda não está entregue que ela está entregue parcialmente essa é uma atribuição que a União trouxe para si, que a gente quer compartilhar, nós não entregamos todos, mas entregamos parte, para Pernambuco e Paraíba já tem se beneficiado um tempo razoável dessa água que nos ajudem a pagar a conta porque isso viabiliza inclusive os investimentos nessas obras associadas,  estão aí, principalmente Pernambuco e Paraíba podem ajudar que a gente consiga atender o Ceará e Rio Grande Note que esse recurso não é pouco são 300 milhões de operação e manutenção ano, vai chegar a 600 pode chegar a um bilhão muito em breve, quando os dois estiverem em operação, então qualquer ajuda qualquer milhão é bem-vindo para que a gente possa iniciar os projetos da andamento das obras, então e é um apelo aí mas os governadores receberão minha ligação em breve tem gente que é isso finalizado,  que esses contratos assinados que é o contrato de operação da CODEVASF pronto e que a gente possa avançar e olhar o benefício, a gente que vê as pessoas realmente recebendo água e fico feliz que os 400 mil estejam recebendo, dependo do São Francisco mas são 12 milhões nossa meta então, é muita gente que vai se beneficiar. Dito isso eu agradeço a todos peço só que as transcrições e interesses dos conselhos que manifestaram chegue ao conhecimento da ANA. Rafael, você quer falar alguma coisa? Pois não.

**Senhor Rafael Silveira - (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** É só para informar Fabiano que eu pesquisei aqui à licença de operação, em operação é separado do Leste para o Norte, então agora a gente está providenciando a atualização do eixo Norte que já está com Caminho das Águas prontas e assim que o eixo norte ao eixo leste. Desculpa assim que o eixo norte estiver pronto a gente vai fazer o mesmo procedimento são obras separadas.  Obrigado!

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH) –** Então eu aqui encerro  as discussões e agradeço a todos os conselheiros, por essa manhã, a parte da tarde quem vai conduzir vai ser o secretário executivo ou no caso, o Renato não sei como é que vai ser disposto,  peço que o senhores permaneça para ter *quórum*, eu acho que vocês definem que horas está previsto para voltar às 2h00 mas são 1h30min todo mundo ia sair para almoçar, então vocês alinhem eu acho que é melhor a gente definir 14h30min. Os  senhores estão de acordo com colocar em votação rápida aqui seus conselheiros estão satisfeitos, pode ser 14h30min, então volta às 14h30. Eu agradeço e obrigado pelo tempo aí e peço desculpas…

**Srª Maria Aparecida Vargas (ABRAGEL) -** Ministro, antes que o senhor se retire  eu queria fazer um destaque, eu sou membro do Conselho Nacional desde a instalação ajudei a preparar todo o processo de instalação antiga como Paim,  eu queria primeiro parabenizar sua condução hoje pela manhã com total conhecimento de toda a pauta e dos temas dessa pauta. Nesses 21 anos de governo e de CNRH é a primeira vez que a gente tem um presidente do CNRH tomando a frente do CNRH dessa forma, trazendo uma maior tranquilidade para todos nós nessa condução do CNRH. Te dar os parabéns e dizer que isso só contribui para dar um empoderamento maior para o conselho que a gente precisa. Obrigado. Parabéns!

**Senhor Gustavo Canuto (Ministro do Desenvolvimento Regional e Presidente do CNRH)** – Obrigado pela gentileza e obrigado a todos. Veremo-nos em março, ou antes, se precisar. Tudo de bom pessoal, bom almoço. Começaremos antes na próxima, garanto.

**REUNIÃO- PARTE DA TARDE.**

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Boa tarde a todos vamos dando sequência à nossa reunião. Então os Estados estão presentes, nós temos a representação dos Estados, dos Usuários, Organizações Civis, Governo Federal, pelos  nossos cálculos têm em torno de 25 e 26 titulares representantes, então seguindo a pauta da parte da manhã o primeiro ponto da tarde... Vocês viram que se organizou a pauta de forma que as agendas mais temáticas,  estratégicas fossem realizados na parte da manhã contou com a presença do Ministro e agora à tarde são pautas mas administrativas poderão dizer assim, então, dando sequência, o nosso próximo ponto de pauta refere-se a prorrogação  do prazo de trabalhos da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia do Parnaíba. O Comitê Parnaíba foi criado em 2018 que também só diretoria provisória vem realizando trabalhos desde então, vai uma série de reuniões, mas ainda a necessidade de um tempo para que ele venha se estabelecer a consolidação e a instalação do Comitê. Infelizmente o Avelar que é o presidente do Comitê não pode estar presente, então nós pedimos que o Humberto Gonçalves que é superintendente da ANA que é responsável pela Superintendência que trata da relação dos Comitês faça o relato da situação.

**Senhor Humberto Cardoso Gonçalves (Superintendente da Agência Nacional de Águas - ANA)** - Essa Diretoria provisória foi formada no final do ano passado, na última reunião do Conselho e foi dado um prazo de um ano para essa diretoria provisória preparar o processo de eleição e identificação dos membros do Comitê,  esse processo a ANA participa. Nós contratamos recentemente agora em novembro, já demos a ordem de serviço para uma empresa que vai fazer a mobilização da Bacia, são três estados do Rio Parnaíba corta três estados Maranhão, Piauí e o Ceará. Nós estamos programando 15 Seminários Regionais para a identificação das parcelas da sociedade dos segmentos da sociedade que devem fazer parte do comitê. Por ser um processo já começou, já estamos pagando o primeiro produto de mobilização dessa empresa agora em Janeiro já tem todos os materiais de divulgação prontos, nós estamos levando uma reunião em janeiro com o Comitê para a diretoria provisória para começar a desencadear o processo de seminários, então a gente entendi que é relevante o pedido e pertinente na medida em que a gente espera até junho desse ano temos essa mobilização pronta e já e com a comissão eleitoral já atuando e definido, membros do comitê e  aí sim a gente eles estão pedindo mais um ano eu acho razoável nós achamos interessante porque permite mesmo você sabe como é que funcionam esses contratos, 15 seminários regionais pelos três estados, a data limite estabelecemos até Junho, mas a gente acha que pode acontecer atrasos então eles estão solicitando uma prorrogação até dezembro de 2020, então a gente considera razoável na medida em que a gente pode ter atrasos nesse processo de mobilização, mas o mais relevante aqui a empresa já tá contratada os seminários são 15 seminário já estão definidos os locais e tal material de divulgação já está definido então agora em Janeiro começamos dia 15 de Janeiro exatamente começamos uma reunião lá no Piauí para desencadear o processo.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) Obrigado** Humberto. Gostaria de saber se alguma instituição quer fazer algum comentário sobre essa interrogação do prazo da Diretoria Provisória do Rio Parnaíba. Se não tiver nenhum comentário então encaminhamos a matéria para votação, então seguindo a mesma orientação do Ministro na parte da manhã pedimos então quem concorda com essa prorrogação permanece como está. Alguém discorda? Alguma abstenção? Então está aprovada a prorrogação por mais um ano da Diretoria Provisória do Comitê do Parnaíba. Seguindo agora em nosso ponto de interesse de todas as nossas instituições aqui presentes, exatamente o tema das Câmaras Técnicas e dos seus grupos de trabalho que na verdade são a motriz o funcionamento do Conselho,  lembrando como Montes falou no seminário que por conta de todos os ajustes que realizamos, precisamos fazer essa fusão que era as 10 Câmaras Técnicas em 5 Câmaras com seus textos e atribuições originais, então a Câmara Técnica de plano houve a fusão com a Câmara de Projetos, a de Cobrança e Outorga também houve a fusão a de assuntos ASSETIU passou até designação de assuntos legais não mais ficando com aquela Câmara de Recursal que ela  tinha, de papel mas com um olhar mais dos assuntos legais e assuntos comuns como esses inclusive da estruturação de Comitês da parte dos arranjos institucionais, também houve a fusão de três Câmaras que é de Setecoste, a de recursos transfronteiriços e águas subterrâneas numa Câmara só, e a Câmara mais vinculado ao social, com a mobilização social, educação e a Câmara nova que é de segurança de barragens então vou pedir para a Cláudia fazer uma exposição,  que nós temos um prazo até o dia 5 de dezembro para as entidades que tinha interesse de compor as Câmaras, de apresentar suas propostas então a Secretaria Executiva estruturou uma proposta a partir do que foi demandado. Cláudia.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - A Secretaria Executiva enviou e-mail para todos os Conselheiros solicitando confirmação, o interesse em participar das Câmaras Técnicas, o prazo foi até dia 5 de dezembro e os recebimentos foi conforme a próxima tabela. E a primeira Câmara Técnica a gente vai tratar é da CTAL que é a antiga CTIL, basicamente com as mesmas atribuições, com uma vinculação mais legal. Uma coisa que é muito importante a gente colocar desde o começo eu acho que todos já sabem, mas são 17 vagas por Câmara Técnica. Consegue colocar em tela inteira,  um momentinho que ele vai colocar para a gente. Para a gente conseguir ver inteiro, que o Excel. Tivemos 16 instituições interessadas e dessas 16 instituições, nós da Secretaria Executiva colocamos o Ministério do Meio Ambiente, apesar dele não ter se posicionado a gente colocou, eu gostaria até de uma opinião aqui.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -**  Ainda não está em discussão. Mas a matéria está sendo apresentada.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Então vamos só colocar até o fim, Glalber. Como é que se é o rapaz me avisou que eles estão com problemas e vai demorar a chegar até o finalzinho,  coloca no final para ver o total, 16, então nesses 16 o Ministério de Minas e Energia teria pleiteado duas vagas a gente colocou que ficasse com uma para poder abrir para os outros agora a gente vai tentar entrar numa discussão consensual para a gente abrir quanto mais qualificar o debate para pegar instituições que estejam afim com o tema que não adianta a gente diminuir para há o Ministério do  Meio Ambiente não está aqui mas é nós precisamos dele para avançar nas discussões de recursos hídricos. A primeira é CTAL teria uma vaga isso, que tem uma Ministério de Minas e Energia e aí poderíamos abrir para discussão, uma o Desenvolvimento Regional o nosso Ministério também tinha pedido duas até não coloquei o ministério MDR também tinha pleiteado as duas a gente colocou uma só aí ficou, uma do MDR, uma da Infraestrutura, uma do Mapa,  uma do Minas e Energia totalizando 4 do Governo Federal. Temos 4 também dos Estados sendo Distrito Federal, Minas, Rio de Janeiro e São Paulo , Ceará, Piauí, Maranhão e Bahia, Sergipe, Alagoas totalizando quatro também e oito dos Usuários e Organizações Civis. Então eu penso que está bem balanceado. Dos Usuários, só os Hidroviários não se manifestaram. Olha, até o dia 5 de dezembro não se pediu nomes para a gente conseguir ter agilidade, não pediu para colocar o nome do técnico que não haveria tempo daqui para frente a gente... Nós pegamos por segmento, eu acho mais fácil por segmento vai ser mais prático... Sim porque não foi colocado o nome Associação tal ou, a pessoa tal ou a secretaria tal do Ministério a gente pediu uma indicação depois cada segmento vai se sentar entre seus pares e decidir o nome da pessoa para cada segmento.

**Senhora Roseli dos Santo Souza (MDR) -**  Eu acho que o Anivaldo está querendo é que a gente fale, quais as instituições   que estão pleiteando. Então vamos lá: Governo Federal: Ministério do Desenvolvimento Regional, Infraestrutura, Agricultura e Pecuária e Abastecimento e Minas e Energia. Conselhos Estaduais já foram então DF e Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo,  Ceará, Piauí e Maranhão, Bahia, Sergipe e Alagoas e os Usuários Irrigantes, Indústria e Prestadores de Serviço Públicos de água e esgoto, Concessionárias autorizadas,  Geração Hidrelétrica, Pescadores e Usuários de Recursos de Lazer e Turismo, todos eles conseguiram a vaga, Organizações Civis, Comitês de Bacias Hidrográficas Organizações de Ensino e Pesquisa e Organizações não governamentais, o que é a gente tá aqui é que sobrou uma vaga E aí...

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** **-** Então. OK. A gente abre para a manifestação do Plenário.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -**  Eu peço que as manifestações se atenham há 3 minutos.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)**  **-**  E esse atenham aos titulares, dos suplentes delegados pelos titulares.

**Senhor Paulo Paim (Representante dos Estados do sul: Rio Grande do** **Sul, Santa Catarina e Paraná)** -  O José Luís que é o nosso titular teve um problema, nós acabamos não indicando ninguém ficamos absolutamente fora das Câmaras Técnicas, motivo pelo qual eu corri aqui para colocar a representação dos três estados como candidato preocupar exatamente com essa vaga que não foi ocupada na inscrição, é isso.

**Senhor Jefferson Nascimento de Oliveira (Representante das Avaliações Técnicas de Ensino e Pesquisa da UNESP)** -  com relação a essa posição agora do Paulo Paim, eu acho que seria interessante à gente verificar com bons olhos porque aí as cinco regiões brasileiras serão contempladas certo, e vamos ao encontro do que o Ministro falou, não olhamos somente o que a gente tá querendo de melhor, mas o que é melhor para o país. Muito obrigado.

**Senhor Gabriel Silva Pedrazzini (Ministério da Justiça) -**  A gente em princípio  enviou um e-mail se disponibilizando para todas as Câmaras, teriam algumas  que a gente teria maior interesse nesse caso a participação do governo é esse e si Ministério do Meio Ambiente  não estiver presente, não sei a gente se disponibiliza tá participando dessa Câmara também porque inclusive foi o e-mail que a gente enviou, então não sei se não constou esse e-mail mas aí em princípio a gente se se candidatou aí tal ,está em todas as Câmaras

**Senhor Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia - MME)** - Primeiro esclarecer que o Ministério de Minas e Energia,  ele é representado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos por duas vagas titulares, como eu disse pela manhã,  claramente pela divisão dos dois setores de energia elétrica e da parte de mineração, não à toa nós solicitamos nessa Câmara Técnica duas representações porque dentro do Ministério inclusive há essas duas representações bastante distintas, nós estranhamos simplesmente a exclusão do nome de  uma das vagas do Ministério de Minas Energia transferindo essa vaga ao Ministério do Meio Ambiente que nem solicitou uma vaga, todavia nós entendemos que realmente duas vagas para o Ministério de Minas e Energia nesse caso específico pode ser flexibilizado em prol de outro Conselheiro dado que esse Conselheiro manifeste interesse de fato à gente não pode aceitar que o Ministério do Meio Ambiente seja contemplado por uma coisa que ele nem solicitou. Obrigado.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Alguma manifestação a mais. Pois não.

**Sr. Não Identificado** - Eu concordo com a sua posição agradeço a compreensão porque eu acho que a proposta do Paim, está vindo ao encontro de uma representação em uma representatividade do país, concordo também peço data vênia, salvo melhor juízo peço desculpas aí é o Ministério do Meio Ambiente, mas tivemos tempo hábil para isso. Agora acho importante nas Câmaras que a gente tenha uma representação das bases, então eu acho que eu parabenizo pela postura e acho que a gente deveria contemplar o sul do País.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer ( Ministério da Economia - ME) -** Eu estou  vendo está um pouco desbalanceado,  todos os usuários está com oito representantes... seis usuários, não... Parece que tem um 8 lá embaixo,  os usuários e o que é 8 vagas está somado ali os oito...

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)**  - - Gente só um pouquinho, por favor…

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia - MME)** - Qualquer forma tem 5, 3, com 6 Estaduais…

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Os Usuários e a Sociedade Civil, o único que não está contemplado é o hidroviário. Fica muito mais fácil pensar, um único hidroviário. Facilitou totalmente o raciocínio.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia)** -  E o Ministério da Infraestrutura  vai olhar para a hidrovia, estou imaginando que está representado lá em cima, agora me preocupa não está nem Justiça e  nem Meio Ambiente nesta lista.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Meio Ambiente está até em vermelho.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia - MME)** - Não está...

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Tem uma sugestão de incluir o Meio Ambiente.

**Senhor Jefferson Nascimento de Oliveira (Representante das Avaliações Técnicas de Ensino e Pesquisa da UNESP)** - Desculpa estar sendo tão impertinente, mas isso me lembra muito as Câmaras Técnicas, que eram colocados os Ministérios à revelia,  eles não participavam, a gente como Presidente da Câmara Técnica cumpriu a lei 3 reuniões sem justificativa ele teve que tirar então aí é o seguinte desculpa colega da Economia mas esse Ministério não se manifestaram, Ah, sim eu não entendi isso não desculpa então Ministério da Justiça também mas o Meio Ambiente não se manifestou e também não está aqui presente,  então. Não está presente Ministério do Meio Ambiente, salvo engano salvo o meu, salvo o maior juízo.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)**  - Ok, então vamos ter que... Ok então nós vamos ter que fazer um encaminhamento, temos 17 vagas e tem 2  demandas. Então nós vamos colocar em votação as duas propostas para ver qual das instituições que solicitam sejam incorporados,  então em primeiro lugar a proposta eu peço para os titulares e suplentes, quem concorda que essa vaga será preenchida pelo Estado do Rio Grande do Sul levante seu crachá. Peço para o pessoal...

**Sr. Não identificado** - É  o cartão de votação,  cartão de votação do Conselheiro do titular ou na sua ausência o seu suplente.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)**  - Ok! Contaram?

**Sr. Não identificado** - Por favor, permaneçam com cartão levantado. 19.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)**  - 19. Quem concorda que a vaga seja do Ministério da Justiça. Três votos, então aprovada à exceção do Governo do Rio Grande do Sul na Câmara Técnica de Assuntos Legais, então passamos para próxima Câmara Técnica. Por favor, Cláudia. O MMA não estava incluído na lista. Havia uma proposta.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** -  Glalber volta na CTAL só para a gente vê certinho.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - O MMA não estava na lista. Pediu apoio para o pessoal da cabine para colocar tabela inteira na tela, mesmo que diminua um pouco para todos enxergar a tabela. É possível ou não. Fica pior? Então tá, então vai para os setores mesmo. Está certa gente? Então vamos passar para próxima Câmara.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Antiga CTPNRH que juntou com a Câmara de Projetos que é CTPA... Você colocaria o final da planilha para ver. Foi uma composição 17 também com alguns. Vai subindo, três os estados, Ministério de Minas e Energia novamente e da Saúde. A Camila que teria que se manifestar também aqui, que aí daria 17.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - Vai escrevendo cada Ministério, por favor.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Aí teria que vê se mantém a Saúde ou não.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - Espera um pouquinho, o Ministério do Desenvolvimento Regional, uma vaga.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** O Ministério do Desenvolvimento Regional está com duas vagas, uma da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica e a outra da outra Secretaria Nacional de Saneamento, essas foram mantidas por causa da… Vai ser discutido novo Plano Nacional de Recursos Hídricos e vai ter a discussão. A Secretaria do plano e a outra Secretaria e a questão de obras e a Câmara Técnica de Projetos e de Planos, por isso que foi mantido, mas é uma proposta, aí o Ministério  da Infraestrutura, o Ministério da Cidadania, da Saúde, que teve essa proposta de retirada ou não, o próximo e da Mulher, Família, Direitos Humanos, Minas e Energia ficariam com um só, Ministério da Economia e Planejamento que  tem uma, Estado DF e Espírito Santos que tem uma, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Piauí e Maranhão e Bahia, Sergipe e Alagoas, seriam 3 Estados, a não Bahia, Sergipe e Alagoas não estão, são só 3. Mas embaixo, é o mesmo caso, foram todos menos o Hidroviário, estaria Irrigantes, Indústrias, Prestadoras de Serviços Públicos, Concessionárias, Pescadores, Indústria e lazer, Comitês, Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa, em Organizações não governamentais. Eu peço desculpa que aqui é difícil de ler pra cá ou pra ali também… Vou ficar aqui para ler.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Então essa apresentação, abrimos para a manifestação quanto à composição da Câmara que trata de Planos e Projetos.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Por favor, passe  para a parte do Governo Federal.

**Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde)** - O Ministério da Saúde tem interesse nessa questão de planejamento e articulação porque uma das nossas  principais bandeiras nos próximos anos e estimular e incentivar o plano de segurança da água que é uma metodologia que o Ministério da Saúde tem feito esforços para fazer com que ele entre em vigor e que seja efetivo mesmo dentro do país, é uma metodologia inclusive orientada pela OME, então é uma Câmara que acredito que vá poder nos ajudar a fomentar essa discussão que a gente tem reforçado dentro da saúde por isso que a gente está pleiteando participar dessa Câmara. Agora eu gostaria de saber por que que foi colocado a questão de retirada, que eu não tive informação.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -**  Olha Camila, foi um exercício bem árduo. A gente viu aqui o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pleiteiou somente esta Câmara Técnica. O Ministério da Economia também só pleiteou duas, foi uma análise aqui bem de um joguinho de xadrez não foi assim, Saúde não deve vir aqui. Agora que a gente pode perguntar se algum setor está melhor  representado como os Usuários e Organizações Civis alguém poderia abrir mão para oMinistério da Saúde.

**Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde)** - É porque eu gostaria de manter a indicação do Ministério de Saúde e especificamente para essa Câmara.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** - Sim, claro, mas para tentar fazer a se acomodar, essa acomodação de número que 18 não pode tem que ser 17, se alguém poderia se candidatar.

**Senhor Thiago Prado (Ministério de Minas e Energia)** - Boa tarde. Bom, embora entendermos  que tenhamos justificativa para manter o pedido de duas vagas,  pelos motivos que o Igor já colocou não só por esse motivo, mas pela importância do grupo para os planos que a gente tem de longo prazo, mas temos planos de 30 anos e planos decenais  que são revisados todos os anos, então nós temos um Ministério que historicamente tem uma relação com planejamento de longo prazo, então entendemos que a matéria é completamente pertinente para manutenção dessas duas vagas,  no entanto dada a escassez é a participação de outros Ministérios e a gente acha que é adequado permanecemos com uma vaga mas eu gostaria de questionar qual foi o critério de colocar o Ministério de Desenvolvimento Regional com duas vagas já que a gente está discutindo uma posição de governo e a princípio  estamos suprimindo outros Ministérios. Qual foi o critério para que o MDR mantivesse duas vagas e pudesse cortar outros Ministérios.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR)** -  O critério que a gente adotou foi a questão dessa Câmara Técnica Específica de Planos que esse ano é do Plano Nacional de Recursos Hídricos e esse plano é capitaneado pelo Ministério Desenvolvimento Regional. Então quem vai capitanear as discussões, que vai levar os pareceres, vai levar material, vai ser o MDR, foi esse o critério, até peço desculpa que eu não expliquei bem é a questão até do ano de que está sendo refeito um novo plano, esse foi o critério não foi uma questão de vamos tirarem deles, que foi o mesmo uma matemática estratégica.

**Senhor Thiago Prado (Ministério de Minas e Energia)** - Mas aí veja essa questão, esse argumento que você está utilizando não pode ser utilizado pela própria secretaria porque assim esse argumento que você está utilizando você tem instrumento de apoio, e aí você poderia ceder uma vaga para uma outra pasta.

**Senhor Anivaldo Miranda (Representante dos Comitês das Bacias de rios de Domínio da União)** -  Estou me pronunciando apenas para reforçar, o Cleiton aqui do Ministério da Saúde, nós que trabalhamos com Comitês de Bacias lá na ponta, nós sabemos o quão é importante é a intervenção da saúde no contexto da política das águas. Infelizmente essa articulação institucional entre saúde e os demais órgãos que tem contato direto com a gestão hídrica ela ainda deixa muito a desejar e nós sabemos e a bacia do São Francisco é um exemplo absolutamente atual disso que é essa interação com a saúde é  fundamental, por exemplo, estamos com problemas de intrusão Salina na foz do rio São Francisco, então os municípios que estão mais próximos da Foz tanto do lado de Alagoas quanto de Sergipe tem problemas com a ingestão de água salgada acima daqueles parâmetros que a Organização Mundial de Saúde determina e aí eu pergunto isso é um problema de recursos hídricos é um problema de saúde as duas coisas porque esse tá causando não é doenças  de pressão arterial já detectadas acima daquilo que seria absolutamente o esperado, então eu não sei como vai ser engenharia mas nós reforçamos, estamos inteiramente de acordo com a manutenção aí do Ministério da Saúde. Muito obrigado!

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Oque fazer uma parte uma questão de ordem até peço desculpa que eu esqueci que acho que foi a discussão calorosa,  na primeira Câmara Técnica quem não entrou fica na suplência então todo mundo que não entrou, vou colocar aqui na hora da suplência se houver desistência e faltas assumir a vaga.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - OK. Sempre dizer o nome e a Instituição.

**Senhor Gilson Pires da Silva (Secretaria Nacional de Saneamento)** - Boa tarde a todos, meu nome é Gilson eu trabalho na Secretaria Nacional de Saneamento. Essas questões dos planos nacionais. Hoje,  o Ministério do Desenvolvimento Regional ele tem seis secretarias, e ele com essa junção dos dois Ministérios, o antigo Ministério das cidades, com o antigo Ministério da Integração estamos fazendo essa junção nesse momento nesse ano de juntar essas Secretarias Finalísticas então todos esses planos  regionais tem bastante discussão em cada Secretaria dessas, tem um Plano Nacional de Segurança Hídrica, o Plano Nacional de Saneamento, Plano Nacional de Recursos Hídricos, todos eles têm muitas discussões nas diversas Secretarias Finalísticas do Ministério e então e por isso seria assim tão importante mesmo essa representatividade do Ministério do Desenvolvimento Regional com essas duas vagas aí.

**Senhor Vanderlei Paganini (Representante das Prestadoras de Serviços) -** Até para a gente ganhar tempo porque não corremos o risco de perder coro e esvaziar o final da reunião,  a gente podia encaminhar, já quase para uma votação porque parece que vai virar isso, minha sugestão é que a gente inclua o Ministério da Saúde até por conta da diversidade e da forma de olhar alguns problemas que afetam a nação e Cláudia com todo respeito acho que Ministério de Desenvolvimento  pode fazer um trabalho interno de se integrar e trazer a posição dele na Câmara, isso daí seria uma coisa interna porque senão fica vou pôr mais gente para voltar para ir para discutir, o Ministério do Desenvolvimento ele é transversal a tudo isso, então minha sugestão é que fica uma vaga no Ministério de Desenvolvimento e que a gente inclua Saúde nisso acho que é saudável inclui a Saúde.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Podemos chegar nesse acordo?

**Senhor Gabriel Silva Pedrazzini (Suplente na cadeira do Ministério da Justiça)** -  Só mais uma observação aqui, por favor, a cadeira é da Justiça, mas eu  sou da FUNAI enfim reforçar que a gente solicitou e respondeu o e-mail no prazo solicitando para todas as Câmaras, inclusive a votação anterior não era uma proposta  e eu queria que constasse o Ministério da Justiça em todas as Câmaras assim que fosse verificado esse e-mail, não estou conseguindo acessar aqui o e-mail da FUNAI, do está fora do ar, enfim  não desmerecendo, acato à proposta acho que é fundamental o Ministério da Saúde aí, mas eu gostaria que constasse lá e a gente avalia-se essa situação também em cada Câmara Técnica de acordo com a disponibilidade de vagas aí eu interesse dos outros membros do Conselho.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Então você está propondo para inclusão também do Ministério da Justiça? Então na verdade, tem a demanda da inclusão do Ministério da Saúde e do Ministério de Justiça não é isso, eu queria saber se a acordo com a área do Saneamento do Ministério no sentido da retirada de uma de nossas vagas. Ou então nós vamos ter que entender que essas duas vagas vão ficar com vagas suplentes. Então é assim é um processo que nós estamos de discussão todos já se manifestaram, então eu estou perguntando se há uma possibilidade de acordo, tentaria discutir uma vaga só, se não então nós vamos... Não há vagas para inclusão a proposta que teve foi de retirada de uma vaga do MDR para inclusão do Ministério da Saúde.  Então é isso que nós colocaríamos em votação, é o único Ministério... A não ser que algum Setor de Usuários, Sociedade Civil ou Estado abra mão de alguma vaga. Seria uma composição.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Não é bem abrir mão, não se esqueça de ficar na suplência e a Câmara Técnica é um ambiente que as votações não é que nem um Conselho que a votação, votação é muito antes da discussão. Mesmo você não sendo membro nada impede de participar de todas as discussões e eu vou te dizer que participo anos nas Câmaras Técnicas, raramente é uma votação principalmente quem já está em Brasília como os Ministérios podem muito bem participar da reunião como convidados, todas as reuniões, fica mais difícil de quem vem de outro estado. Mas quem está em Brasília como uma tentativa de coesão de se fazer um habitat de diálogo, por que não participa, o Ministério da Justiça pode vir, o da Saúde, todo mundo participando.

**Senhor Demétrios Christofidis (Ministério do Desenvolvimento Regional)** **-** Eu já Participei de muitas Câmaras em tempo que eu fui Presidente de Câmaras, nesse caso aí o que eu estou vendo que a primeira suplência fatalmente pode ocorrer porque por falta é eliminado. Alguns dos participantes por faltas sucessivas, então assim o Ministério da Justiça nesse caso, o Ministério de Saúde entrando, Ministério Justiça ficar com a primeira suplência, fatalmente dentro de poucas reuniões ele pode ser que ele seja ele o primeiro a ser contemplado entrando e fazendo parte da Câmara Técnica.  Se isso for conveniente o que eu estou falando é um fato real, inclusive representando outros, ministérios já fiquei em primeira suplência segunda eu acabei participando sem que houvesse muita dificuldade claro depois de um ano e meio, isso é só um esclarecimento.

**Sr. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (CERH Ceará) -** Tem uma vaga aí de Ceará, Piauí e Maranhão,  a gente pleiteou em todas as Câmaras porque a gente vai dividir entre os estados que realmente fica meio pesado para um  estado só vim para todas as reuniões de Câmara, mas para poder vamos dizer assim equacionar essa questão aí a gente vai ceder essa   vaga nossa aí para o Ministério da Saúde. Tá certo?

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento)** - Então ainda resta a demanda do Ministério da Justiça. Ok.  Então damos em votação a composição excluindo então o Ceará e incluindo o Ministério da Saúde. Os Conselheiros que aprovam essa composição levante seu crachá.  São 24 votos. Alguém se abstém? Alguém é contra? Ok, a questão agora referente à inclusão do Ministério da Justiça, mantém a proposta ou aceita ficar na suplência, assim como o Ceará já e os estados vinculado vão continuar  na suplência. A pergunta é para o Ministério da Justiça, se mantém a proposta de composição, porque daí eu teria que ter um novo acordo aqui no plenário.

**Senhor Gabriel Silva Pedrazzini (Ministério da Justiça) -**  Bom, como eu disse  antes a ideia era a gente se propor era a participar de todas, mas como ela foi bem lembrada, era preferencialmente  e a gente tinha elencado e agora o Ministro esclareceu que a gente está presente na Câmara de Gestão Ambiental e Territorial, que isso tem muito mais relação  realmente com a nossa participação, se eu estiver um minutinho aqui para explicar, porque a Funai e os povos indígenas eles estão presentes em vários Comitês de Bacias,  são integrantes de Conselhos e Comitês de Bacias, então tanto essa questão do Plano Nacional tem repercussões nas terras indígenas que teria interesse nosso, e a gestão territorial que é o que mais a gente trabalha,  e as barragens também que aí depois a gente possa esclarecer melhor também , mas a gente tem a participação no outro Conselho da Samarco que teve impacto também nos povos indígenas, então seriam mais ou menos essas três, as principais, e  é claro, os assuntos legais anterior que eu acho que é assim Ministério da Justiça tinha que está, mas ninguém considerou essa questão e eu não sou do Ministério da Justiça, mais a cadeira é.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Então fica assim, retirada a proposta do Ministério da Justiça então damos aprovada por essa nova estruturação da Câmara que trata de Planos. Passamos agora para a discussão da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Essa tem mais candidatos. Claro.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - É importante dizer que também temos uma Resolução  do Conselho que define critérios para as entidades comporem as Câmaras Técnicas, por afinidades, os estatutos,  e as suas atribuições, então foi com base também nessa resolução que fala da afinidade, dos Estatutos e das atribuições  das Entidades com os temas que foi feito também essa repartição, sempre que extrapolou as dezessete vagas, é importante dizer isso aí.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Só peço para ele colocar aqui… A Câmara Técnica de Outorga e Cobrança foi colocada os dois temas juntos, pela sua relação. Para ser cobrado tem que ser outorgado,  só que são dois temas muito prementes da gestão de recursos hídricos então tem mais candidatos, então o mesmo caso aqui,  o Ministério Desenvolvimento Regional já abriu mão de uma, já tinha colocado duas para também fazer essa acomodação, o Ministério da Infraestrutura está com uma vaga o da Cidadania, a gente fez essa proposta,  da Saúde manteve, da Economia, de Minas e Energia como sempre a gente, como ele pleiteou duas, já está até me olhando aqui, em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais,  Rio de Janeiro e São Paulo, Ceará Piauí e Maranhão ele foi tirada agora e já fiquei meio em dúvida porque no outro, essa gente vai ter que repensar. Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia Sergipe, Alagoas,  aí obtiveram irrigantes, as indústrias, os Prestadores de Serviço Público, as Concessionárias e Pescadores Usuários de recursos hídricos de lazer e turismo. A gente também fez a proposta, desculpe que entre os usuários como o Outorga e  Cobrança ficamos pensando muito qual o usuário menos impactado não que não seja sem muito bem que a indústria de lazer, turismo pescadores é impactado, tivemos que optar para alguém, teve essa proposta, comitês de bacia hidrográfica, organização técnicas,  e organizações não governamentais, mesmo assim eu ainda tá 18. Então vocês veem que a cobrança e a outorga não é um tema muito mais difícil, mas vamos que novamente eu vou colocar você pode não estar na Câmara Técnica, mas pode vir nas reuniões, vão ter os grupos de trabalho de outorga vai ter o grupo de Carvalho de cobrança quem fica na suplência será chamada para o grupo de trabalho.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - É Vamos abrir para manifestação do Plenário.

**Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde)** - Eu tenho uma boa notícia a gente não pediu vaga nessa Câmara.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)** - Muito bem, Camila, palmas para a Camila. Ok! Então por favor, então Ceará. Viu é dando que se recebe São Francisco.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Ceará, Piauí e Maranhão estavam cortados.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Então, ótimo!

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Vamos dá uma olhadinha… Vamos somar aqui, 4 do Governo Federal, 6 dos Estados,  7 porque eram 8, menos os pescadores, 7. Agora tem que o senhor Wilson tem que se manifestar.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Então se abre a manifestação do Plenário.

**Senhor Wilson de Azevedo Filho (Representante Pescadores e Usuários de lazer e Turismo) -** Nosso segmento do Turismo dos pescadores, como é um segmento usuário ele tem que participar dessa Câmara Técnica, não é possível que um segmento usuário fique fora, quem usa a água não possa deliberar sobre valor de cobrança,  sobre outorga, nós pedimos a nossa participação no tempo que foi solicitado aos membros do Conselho a manifestação, então nós fazemos questão de poder participar dessa Câmara.

**Senhor não identificado ( ) -** Realmente eu quero endossar essa proposta do representante dos pescadores que tem tudo a ver e desculpe-me o segmento de organizações não governamentais mas eu acho que essa vaga os pescadores deveriam substituir as das Relações não Governamentais, tem mais lógica, ainda mais porque se trata de outorga e cobrança já que na organização e serviço tem um Comitê ali representando, essa é a minha sugestão.

**Senhor Marco Antonio dos Santos (Representante do consórcio PCJ, representando as ONGs) -** Eu não concordo com a fala do colega porque a gente tem muita influência, tem muita, contribuir e a única organização não governamental somos nós se tirar a gente vai ficar sem representação  nenhuma na organização Não-Governamental então eu não concordo, eu permaneço, insisto na permanência da ONG na CTOC.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Alguma manifestação a mais, alguma instituição faria a composição. Se não, então. Pois não.

**Senhor Fernando Farias (Representante de Associação de Usuários de água da região de Monte Carmelo)** - Cedo a palavra ao colega Gustavo do CNA.

**Senhor Gustavo (Representante do CNA)** - Boa tarde a todos. Nosso representante que é o titular da vaga não pode participar e eu acredito e também concordo com a fala do Wilson, acho que todos os usuários deveriam estar presentes nessa Câmara e a minha sugestão é que o Ministério de Infraestrutura uma vez que ele não representa nenhum segmento diretamente outorgado, ele representa talvez a questão de hidrovia, não trabalho com outorga diretamente, então ele poderia ser o retirado uma vez que não tem ligação direta com o meu entendimento.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Alguém da Infraestrutura? Não tem a representação do Ministério da infraestrutura no momento? Bom então a proposta que temos, temos duas propostas, uma da substituição do Setor de Pescadores pela Sociedade Civil e outra proposta seria a inclusão dos pescadores com a retirada do Ministério de Infraestrutura. São essas  duas propostas até o momento.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia - ME)** - A gente tem que lembrar que essa discussão de outorga é para dar valor econômico à água tem que estar envolvido os setores usuários tem para saber o quanto isso afeta a atividade deles mas tem que ter representação  da sociedade como um todo. Acho que não cabe tirar nem Ministério da Infraestrutura que diretamente está representando as hidrovias é o que tá olhando para hidrovias no sistema todo de transportes, não é outorgado. Não por enquanto não paga, e manter os representantes das ONGs, que vão está olhando com uma sociedade como um todo, eu acho que é mais interessante. A proposta não tira o Ministério da Infraestrutura, é contrário o encaminhamento foi dado anteriormente não tinha entendido encaminhamento, que tinha acabado de ser feito, que era substitui, botar hidrovia e tirar infraestrutura.

**Sr. Não identificado -** Eu só quero continuar defesa em relação, porque eu concordo com a fala do nosso companheiro que acabou de falar e a Infraestrutura teve a oportunidade de estar aqui e dá a sua defesa e eles nem estão aqui para fazer a defesa, então não interesse pela Câmara. Então acho que quem tá aqui é que tem que ter prioridade tanto que eu  concordei inclusive com a fala do Paganini, e a fala do nosso colega lá da FUNASA, então quem está aqui é quem tem interesse quem tem que ter prioridade, se não está fica para depois.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Fica mantida a proposta da substituição da Associação dos Pescadores pela Sociedade Civil, Ailton mantém a proposta, nós vamos votar duas propostas, troca dos pescadores e o Setor de Turismo pela Sociedade Civil ou pelo Ministério da Infraestrutura são essas duas propostas que estão colocadas. Precisa ser  de 17 vagas, nesse momento temos 18. Não, são duas votações, um dos três sai. O coro para votação são 19 votos.

**Sr. Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) -** Olha, pela mesma lógica do Ministério da Infraestrutura está em Brasília, pode participar não tem o menor problema, sempre vai colaborar. Eu acho que efetivamente tirar os pescadores é muito ruim, tirar as ONGs acho que é pior ainda. Vamos buscar representatividade. Minha sugestão é que a gente encaminhe no sentido de tirar o da Infraestrutura, que ele participa junto conosco paralelamente e mantém os pescadores e não mexe nas ONGs, essa é a minha proposta.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Retomo à pergunta que o Ailton  fez a proposta, a original se ele retirar essa proposta já fica esse encaminhamento.

**Senhor Ailton Rocha (Representante da Bahia, Sergipe e Alagoas) -** Eu retiro minha proposta e sou favorável ao encaminhamento.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Ok, então temos só uma proposta de substituição do Ministério da Infraestrutura, pelo Setor de Usuários de Pescadores e Serviço de Turismo. Quem concorda com essa proposta, levante o crachá. Quem discorda quem se abstém. Deu tempo de contar? Então está definida a nossa composição da Câmara Técnica de Outorga Cobrança. Passamos agora para a Câmara Técnica de Integração para Gestão Ambiental e Territorial. É a Câmara Técnica que decorreu da fusão de Recursos hídricos transfronteiriços, Águas Subterrânea e Zoneamento Costeiro. Então eu peço para a Claudia apresentar a proposta a partir das demandas que foram apresentadas.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** O Ministério do Desenvolvimento Regional também, novamente abriu de uma e ficou com uma vaga, Infraestrutura já está com uma vaga, desculpa o da Justiça também com uma vaga, que o Ministério da Justiça…

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –**  Ministério da Justiça, Infraestrutura, Ciência e Tecnologia, Turismo, Ministério de Minas e Energia uma vaga, o Meio Ambiente  com uma, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com uma, Distrito Federal, Espírito Santo com uma, Minas Gerais ,Rio de Janeiro e São Paulo com uma,  Ceará, Piauí e Maranhão com uma, Bahia, Sergipe e Alagoas com uma. Agora Indústria uma, Prestadores de Serviço de Água e Esgoto uma, desculpa, Pescadores uma, Comitê de Bacia Hidrográfica uma, Organização Técnica de Ensino e Pesquisa uma, Organização Não-Governamental uma, total de 17.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** - Ok! Aberta a manifestação do Plenário sobre a composição proposta. Quem quiser falar, levante o braço aqui e pode falar se identificando.

**Senhor Luiz Taquiama (CERH do Amapá) -** Eu estou  percebendo assim, nós não nos manifestamos. Vocês podem perceber que nenhum dos Estados do norte acho que se manifestou em termos das Câmaras Técnicas,  eu particularmente como titular eu não tive tempo de manifestar tem até um álibi aqui que eu estava numa viagem para fora do Brasil, e assim eu gostaria de defender a participação dos Estados do norte nessa Câmara Técnica,  apesar de ter faltado com a resposta, mas por dois motivos, primeiro a questão de nós temos fronteiras na Amazônia, grande Fronteiras na Amazônia então esse tema é da gestão territorial é muito importante para nós e também assim um dos maiores problemas da Região Norte são decorrentes de problemas fundiários,  também ambientais então eu gostaria de propor a exceção aqui do Amapá, Tocantins e Rondônia pelo menos nessa Câmara Técnica eu digo também que vocês perceberam nós não estamos participando de nenhuma outra Câmara Técnica, então eu pediria aqui aos Conselheiros que revelassem essa solicitação para nos incluir nessa Câmara Técnica.  Outro comentário que eu gostaria de fazer é que para nós é muito difícil vir a Brasília, muitas reuniões, nós temos problemas orçamentários, financeiros, de agenda, então para os órgãos que estão aqui em Brasília eles podem facilmente participar de todas as Câmaras Técnicas, mas nós não temos essa... Nós temos vontade, mas não temos como fazer isso, então queria que você dos conselheiros aí os demais conselheiros e relevassem essas questões para que a gente pudesse ser inserida nessa Câmara Técnica. Obrigada!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Pois não, está aberta a manifestação.

**Sr. Não identificado -** Suposição… É só conferir, foi mencionado que o Minas e Energia  estava cortado, mas está contando, mas acho que não... Com o Minas e Energia conta sete ali no governo geral,  e o Meio Ambiente está de vermelho, suponho que tenha sido proposição do …

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**   é porque é assim, a Câmara de Integração com Gestão Ambiental e Territorial. Então essa necessidade.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –**    Glauber você colocaria, O Minas e Energia….

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Ok, quem mais, alguma manifestação. Pois não.

**Senhor Fernando Farias (Associação de Usuário de água da região de Monte Carmelo, Representante dos Irrigantes.) -** Solicitamos inclusão nessa Câmara e tivemos o  pedido rejeitado já de pronto, entretanto gostaríamos de manter nossa demanda em função de que o próprio Ministério da Cultura não está contemplado e a gente compreende que os Irrigantes de alguma maneira são representantes do agronegócio e a grande extensão que temos aí de áreas que interferem habitualmente na produção da qualidade na produção da água na quantidade e na qualidade estão no agronegócio então a gente mantém o nosso interesse e as perspectivas que nós podemos contribuir de forma efetiva no melhor debate sobre o tema.

**Senhora Mônica Irion Almeida (**Concessionárias de Geração Hidrelétrica - **ABRAGE) -** Boa tarde, Mônica representando aqui a Abrange no Setor de Concessionárias de Geração Hidrelétrica, até em função do que foi apresentado ontem com relação à gestão de recursos hídricos de forma integrada e com outros países que entra essa questão de gestão de recursos hídricos transfronteiriços olhando a atuação das Concessionárias que detém em uma série de monitoramentos  e atuação que passa por essa gestão tanto transfronteiriça quanto de bacia hidrográfica em sistemas, da história, a gente solicita que seja mantida a representação dentro da Câmara Técnica.

**Sr. Não identificado -**  Gostaríamos apenas de dar uma palavra em peso ao que foi dito pelas Concessionarias Geração de Energia Elétrica o Mistério hoje com dois estudos de inventário para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos com Argentina, temos também andamento em discussão com a Bolívia aproveitamento de potencial hidrelétrico que afetam usinas hidrelétricas no Brasil principalmente os do Rio Madeira temos também uma case com a Itaipu, quer dizer nós temos uma série de casos transfronteiriços que tem relação direta com as usinas no Brasil, é por esse motivo a gente reforça o pedido que foi feito.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Algumas das instituições que compõem, propõe algum acordo de retirada por já está compondo alguma outra Câmara. Não havendo proposição, então… Entre os Setores Usuários alguma composição?

**Sr. Não identificado -** A minha proposta era adiciona ai Amapá, Tocantins e  Rondônia, então tem que colocar unzinho ali também para pode contabilizar, se for uma proposta, tá!

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** A Concessionárias também. Vocês estão vendo o número que está dando.   Roraima, Amazonas e Para com uma proposta, não Amapá, Tocantins e Rondônia... Então o Problema desta Câmara e que juntou muitas temáticas. Vamos pensar que haverá grupos de trabalho, haverá um Grupo de trabalho transfronteiriço,  haverá um grupo de trabalho de água subterrânea e um grupo de trabalho Costeiro, haverá os que quem fica na suplência poderá participar desses grupos de trabalho.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Algum acordo entre os Estados para entrada do Amapá?  Teria que um conjunto de estados abre mão em função das outras composições da Câmara, se há algum acordo. Tem acordo com Ceará, o Ceará vai ficar com muito voto aqui na frente. Ok, então com isso o colegiado então do Ceará Piauí e Maranhão abre mão para que entre o conjunto de estados Amapá, Tocantins e  Rondônia. Obrigado pela cooperação. Vamos em frente então entra os Setores Usuários. Inclui Amapá, e retirou o Ceará. Entre os Setores Usuários a alguma composição? A demanda da inclusão dos Irrigantes e das Concessionárias da Geração Hidrelétrica.

**Senhor Fernando Costa Faria ( Irrigantes - Associação dos Usuários de Água da região de Monte Carmelo)** - Não é inclusão,  é a manutenção, que a solicitação já estava feita.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Senhor Renato (Representante do CNRH)-  Dos Irrigantes?

**Sr. Não identificado** - Dos Irrigantes,  foram feita a solicitação dentro do prazo conforme manda o figurino e na verdade que esta solicitação só  manutenção mesmo.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Mas então,  não está em discussão a questão dos Irrigantes, a demanda única é do setor hidrelétrico.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Foi uma proposta da Secretaria de alguns segmentos, isso é uma questão que teve mais candidatos  que vaga não que eles não tivessem… Todos pleitearam, mas tem que tá tendo mais candidatos que  vaga foi só uma proposta.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Senhora Cláudia - Mas você pode olhar, está tendo… Tirou do MDR,  e também do MME. Nem o MDR e nem o MME, reclamaram.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Coloca o MME  com aquele risquinho também para mostrar que  o MME também… Um do MME com risquinho e o outro com um embaixo,  só para ver que teve dois do governo federal que... E tira o MMA também é isso é... Não sem risquinho no MMA,  é pode ser, pode ser. Mas os Irrigantes e as Concessionárias estão com o risquinho.

**Srª Não identificada -** A gente solicita que mantém as Concessionárias pelos motivos que eu já coloquei e por que até  no Planejamento Estratégico da ANA está se falando um pouco de áreas, avançar nas áreas de restrição áreas que vão tem algumas restrições de uso e aí de nosso total interesse em participar dessa Câmara Técnica e manifestamos no prazo também que foi solicitado o  interesse em participar. Obrigada!

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Estou vendo aqui só por uma proposta, pelo princípio olha, o Ceará, Piauí e Maranhão abriu mão, o Ministério do Desenvolvimento Regional tinha duas, tirou uma, Ministério de Minas e Energia, os Usuários estão com maior número em todas, uma só tentar sabe até… Sim, por uma questão matemática não vai cabe 20 pessoas em toda essa Câmara Técnica, então até uma questão de boa vontade todo mundo deu a sua contribuição.

**Sr. Wanderley da Silva Paganini (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) -** Pedir para abaixar um pouquinho por gentileza, é isso mais um pouquinho. É muito deselegante o que eu vou falar eu acho que é até antiético, mas Ciência Tecnologia e Inovação e Comunicações tem uma Câmara quase que especifica um pouco adiante e está em Brasília. Eu acho que já foi dito diversas vezes que eu poder de voz  todos terão, acho que eu vejo até com alegria isso, tudo aqui, que é a vontade de todos participarem, eu vejo com alegria isso, mas por outro lado é lembrando que a participação de toda a  sociedade está ali nos usuários, está ali um pouco mais embaixo e nós não estamos em Brasília e o Ministério está em Brasília eu não sei eu estou só, acho que é chato isso que eu estou dizendo até para ouvir o colega de Ciência Tecnologia Inovação e Comunicação,  vamos ver o colega se é isso mesmo que tem uma Câmara quase que especifica para isso, um pouco mais adiante não é isso tem de Educação Ciência e Tecnologia e pode também como a Cláudia tá falando pode participar como suplente, como ouvinte, como tem direito a voz, então  podia minha proposta objetiva, perdão poderia ouvir o Ministério de Ciência e Tecnologia.

**Senhora Dione Vítor dos Santos (Ministério Da Ciência, Tecnologia, Inovações E Comunicações - MCTIC) -** Dione,  do MCTIC, na verdade é nós já no período anterior a gente sempre participa desta Câmara, como houve  essa junção é porque tem uma Coordenação Geral do MCTIC, que trata do Mar e Antártica e desenvolve tecnologia nessa  área, aí por isso nós pleiteamos uma vaga nesta Câmara Técnica também, Ciências e Tecnologia, claro tem que ser pleiteada, mas nesse caso aí é porque nós já temos um histórico aí de participação nessa Câmara justamente por ter  uma coordenação que trata disso, Mar e Antártica é isso. Obrigada!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Eu gostaria de registrar que em função dessa composição da Câmara,  na verdade fazer a soma das atribuições de 3 câmeras anteriores, os grupos de trabalho vão ser permanentes, inclusive o próprio Ministério de Relações Exteriores abre mão da titularidade na Câmara Técnica porque o foco do Ministério vai ser o grupo de trabalho de transfronteiriço , então os grupos de trabalho  vão ter 10 membros e um ano de trabalho, para aquela missão, então, nós vamos ter um conjunto de missões, nada impede do grupo está sendo recomposto a cada atividade ou resolução a ser elaborada, então é um processo. Na verdade, os grupos de trabalho, que vão ser um número de até três grupos simultâneos em cada Câmara dessas, na verdade vão ser o grande propulsor do resultado e do trabalho a ser levado para as Câmaras Técnicas. Então é nesse sentido que eu proponho, queria encaminhar para o Ministério das Ciências e Tecnologia, dessa possibilidade de abrir mão dessa vaga pensando que você, o Ministério com certeza ele vai ter o protagonismo nessa Câmara de Ciências e Tecnologia, com isso nós teremos apenas a discussão entre os Usuários ou ser algum Setor de Usuários abririam a mão para que se pudessem também incluir o setor do Irrigantes e do Setor Elétrico. Então, encaminhamos você retiraria a proposta ou não?

**Senhora Dione Vítor dos Santos (Ministério Da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC) -**  No caso teria que dar essa resposta hoje?

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Sim, então a gente vai votar. Porque pode ser por votação, se ficar ruim pra você, a gente faz uma votação. Então vamos fazer a primeira votação, porque a situação que temos em relação para  a inclusão de um setor. Então a proposta… Sim…

**Senhor Fernando Farias (Irrigantes) -** É uma questão de ordem lá está no segmento de usuários, houve duas demandas de manutenção, Irrigantes e Concessionárias de Geração de Energia, um ao outro as duas instituições pedem para ser mantidas como foi feita a solicitação que resultaria numa conta de 19.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Por isso essa composição, vamos por partes, e o primeiro a se manifestar aqui no Plenário foi o Setor de Irrigantes. Então nós vamos fazer a proposta para a votação.

**Senhor Marco Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ)** - Marco da ONG, o consórcio PCJ, a gente abre mão da nossa vaga ali que já está definida e passa para  quem e a gente pedem a suplência para o primeiro suplente vamos dizer assim nessa questão aí, a gente abre mão da vaga para poder acomodar.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Ok,  então…

**Senhor Marco Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ) -**  Eu abro mão, e o Plenário decide pra quem que vai.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Já estava uma ordem primeiro... Para quem você abre mão.

**Senhor Marco Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ) -**  Eu abro mão para os Usuários, e entre os Usuários eles decidem.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** A primeira demanda, no Plenário foi o Setor de Irrigantes.

**Senhor Marco Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ) -**  Então tá bom, então  eu abro mão para o Setor de Irrigantes.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Então a vaga é resolvida, então colocamos em votação o tema da inclusão do Setor Elétrico compondo a vaga proposta do Ministério Ciência e Tecnologia, quem concorda com essa alteração levante o seu crachá.

**Plenária -** Repete, por favor!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** A proposta de inclusão do Setor Elétrico na vaga do Ministério da Ciência e Tecnologia,

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** 22 então, quem discorda quem se abstém, então está composta nossa Câmara de Gestão Ambiental e Territorial.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Vamos conferir só um minuto aqui. Uma do Ministério do Desenvolvimento Regional, uma da Justiça e Segurança Pública, uma Infraestrutura, uma do Turismo e uma de Minas e Energia, que deu cinco, vamos somar ele certinho, Goiás Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e  São Paulo, Amapá, Tocantins, Rondônia e Bahia deu 5 certo, Irrigantes, Indústrias e Prestadoras, Concessionárias, Pescadores, Comitês e OTEPs, certo!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Ok, fechamos, 17.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Parabéns, gente!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Ok, vamos em frente. Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Ministério do Desenvolvimento Regional um, Ministério da Justiça um Ministério da Educação um, da Cidadania um, Minas e Energia um, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Amapá, Tocantins e Rondônia, Irrigantes, Indústria, Prestadores de Serviço Público, Concessionárias, Pescadores, Comitês de Bacias Hidrográficas e Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa, eu acho que a Organização Não-Governamental estava, desculpe. Eu acho que na hora de colocar o Amapá também não estava.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -** Maranhão havia demandado?

**Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde) -** Ministério da Saúde também enviou.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Vamos refazer do começo aqui que eu acho que na hora sem querer. É a CTECT. Do começo, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Cidadania e Saúde, Ciências tecnologia e Inovação e o Ministério de Minas Energia a outra vaga.   DF, Minas e São Paulo, Ceará, Piauí e Maranhão, Amapá, Tocantins e Rondônia não está. Por último e a mesma coisa em todas, Irrigantes, Indústrias e Prestadoras, Concessionárias, Pescadores, Comitês Organizações Técnicas e de Ensino e Organizações Não Governamentais, no total, 18.  Certinho. Acho que na hora de colocar a outra Planilha mexeu nelas.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento de Regional) -** Ok! Então está aberta para a manifestação. Minas e Energia.

**Senhor Thiago Prado (Ministério de Minas e Energia**) -  Uma boa tarde, Thiago Prado, Ministério de Minas e Energia, gostaríamos então de abrir mão da nossa vaga.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento do Regional) -**  Muito obrigado. Então composta a Câmara de Ciências e Tecnologia. Vamos em frente, para a última Câmara, Câmara nova de Segurança de Barragens.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** O Ministério de Minas e Energia  fica como o primeiro suplente da SETECT, Segurança de Barragem, de Ministério de Desenvolvimento Regional, Ministério de Desenvolvimento Regional novamente, Ministério de Infraestrutura, Saúde,  Ciências e Tecnologia e Inovação, Minas e Energia, Meio Ambiente, Goiás, Mato grosso do sul, e Mato grosso, DF, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Piauí e Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas, Irrigantes, Indústria, Prestadores de Serviço Público, Concessionárias, Pescadores, Comitês, Organização Técnica de Ensino e Pesquisa, Organização Não Governamental, vai está dando maior porque tem uns que está riscadinho, pode somar todos que vai dá um número  maior, o que estão com o risquinho colocar o número de volta aqui para dá o número certo aqui.

**Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde) -** Nós não pleiteamos vaga para essa Câmara.

**Senhor Gabriel Silva Pedrazzini (Ministério da Justiça, Suplente da FUNAI) -** Reforçar que é essa a gente tem uma importância de contribuição no grupo lá da Samarco que atingiu os povos indígenas estão, os Tupiniquim até lá na Foz do Rio Doce chegou os impactos também e mais uma vez o Ministério do Meio Ambiente não tá aí,  seria de suma importância a participação deles em todo mas também se não for na vaga no Ministério da Justiça, na vaga do Ministério da Saúde, na vaga do Ministério do Meio Ambiente, eu acho que a gente poderia estar presente aí no sentido também de que a gente pleiteou a tempo no prazo e abrirmos  mãos de outras Câmaras Técnicas também.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento) -**  Aqui por favor,   o Comitê São Francisco.

**Sr. Anivaldo de Miranda Pinto (Comitê de Bacia em rios de domínio da União) -**  Uma pergunta: O segmentos de Comitês de Bacias foi suprimido?

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –**  É uma proposta.

**Sr. Anivaldo de Miranda Pinto (Comitê de Bacia em rios de domínio da União) -** Bom, se é uma  proposta, então vamos as Justificativas,  se existe uma Câmara Técnica onde os Comitês precisam necessariamente estar representados nessa aí,  e aqui eu falo em várias situações começando pela Bacia do Rio São Francisco, eu não vou repetir muitas coisas, mas basta o  evento da Barragem Córrego do Feijão e o que aconteceu com o Rio Paraopeba que é um dossiê ainda completamente aberto depois daquele crime que foi cometido pela Empresa Vale, para justificar essa presença.  Outra coisa, o Comitê do São Francisco, só para citar um caso que temos o Comitê do doce com o dossiê do Doce, está trabalhando um inventário de todas as ameaças constituídas por barramentos de rejeitos de minérios que podem potencialmente seja pelo potencial de dano ou de risco atingir o Rio São Francisco que não tem plano B para isso,  inclusive esse é um dos assuntos que nós queremos trabalhar aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos porque a questões estratégicas para o Brasil visto que se uma daquelas barragens sobretudo aquela mineração de ouro do Rio Paracatu, evidente que está cercada de uma série de parâmetros de segurança, mas basta um acidente ali e o Brasil quebra pelo meio literalmente, visto que   o Rio São Francisco, como nós tivemos até discutindo agora é a família aumentou vai de Minas Gerais até o Ceará, então nós queremos essa vaga, existem razões muito concretas para isso temos situações ali no quadrilátero ferrífero na região metropolitana de Belo Horizonte, precisa ser resolvidos e imediatamente, inclusive de barramentos e de rejeitos de minérios que estão abandonados, que estão apenas 10 km de um dos pontos de captação mais importantes para a cidade de Belo Horizonte para não citar que com o evento do Paraopeba Belo Horizonte já perdeu uma das suas fontes principais de abastecimento está tentando construir outra a montante. Então por essas razões eu considero que os Comitês estarão representados. E só vou  encerrar rapidamente, os Comitês tem nove, são noves Comitês Interestaduais e mais de 200 Comitês Estaduais e eu acho que o Conselho precisa reconceituar essas coisas que estão ocorrendo aqui, o Comitê está aqui equiparado da Sociedade Civil nada contra, não tem nada a ver com a sociedade civil em termos de achar que nós não poderíamos estar, mas só que Comitê não é sociedade civil, Comitê é uma organização paraestatal que compõe a base do Sistema Nacional de recursos hídricos, e essa é um sistema estranho que não se reconhece na sua própria identidade, diz que os comitês são a base dessa pirâmide que se quer construir enquanto Sistema Nacional de Recursos Hídricos e nós portanto não só protestamos contra essa conceituação de Comitê enquanto Sociedade Civil, isso significa que grandes contingentes aqui que não entendem o que é que é Comitê, o Comitê uma representação inclusiva do próprio poder público que não se reconhece a si mesmo e por tanta que nós fizemos uma reivindicação mínima visto que somos nove comitês interestaduais e mais de 200 estaduais,  então nós nos contentamos que sobre protesto de ter apenas um representante de cada uma Câmera dessa, portanto queremos que esse mínimo acordo que é injusto, visto que nós deveremos ter um Comitê de bacia por região brasileira no mínimo cinco deveriam estar ai representados e queremos pelo menos manter esse mínimo de justiça do que foi proposto aí.

**Senhor Demétrio Christofidis (Ministério do Desenvolvimento Regional)-** Quero passar a palavra para Cristiane Battiston, por favor.

**Senhora Cristiane Battiston ( Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Boa tarde meu nome é Cristiane, eu coordenava o GT de Segurança de Barragem que a gente tinha no âmbito da CTAP, aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  vários colegas que estão aqui participavam desse GT e eu queria destacar que assim o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ele tem um papel muito importante na política e segurança de barragem,  e um papel bastante de regulamentação então é muito importante que a gente consiga ter na Câmara, órgãos e entidades que vivenciam no dia a dia a implementação da política. Então vou pedir a compreensão de vocês de mesmo o Ministério do Meio Ambiente não estando aqui que a gente mantivesse a vaga e que lá pelo MDR a gente faça o movimento com o MMA para a manutenção, para indicação e participação efetiva na Câmara, porque a gente tem problemas com a dupla fiscalização no licenciamento ambiental e pelo IBAMA sendo o fiscalizador.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Obrigado Cristiane.

**Sra. Marilia Carvalho de Melo (CERH Minas Gerais)** - Na verdade não é discussão de composição,  mas como Minas Gerais foi citado, acho que cabe um esclarecimento para esse Conselho,  na fala do Anivaldo não existe barragem abandonada na região metropolitana existe uma barragem que era de uma mineradora que faliu,  uma mineradora Australiana, o governo do estado assim como a lei determina imediatamente assumiu a gestão dessa barragem para si, realizou uma série de obras para garantia de segurança dessa barragem. Então eu só gostaria de esclarecer essa questão para o Conselho. Obrigado!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Mais alguma Manifestação?

**Sr. Jair Vieira Tannús Júnior (CERH Distrito Federal) -**  Senhor Presidente primeiramente gostaria de cumprimentar pela condução dos trabalhos, missão que eu já enfrentei e sei das suas dificuldades, cumprimentar também pela participação efetiva do nosso Ministro e presidente do Conselho que se disponibilizou em ficar a manhã toda aqui,  participar dos trabalhos, isso é muito importante para dar a importância do Conselho, e eu gostaria então para o bom andamento dos trabalhos declinar da participação do Distrito Federal nessa Câmara técnica já estamos muito bem contemplado com as outras que já foram definidas, então o  Distrito Federal declina desta vaga em prol do entendimento e da celeridade dos trabalhos. Muito obrigado.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Muito obrigado. Então as demandas que tem é de inclusão do Ministério da Justiça e de inclusão do MMA é isso? Não, MMA. Ajuda-me o pessoal que está me acompanhando aí, trocaria MMA por Justiça, essa foi a proposta ou uma das propostas, com o movimento do DF de abrir mão de uma vaga. Declinando a favor do Ministério da Justiça, é isso? É só essa demanda no presente momento?

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Pode olhar para o final, o número ao final, são 20, tem três que tem que. Ele não está declinando a favor do Ministério da Justiça eu acho que é melhor ele declinar e a gente continuar tentando compor, até pedi para algum outro setor do Usuários, lembrando que estão em uma participação maciça em todas as Câmaras Técnicas pelo princípio.

**Sr. Anivaldo de Miranda Pinto (Comitê de Bacia em rios de domínio da União) -**   Só um esclarecimento, volto a perguntar se o Comitê de Bacias já estão ali incluídos.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Já está incluído.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Anivaldo, aqui o Comitê de Bacias Está dando 20 vagas, 20 candidatos… Já tirou tinha 21 estão com 20 para 17, mesmo cortando, olha…

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Já tirou o DF.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Vê  o total ali dos estados. Já tirou…

**Sr. Não identificado -**   Senhor Presidente!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Pois não.

**Sr. Não identificado -**  Confira ali, o Governo Federal a representatividade do  Governo Federal a soma, são oito ali ó, aí vai dar  mais….

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Desenvolvimento Regional 2, Justiça 3, Infraestrutura 4, Ciências e Tecnologia 5, Minas e Energia 6, Minas e Energia 7, Meio Ambiente 8.

**Senhora Fernanda Gomes Pereira (Representante de Pernambuco**) -  Só uma sugestão, toda a parte de recursos hídricos é tocada pelo MDR,  aí seria o de Infraestrutura ser reavaliado, eles tocam rodovia, ferrovia, portos, enfim talvez não caiba a preocupação com barragem que tá tudo dentro de órgãos vinculados ao MDR, DNOCS, Codevasp, não tem nenhuma ligada ao MI.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Você está propondo a retirada do Infraestrutura, é isso?

**Senhora Fernandha Bastista Lafayette**  **(Representante de Pernambuco)** – Sim, seria isso.

**Senhor Fernando Farias (Irrigantes - Região de Monte Carmelo) -** Olha foi falado, havendo a possibilidade da retirada de algum Usuário, veja, o Ministério de Desenvolvimento Regional e o Ministério de Minas e Energia, cada um ocupa duas vagas  e agora quer retirar uma vaga dos Usuários, acho meio contrassensual, porque os Irrigantes representam um interesse distinto da Indústria, que são distintos dos prestadores de serviços de abastecimento público, concessionária de abastecimento público, ao mesmo tempo que  o Ministério de Minas e Energia, apesar de representar Minas e Energia, é uma instituição única, o Desenvolvimento Regional nas suas secretarias é uma instituição única, quer dizer, acho que primeiro a gente tinha que fazer uma retirada das instituições que estão pedindo duas vagas  para si, para depois começar a discutir as outras que queira abrir mão da sua representação. Os Usuários, cada um tem seu interesse específico e distinto.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –**  Sobre MDR, mas nesse caso não discutimos de tirar o Ministério de Minas e Energia por causa da NM Agência Nacional de Mineração não esquecemos que as tragédias de barragens é com barragem de mineração e rejeito, que é  um assunto afeto ao Ministério de Minas e Energia, quando eu fiquei naquela matemática de tentar tirar ali, não pensei jamais de tirar Minas e Energia daí, por causa da ANM. Antigo DNPM.

**Senhor Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia**) -  Até a Cláudia está sugerindo não tirar o Ministério de Minas e Energia, eu  acho que vale a compreensão de todos os conselheiros nesse sentido porque realmente existem duas Agências Reguladoras que são fiscalizadores de barragens relevantes para essa parte de segurança de barragem vinculados ao Ministério de Minas e Energia,  que ANEL e ANM então seriam esses representantes que estariam altamente qualificados e capacitados para contribuir na melhoria das práticas de segurança de barragens então é fundamental nossa participação em duas vagas nessa Câmara Técnica.

**Sr. Não identificado**  -  Presidente com quanto nós estamos,  por favor?

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Nos ajude!

**Sr. Não identificado -** Com quantos nós estamos aí, por gentileza.

**Sr. Wanderley da Silva Paganini ( Prestadoras – CETESB) -** 21. Parece que aumentou, aconteceu alguma coisa ai. Tinha diminuído isso daí. Pode subir um pouquinho por gentileza a tabela. Não tínhamos entendido que iria retirar o Meio Ambiente?  Porque olha, os colegas de Minas e Energias, eu entendo perfeitamente e os colegas do Ministério de Desenvolvimento não poderia ter um movimento de dentro do próprio Ministério, consolidar esse trabalho, dificulta demais? Não, pois é isso que eu estou perguntando o colega, então dentro do Ministério, vocês não conseguem se conversar?

**Sr. Não identificado -**  Eu posso fazer defesa para o MDR? É só lembrando que o MDR ele tem várias políticas relacionadas à Segurança de Barragem, além disso tem vários setores, várias secretarias finalísticas que tem atuação nisso eu sou da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e nós estamos diretamente envolvidos com esse tema com a política nacional de segurança de barragens. Além disso, a Câmara técnica diz que uma das atribuições não é uma das competências é justamente monitorar a implementação da política,  promover a integração da política nacional de segurança hídrica com a política nacional de proteção e Defesa Civil, então eu diria que é na prática seria inviável conciliar os interesses da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil com a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, com o  Dnocs, com Codevasp, que têm visões totalmente diferente para esse tema. Entendi. Então não teria como nós da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil representar o interesse do Ministério, enquanto empreendedor no São Francisco, como construtor de Barragens, como possuidor de barragens como é o Dnocs é a Codevasf,  então a gente não teria como fazer essa representação de todo o Ministério e não vejo, o restante, o outro representante de outra secretaria fazer também essa defesa dos nossos interesses, inclusive, não é questão de defender, a Câmara Técnica eu entendo que ela tem um papel de propor medidas que melhora implementação da política e faça essa integração entre as políticas se para isso, se você pode prescindir se é possível a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica fazer essa proposta para que se faça a integração com a política nacional de proteção e Defesa Civil é então não faz sentido a  Secretaria Nacional de Defesa Civil está presente, eu acredito nem no Conselho. Desculpe-me. Mas eu vejo na prática como algo impossível de acontecer.

**Sr. Wanderley da Silva Paganini ( Prestadoras – Sabesp)-**   Só para concluir a minha fala então que fui interrompido. É um pouco demasiado tua fala não tá presente no Conselho, porque nós estamos misturando um pouco a representação com o voto. Câmara não tem voto se faz por consenso,  então nós estamos misturando um pouquinho quando você fala não faz sentido participar do Conselho Nacional, acho que um pouco descabida sua fala, desculpa o final da tua fala eu acho que não cabe isso,  único apelo que nós estamos fazendo é sim, é possível dentro do Ministério Minas e Energia e do MDR fazer este trabalho não foi dito não é possível foi só perguntado se é possível, então se não é possível continuarmos a discussão da mesmo maneira que os Usuários também,  podemos separar aquele que constrói a barragem do que aquele que opera e mantém, entendi, quer dizer então é um pouquinho, se de alguma forma foi indelicado você me desculpa, mas eu acho que dizer que não vale a pena nem entrar no Conselho Nacional acho que foi sua indelicadeza. Me perdoa.

**Sr. (...) -**   Só corroborando um pouco aqui com a fala do Conselheiro,  é que a gente de fora tá, olhando a composição parece que embora juntou no nome, mas na essência  não juntou, parece que fica feia, uma coisa separada eu era de tal órgão agora vim para cá, mas eu continuo sendo de outro órgão  que era antes essa é a impressão que passa e quando a gente fala que tem 2 MDR, quando tem 2 MI, por causa disso, se conversa internamente que  leva uma proposta de cada Ministério, aí separadamente mas leva uma proposta única eu acho que a fala consensual nossa aqui é por causa desse motivo não é por causa de  participação que deve e o que não deve, mas eu acho que de fora a gente vendo parece que continua, olha juntou o Ministério da Integração como o Ministério da Cidade formou MDR,  só que na cabeça parece de fora que ainda tem o Ministério de Integração e o Ministério, é isso que passa entendeu… Então por isso que a gente queria ver se o governo pudesse abrir mão nessa situação aí entendeu.

**Senhora Fernanda Gomes Pereira (Ministério da Economia)** - Eu sou Fernanda Ministério da Economia,  a gente nem pediu participação nessa Câmara que não tem muita relação com a nossa atribuição, com a nossa atuação, só que eu queria me solidarizar  com os meus colegas aqui do Governo Federal, inclusive com o Ministério que virou cinco Ministérios, a gente não é tão simples essa integração igual a você afirmou agora da gente não é fácil todo  assunto que a gente discorda internamente, você tem que levar para a Secretaria Executiva, tem um zilhão de assuntos, então realmente você abre a possibilidade de ter um técnico ali que tá lidando com a mineração que é completamente distinta da parte das barragens da  geração hidrelétrica eu acho que é primordial assim porque até no fim das contas quem a gente acaba tocando aqui de Brasília essas Câmaras, vocês, será aberto para contribuir com que quer assim, acho que ficou bem claro aqui que todo mundo pode contribuir dentro das Câmaras com que achar pertinente e participar voluntariamente, mas assim eu acho bem importante que essas duas classes,  eu sou da área de energia elétrica dentro da Economia pelo menos a mineração energia elétrica é contra o desenvolvimento regional e eu concordo com o meu colega ali que acho que tem mais experiência do que eu na área, mas é não é tão simples esse saneamento e por isso é importante a representação dupla sim. Eu acho que é como a gente está no primeiro ano de governo desse novo modelo, dessa reforma institucional a gente ainda vai lidar com esse tipo de ajuste e essa importância precisa ser valorizada.

**Senhor Tiago Prado (Ministério de Minas e Energia)** - Senhores,  eu queria colocar uma reflexão, muito além da questão das vagas o  de tensionamento, de participação dos grupos, a matéria é diretamente associada a nossa pasta, veja a gente  tem uma área de mineração, a gente tem uma área de geração de energia elétrica, os processos construtivos são diferentes, a regulação é diferente,  quer dizer a gente estaria discutindo abri mão justamente dos principais agentes também da fiscalização, hoje pela manhã foi feita uma apresentação do relatório de barragens a ANM e ANEEL,  não estão lá em primeiro lugar mas fizeram seu dever de casa, estão em segundo e terceiro lugar então a gente tá discutindo reduzir a possibilidade de participação daqueles entes que estão ali visualizando os problemas e assim a gente viu na TV, tem gente que viveu,  a gente leu os jornais, viu fotos, a gente sabe qual a consequência, então eu gostaria que o senhores refletissem, eu sei que é assim existem interesses de alguns Ministérios e de diversos agentes em participar da temática, mas eu gostaria que o senhores refletir-se ao fazer esse pedido de redução de vaga de Minas e Energia,  porque são justamente as duas áreas que estão fiscalizando apoiando na política de barragens e alimentando os resultados para a ANA apresentar os relatórios, então por favor gostaria que os senhores fizessem essa reflexão, vamos olhar para o passado para lembrar das consequências e por favor reflita sobre o assunto e nos apoiem em manutenção da proposta que  foi feita.

**Senhora Renata Bley (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) -** Queria apenas dizer, reitera o apoio à essa proposta dizer que nós temos três fiscalizadores em nível Federal, a ANA, ANEEL, ANM, e é muito preocupante tirarmos a ANM e a ANEEL da representação nessa Câmara Técnica, junto com a Marilia aqui de Minas Gerais, a gente gostaria de reiterar o apoio e com São Paulo também.

**Sra. Não identificada -**  Eu acho que é fundamental dessas duas vagas assim,  eu falei para a Renata, falou isso, depois da fala, pois nós temos que  falar em nome dos estados, porque a representação do Ministério de Minas e Energia duas vezes nessa Câmara,  até que significa ANEEL e a ANM ali representados e é fundamental para uma discussão como essa. A ANA é apoio técnico por isso ela não tem representação e estará presente nessas discussões quanto apoio técnico, mas a ANEEL  e ANM não são apoios técnicos, então essa Câmara é fundamental que eles estejam.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  Ok. Então têm  como proposta de encaminhamento mais uma vez fazendo movimento em relação ao governo federal, mas alguns setores também vai ter que fazer o seu movimento,  então em relação às duas propostas trazidas aqui então em relação ao Ministério de Infraestrutura. Então da retirada do Ministério da Infraestrutura, queria que quem concorda com essa proposta levante o crachá. Alguém concorda com a retirada do Ministério da Infraestrutura e foi proposta aqui  por Pernambuco. 15 votos, quem é contra a retirada do Ministério da Infraestrutura? Quem se abstém? 1 voto, então chegamos a quanto? Quem está fazendo a conta?

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) –** Glalber,  tirar o Infraestrutura e colocar aquele risquinho vê o  total por favor . 20.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**  3. Qual o setor ainda, repito a pergunta, abriria a mão dessa Câmara de Barragens. E aí minha gente! Estamos aceitando propostas, quem propõe a retirada de algum setor, dessa agora, essa rodada, qual instituição ou retira o seu setor ou propõe a retirada de outro setor.

**Senhora Claudia Ferreira Lima (MDR) -** Eu só vou falar uma questão de ordem, por favor, toda vez que for falar se identificar e falar a instituição para facilitar depois da degravação e na Ata. Muito obrigado!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**Fale o nome, tem a proposta do setor da ONG’s, propondo a retirada do MMA. Então tem duas propostas, a retirada do MMA e a continuidade do MMA.

**Senhor Demétrio Christofidis (Ministério do Desenvolvimento Regional) -**   Aquele momento que eu cedi à palavra para a Cristiane justificar a importância do MMA nessa Câmara até. É por isso que…

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** É qual é a proposta então em relação a retirada de alguma outra instituição.

**Sr. Não identificado -**   Eu particularmente… Desculpa, gostaria de saber se o  representante do Ministério da Ciência Tecnologia está aqui? Se é possível no meu ponto vista, dele ceder esse lugar.

**Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde) -** Eu iria propor  justamente isso, para tentar manter o Ministério do Meio Ambiente até por conta da pertinência do tema para o MMA, para o IBAMA e para verificar se a Ciências e Tecnologia, não  poderia abrir mão dentro do governo.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira ( Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Ok,  ainda tem a representação do Ministério...

**Sr. Não identificado -**  Tem duas pessoas, defendendo essa situação.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** É Sim, do Ministério de Ciências e Tecnologia.

**Senhora Fernanda Gomes Pereira (Ministério da Economia)** - Eu proponho a retirada do Irrigante,  acho que a menos afeta a segurança de barragem ali.. Na classe dos Usuários ele é o menos afeto.

**Senhora Camila Vicente Bonfim (Ministério da Saúde) -** Dentro do acompanhamento que a gente tem feito no Ministério com relação aos desastres de barragens de mineração principalmente,  fica realmente difícil um usuário que possa aí ser retirado porque todos eles de fato tem alguma contribuição no entanto vou fazer uma sugestão de retirar Indústria, porque dentro do que a gente tem colocado,  no trabalho com que nós temos participado são os que não tem dialogado conosco.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Ok. Tem a proposta da retirada do Ministério Ciência e Tecnologia, dos Irrigantes e da Indústria, daí chegamos no ponto... Qual o número que ficou aqui, quantos faltam aqui, me ajuda aí para conta. Não se tirou, temos hoje 20 é isso, em Roseli, nesse momento temos 20 e para chegar aos 17 temos a proposta central apresentada no plenário da retirado do Ministério de Ciência e Tecnologia e dos Irrigantes e da Indústria.

**Senhor Fernando Farias (Associação de Usuários da Região de Monte Carmelo)-** Primeira coisa que gostaria de dizer para colega representante do Ministério da Economia, a proposta de retirar Irrigante desse debate, eu acho que a proposta mais difícil de ser admitida, se todo mundo quer jogar a fatura do consumo de água no Irrigante, 66% a 67%  de água consumida é do agronegócio para irrigação e coisa e tal, agora na hora de discutir um assunto de extrema importância como a segurança de barragem, que é o único instrumento que nós temos para garantir o encaminhamento de disponibilidade hídrica e se a gente retirar o Irrigante desse debate quer dizer você retirar a pessoa dos Usuários que têm grande interesse em ter um instrumento como um instrumento de implemento e desenvolvimento de suas atividades da parte  mais importante que existe, totalmente descabida e outra coisa já cortaram o livro da tela os Irrigantes, Indústria e dos Usuários e antes disso eu tinha feito a proposta de retirar alguma vaga de Ministério de Minas e Energia e uma vaga de Ministério Desenvolvimento Regional que não foi levada a votação e também nós temos a proposta de retirada do Ministério do Meio Ambiente, então eu gostaria que nossa proposta fosse considerada antes dessa proposta de retirada do nosso seguimento, porque de novo reitero  a importância que isso tem para o agronegócio, para irrigação especialmente.

**Senhor Alexandre Villela (Setor Industrial)** **-** Bom primeiro dizer que repudiar totalmente essa proposta e se alguma dificuldade de conversação a gente precisa  melhorar e evoluir exatamente na solução dessa conversação e não da exclusão do segmento, acho que o principal do CNRH,  seja nas suas Câmaras ou no Plenário, é a construção do pacto mais do que o Regimento, o que funciona a vida real além da legislação e mais a construção do pacto eu acho que tirar os Usuários da participação esse pacto é prejudicar construção desse consenso dentro da indústria da mineração de dados os próprios resíduos industriais e tantos outros papel e celulose tanto outros  segmentos, para não segmentar então eu acho que de fato a indústria quer participar e mais que quer precisa participar para poder fazer parte desse pacto até porque se a gente olhar o relatório apresentado pela ANA, grande parte das barragens são lá do setor industrial e acho que não dá para indústria ficar de fora dessa contribuição nesse processo com todo respeito claro a opinião do Ministério da Saúde.

**Senhor Marcos Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ) -**  Já tinha sido o proposto a retirada do Ministério do Meio Ambiente anteriormente mas como você citou que a ONG , queria só justificar o motivo da solicitação porque se não parece que a gente tem uma coisa contra, o motivo é justamente porque eles não estão aqui eu acho que o Ministério é em Brasília, com certeza não são só dois funcionários que tem no Ministério tem muitos  funcionários, tem vários funcionários, então mandar uma pessoa aqui para representar para participar dessa reunião importantíssima, a primeira sob o comando da MDR, tivemos a honra de ter a presença do Ministro a presidir a reunião na parte da manhã e esse Conselho ser totalmente ignorado pelo Ministério do Meio Ambiente, então eu acho que a sugestão de retirada do Ministério  é simplesmente pela ausência dele na reunião importante onde o próprio Ministro presidiu a reunião de manhã então isso eu acho que foi no mínimo uma falta de respeito.

**Senhora Dione (Representante do Ministério de Ciências e Tecnologia- MCTIC) -** Só para informar que pode retirar o Ministério da Ciência e Tecnologia.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Muito bem!

**Senhor Marcos Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ) -** Só mais uma colocação a respeito  da retirada do MMA, além disso tudo que eu já falei,  foi feito uma coisa primordial, eles nem mandaram que tinha interesse  no prazo que foi dado pelo próprio CNRH, eles nem mandaram o interesse, eu acho que isso é o pior de tudo.

**Sra. Não identificada-**   Olha a gente está falando de um tema muito sério que é Segurança de Barragem, entendo , tenho uma questão de vaidade, a gente tem alguns grupos técnicos, temos o IBAMA, tem gente do MMA que participa, com muito afinco, muita seriedade, eu acho que a gente está levando para um nível extremo, de tirar atores importantes no processo.

**Sr. Não identificado -** Eu estou preocupado porque a gente vai perder coro. Então eu acho que  ficou mais ou menos patente a questão do Ministério de Minas e Energia, da importância, porque que a gente não passa a votar as propostas ao invés da gente está justificando, eu sugeriria primeiro votar uma vaga só para o MDR e ele se compõe lá dentro e traz as pessoas como ouvintes, como suplentes, e depois também o MMA, acho que é fundamental essa questão de querer participar. Nós estamos aqui discutindo as pessoas que querem participar. Porque não mandou o interesse, eu compreendo isso que você está dizendo, mas agora não fica ninguém cerceado participar da Câmara. Falou-se agora a pouco, porque que nós temos que ficar discutindo se tem mais ou se tem menos um setor, portanto e que todos participem, agora  quem opera, mantém, quem põe a mão na massa não pode ficar de fora, e tem que subsidiar um plano nacional, é isso que nós estamos buscando. Então eu sugeriria, Presidente, com o encaminhamento, por, mas que doa, tudo isso partir para propostas e votações. A primeira que eu sugiro  e que a gente discuta, o Ministério de Minas e Energia já colocou a importância, já se posicionou, estão entendendo que não pode abrir mão das duas, porque que o MDR não pode abrir mão de uma delas. Primeira essa é uma proposta, a outra proposta é o MMA se ele tem tanta vontade de participar e tem interesse e claro que tem competência para isso, venha conosco, venha como suplente, como o participante,  nós estamos imaginando de novo que Câmara é assim tem 17, e eu perco no voto eu ganho voto não é isso, a minha sugestão é que a gente passa votar, estou preocupado com o coro, Presidente.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Então temos a proposta da retirada do MMA, então em votação, quem concorda com  a retirada do MMA levante o crachá. 8 votos, quem não concorda com a retirada do MMA, 11 votos, quem se abstém, 4 votos. Então está mantido o MMA. Daí tivemos a proposta, ainda dentro do Governo Federal, da redução de uma vaga para o MDR. Quem concorda com a proposta de redução de uma vaga no MDR, levante o crachá. 12 votos, quem não concorda com a retirada de uma vaga do MDR,  8 votos, quem se abstém, está retirada uma vaga do MDR.

**Sr. GILSON PIRES DA SILVA (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Eu queria só manifestar, acho que já tinha outras propostas antes de encaminhamento,  não foram votados passaram essa na frente a gente não teve como defender,  desculpa o colega lá, eu gravei o nome dele, eu entrei no meio da fala dele,  eu iria fazer essa defesa no tempo apropriado mas como o MME estava se manifestando,  então eu acabei cortando lá a fala dele, então eu queria de qualquer modo me manifestar, mas também  já foi voltado, mas eu queria registrar aqui se o MME não consegue conciliar em uma única representação os interesses de Minas e Energia,  então seguindo a lógica, o Ministério de Desenvolvimento Regional não conseguiria incorporar em uma única vaga os interesses, as representações e as contribuições da Agência Nacional de Águas que está vinculado ao MDR e ao Dnocs,  da codevasf, da Secretaria. Pois é ainda mais da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, o colega colocou a importância de ter alguém que participa efetivamente do processo. Nós estávamos em todos esses desastres, nós estávamos lá, nos revezando  para fazer a gestão da crise, nós estamos discutindo internamente o tempo todo a essa interação entre essa interação entre o plano de ação de emergência e o plano de contingência que é importantíssimo que foi colocado no relatório de segurança de barragens mais cedo e isso,  e a nossa representação também passa para contribuições no âmbito normativo, legislativo é que a gente já vem sendo demandado pelo próprio Congresso, então eu acho que com uma vaga só o MDR ficar muito mal representado.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Ok, é uma composição que estamos fazendo aqui.

**Senhora Cristiane Batiston (Ministério do Desenvolvimento Regional) -** Já foi votado,  o que acontece assim, eu estou tentando olhar a Segurança da Barragem sem  as vaidades eu não entendo do Regimento, o Ministério de Desenvolvimento Regional tem um papel bastante importante e a gente coordena a maioria dos reservatórios de usos múltiplos especialmente em apoio aos Estados,  o maior empreendedor de barragens de usos múltiplos é vinculado ao nosso Ministério. A Agência Nacional de Águas, fiscalizadora é vinculado ao nosso Ministério, a Secretaria de Defesa Civil, a Secretaria de Saneamento apoiando todas as barragens de abastecimento de água, já foi votado, mas assim sinceramente estou tentando ter na Câmara os agentes mas importantes que estão vivenciando no dia a dia no processo agora o Conselho é soberano, o Plenário decide.

**Senhor Igor Ribeiro (Representante do Ministério de Minas e Energia) -** Nós nos abstemos na votação, mas considerando essas falas foram extremamente relevantes nós gostaríamos de mudar nosso voto para manter o MDR com as duas vagas.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Sim,  existe uma proposta queria vê se a gente pode negociar com o Ministério da Justiça. Essa é uma questão interna do governo. Nosso entendimento queria fazer uma ressalva indiscutivelmente à participação da Defesa Civil em todas essas atividades ela é indispensável e efetivamente nessa composição de estrutura do novo Ministério é necessária à participação ativa da Defesa Civil então eu gostaria de encaminhar pela anulação da votação anterior e da recomposição fazendo uma proposta de manutenção das duas vagas do MDR em detrimento da vaga do Ministério da Justiça, se o Plenário concorda nós faríamos uma nova votação quem se manifesta.

**Senhora Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (ABRAGEL) -** É uma questão de ordem também,  Presidente porque a gente deveria primeiro definir quais setores deveriam ser… Como você   está começando a votação sempre de cima é sempre os Ministérios do Poder Público Federal que está sendo excluído. Então eu acho que a gente deveria primeiro pensar nos blocos de representação,  quais desses blocos deveriam ter, uma representação retirada e depois sim a gente vai se a ordem vai ser sempre os Ministérios, e eu votei contra porque acho que é fundamental é até fortalecendo a fala do Porfírio hoje de manhã que implementa o pai não é nenhum de nós é a Defesa Civil, nós precisamos de fato que a  Defesa Civil sejam agente importante nessa discussão da regulamentação da Política de Segurança de Barragens.

**Sr. Não identificado -** Só questão de ordem, eu acho que não podemos cancelar a votação,  podemos substituir por outra proposta, pois eu acho que é só uma questão de ordem tá gravando,  têm ata de reunião. Eu acho que não é bom isso daí, porque a gente quebra regras foi votado agora existe uma proposta na qual nós estamos revendo esta posição e aí é só uma questão de forma não de conteúdo, sugestão.

**Senhor Marcos Antônio dos Santos (Representante da ONG, Consórcio PCJ) -**  Eu acho assim pela regra mesmo, na regra a gente tinha que ter demonstrado o interesse no prazo determinado pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Regional,  e eu acho que o Ministério do Meio Ambiente quebrou essa regra ele não cumpriu ele não demonstrou interesse então se ele não demonstrou interesse nem ai ele deveria estar, então eu acho que por exemplo numa votação, eu estou aqui agora aqui em uma questão pessoal , não é o representante fica prejudicado por exemplo o próprio Ministério do Desenvolvimento  Regional, porque o Ministério do Meio Ambiente que nem poderia estar concorrendo, que nem cumpriu as regras foi votado favorável no caso do Ministério do Desenvolvimento Regional, foi votado desfavorável por permanecer, então no meu ponto de vista eu acho que tem que ter cumprido a regra independente de quem tá fazendo parte da regra, independente do governos, se é Usuário, se é ONG’s,  tem a regra tá lá o prazo para demonstração de interesse é até dia tal, perfeito apresentou no dia tal, apresentou, concorre discute, a gente debate aqui vai trabalhar entre quem apresentou por exemplo o próprio Ministério da Justiça está concorrendo porque apresentou, agora o Meio Ambiente não apresentou, como a gente vai discutir uma situação de uma instituição que não cumpriu a regra,  eu acho muito ruim isso, assim pessoalmente falando.

**Senhor Alexandre Luiz Almeida Vilella - (Representante do Setor Industrial) -** Gostaria de passar a palavra para Maria do Socorro representante da CNI.

**Senhora Maria do Socorro (Representante da CNI)** **-** Apenas para reiterar a posição do  Marco e do Vanderlei, quando se quebra a regra acontece isso uma votação  que tem que ser substituída, porque não se observou a regra do jogo, a regra do jogo era todo mundo tem que se manifestar além de não se manifestar o Ministério não veio ao Conselho quando  próprio Ministro Desenvolvimento Regional passa mais do que amanhã aqui, então é um absurdo, eu acho que como o Wanderley falou essa votação terá que ser substituída porque ela é nula, ela é nula desde o início.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Ok, nós tínhamos votado ainda pouco da manutenção do Ministério do Meio Ambiente no processo. Você está reencaminhando a discussão do Ministério do  Meio Ambiente, então eu retomo a proposta da mesa, de uma nova votação referente à manutenção da segunda vaga do Ministério do Desenvolvimento do Ministério Regional, em detrimento do Ministério da Justiça, então quem concorda com essa substituição levante o crachá.  Ficam MDR duas vagas saem Ministério da Justiça, 20 votos, quem é contra? Abstenções? Então resolvemos chegamos a quanto então? Faltam... Tem a proposta da retirada dos Irrigantes, da Indústria, dos Pescadores, pelo Ministério do Meio Ambiente. Recolocando a questão, algum setor que retira a sua proposta da Câmara?

**Senhora Maria do Socorro (Representante da CNI)** - Setor presente que retira a sua proposta.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Então seguindo a última manifestação da CNI, por conta do MMA não ter composto a regra do atingimento do prazo para manutenção da sua proposta de compor a Câmara, então o MMA vai ser retirado da Câmara, não vai compor a Câmara, então com isso encerramos a composição da Câmara de Barragens. Ok! Palmas para a solução.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Possível, então ainda contando com todos aqui sabemos que esse era motivo de interesse importante, mas precisamos passar rapidamente o resto da pauta contando com todos os titulares e suplentes. Próximo ponta da pauta é a proposta de instituição, nós vamos rápido aqui, proposta de instituir o grupo de trabalho no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais para revisão do Regimento Interno. Se o Plenário concorda da constituição no grupo de trabalho no âmbito da Câmara de Assuntos Legais, para promover a revisão do Regimento Interno, a ideia é que esse trabalho seja feito de forma expedida para que na próxima Reunião do Conselho, já tenha uma proposta do nosso novo regimento. Quem concorda com a proposta de constituição do grupo de trabalho, levante seu crachá. Sim, autorizando a Câmara de Assuntos Legais a compor o grupo de trabalho. Ainda no assunto das Câmaras, já quero dizer, Ok. Votação, contagem. Autoriza a Câmara Técnica de Assuntos legais a constituir o grupo de trabalho para os fins de regimento. 18 votos, quem é contra, quem se abstém. 1 voto. Ainda nesse tema, queremos dizer, até pelo adiantado da hora também, que a nossa intenção é que na primeira quinzena de fevereiro, já aconteça as reuniões de todas as Câmaras Técnicas, e ainda nesse tema, dizer que com esta aprovação da composição, das Câmaras Técnicas, será emitida, publicada a resolução com esta composição, aprovada aqui  nesse Plenário. O próximo ponto de pauta diz respeito a viabilidade econômica do Rio Paranaíba, da gestão do Rio Paranaíba, esse seria o último ponto, de pauta, penúltimo ainda temos a informe sobre o grupo de acompanhamento do gap Paraguai, e depois alguns assuntos gerais e encaminhamentos. Então nesse sentido, nós convidamos o Breno Esteves do Comitê do Paranaíba, está presente? Então o Fábio, vai fazer uma breve apresentação referente a esse tema da viabilidade financeira, da gestão de recursos hídricos, da Bacia do rio Paranaíba, em atendimento a Resolução do Conselho Nacional de Recurso Hídricos, 201/2018.

**Senhor Fábio Donato Soares Lara Tonda (CBH PARANAÍBA) -** Boa tarde a todos, peço licença a mesa para eu sentar, e a produção para colocar. Não é esse, é uma apresentação que eu que eu deixei com os colegas da técnica. É bom eu vou tentar ser breve, vou apresentar um tema que no início parecia um tema tenso, mas, das apresentações que agora eu vi o tema que será apresentado agora ser iguala a um doce de leite. Estou aqui aguardando ele lançar. Bom eu posso já começar enquanto a apresentação, ela está na área de trabalho, tá amigo. A apresentação é. Isso, então nossa missão aqui é atender uma demanda de CNRH, pode passar, que solicita ao comitê apresentação do plano de viabilidade financeira baseado na provação da nossa entidade delegatária que atendendo às recomendações da ANA e desse Conselho, entendeu que ao aprova a nossa entidade delegatária, claro depois de ter aprovado nossos mecanismo de cobrança,  pode passar. Determinou que a gente apresentasse um plano de viabilidade financeira da gestão dos recursos hídricos da Bacia do rio Paranaíba até Março de 2020, então a gente vem aqui já apresentar esse tema, nosso Comitê ele foi instituído em 2002 e instalado em 2008. Pode passar, ótimo, sem tomar o tempo de vocês. Esse aqui é o Paranaíba é a segunda maior unidade hidrográfica da Bacia do Paraná, ela abrange quatro Estados, ela abrange o DF, em quase sua totalidade, abrange todas as zonas metropolitana de Goiânia, ela tem uma característica muito interessante que não posso me furtar a citar, o Distrito Federal tá ali em cima na pontinha da bacia que representa 1,6% dessa bacia hidrográfica, no entanto ele  é responsável por 70% dos recursos arrecadados nessa bacia hidrográfica. Esse é um ponto muito interessante para a gente pensar normalmente, os maiores usuários estão no final da bacia, pagam e recebem todos os benefícios da gestão e da implantação de instrumento de gestão que acontece na bacia, nessa é ao contrário o maior pagador, o maior investidor dessa bacia está na nascente, então ele investe, mas infelizmente não consegue absorver os benefícios desses investimentos, então como eu falei isso os quatro Estados em uma bacia que eu considero de grande relevância no cenário Nacional. Pode passar.  Aqui a estrutura do nosso Comitê que são 45 membros, temos uma Diretoria com Presidente dois Vices e um Secretário, são informações, acho que todos corriqueiras, temos desafios, implementação nosso plano de recursos hídricos, fortalecer o nosso CDH para torná-lo conhecido influente na formulação e implantação das nossas políticas públicas e das políticas públicas consolidados CBH Paranaíba como Comitê de Integração e articular o fortalecimento dos órgãos gestores e estaduais para ampliar a participação da sociedade civil e contribui para o aumento da produtividade dos usuários, esse ponto 3, quando a gente fala que é consolidar o CBH como comitê de integração acho que essa é uma vocação, é a vocação maior do CBH Paranaíba se um comitê de integração, uma dessas  justificativas dessa, isso que eu apresentei, a gente tem uma Unidade da Federação ou tem o maior usuário dessa bacia se a gente considerar apenas os rios federais na nascente da bacia. E se eu promovo uma gestão dessa bacia como todo imaginando que apenas este usuário vai ser capaz de promover o de oferecer recurso suficiente para gestão da bacia eu estou cometendo um equívoco na minha opinião, logo a nossa vocação é fomentar para que todos os comitês afluentes, a nossa missão principal e fomentar para que todos os comitês afluentes implante os sistemas de cobrança seus enquadramentos, e a gestão e o seu plano de bacia. 2016 a gente teve a cobrança aprovada, os mecanismos de cobrança, 2018 a deliberação 96 aprova a indicação da Aba como a nossa entidade delegatária, e o CNRH faz aquela primeira recomendação que eu disse, observando que os números de arrecadação baseados na metodologia e nos preços praticados não eram suficientes para a sustentabilidade da delegatária,  e o nosso compromisso aqui e que até 10 de Março, está apresentando a vocês a nossa solução para a sustentabilidade da Bacia. Vamos poupar vocês de detalhes, vamos direto a nossa a nossa sugestão que consiste na ampliação da base de arrecadação, falou-se muito e se discutiu muito no comitê a possibilidade de se aumentar PPU, a possibilidade de soluções híbridas onde você coloca um ou outro Comitê para instituir cobrança em outro Comitê, mas todas as soluções caminhavam para um grande pagador, cada vez mais o saneamento que no caso é que é o grande arrecadador dos 10 milhões que a gente arrecada no Rio Paranaíba 7 milhões vem do saneamento do DF, estaria financiando uma bacia como um todo e sem aquilo que a gente acredita que é efetivação mesmo da gestão que acontece nos afluentes. Então a nossa missão se tornou implantar a cobrança em implantar o sistema de gestão de recursos hídricos nas bacias afluentes, esse desafio ele se propõe até a sua cobrança a partir de 2022 logo a  gente, se compromete com vocês para a partir de 2000 final de 2020 todos os comitês afluentes aí eu estou falando do três comitês mineiros dos quais um já tem a cobrança, um comitê do Distrito Federal que já foi aprovada cobrança no comitê de bacia do DF, só falta passar pelo CRH, dois comitês Goianos e Mato Grosso do Sul. Então essa é a nossa proposta de viabilidade com essas cobranças implantadas em todos esses comitês, a gente em uma agência única, a gente tem viabilidade. Então sem muito mais delongas a gente solicita dessa plenária acho que não é um ponto de votação agora mas a nossa solicitação é essa para que o nosso plano de viabilidade financeira baseado na ampliação da base de arrecadação atenda o que é a resolução 201/2018 determina. Muito obrigado!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Obrigado, representante do Paranaíba, algum esclarecimento, alguma dúvida sobre o que foi apresentado.

**Senhora Marília Carvalho de Mello (Representante  do Conselho Estadual de Minas Gerais) -** Na verdade eu quero só reforçar  a fala do Comitê de Bacia Hidrográfica, nós estamos trabalhando os órgãos gestores de maneira absolutamente alinhada para implementação da cobrança para garantir a sustentabilidade financeira e também para adequação administrativa da entidade equiparada que hoje é a ABA,  questões administrativas passou algum período também sem conseguir efetivar as suas funções aplicação do recurso etc. O que gerou algumas implicações ao trabalho do Comitê. Então eu queria só reforçar, enquanto também representantes do Governo do Estado a importância da gente dar mais esse prazo ao Comitê para garantir a sustentabilidade financeira.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** OK! Manifestação?

**Senhor  Marcos Menegaz (Representante do  Goiás) -** Só para informar que nós aprovamos na Câmara Legislativa semana passada um projeto de lei instituindo um fundo para a gente poder gerir esses recursos da cobrança que o primeiro passo que  nós estamos dando nessa gestão e pode implementar cobrança já a partir do ano que vem, então a princípio nós iremos começar as discussões em janeiro nos Comitês e temos previsão de implementar ainda o ano que vem essa cobrança para poder arrecadar já em 2021.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Alguma manifestação a mais...

**Senhora Fernanda Gomes Pereira (Ministério da Economia) -**   Levando em conta que a ingerência que vocês têm sobre essas instituição das cobranças nas demais bacias, levando em conta aqui isso pode ou não ocorrer até Março,  essa solução pode ou não se encaminhar, eu queria entender um pouquinho a cobrança que você já efetuou o que dá isso sim é o que tá na ossada de vocês, mas se você puder disponibilizar para próxima reunião as notas técnicas que embasam essa personificação, que vocês colocam aqui nos PPUS e eu também notei um descolamento bem grande aqui entre as classes, tendo  esse desconto aqui para o agropecuário, eu queria entender se existe um acompanhamento da efetividade desse desconto se ele realmente traz o benefício que ele, eu imagino que ao dá esse desconto é porque vocês estão entendendo que ele pode trazer algum benefício para Bacia, certo, numa gestão melhor que esse é um princípio da instituição de uma política pública de incentivo, então se tem algum panorama, se vocês tem algum acompanhamento de se está sendo efetivo ou não que justificaria  a sua manutenção. Obrigada!

**Senhor Fábio Donato Soares Lara Tonda (CBH PARANAÍBA) -** Obrigado,  vou tentar ser breve, bom a gente não tem uma ingerência sobre os órgãos gestores direta mas a gente tem o poder que o comitê tem de articulação, a gente entendeu que a nossa missão e eu acho que é missão de comitê,  articular se envolver então acho que a fala da Marília e do colega do Goiás traz exatamente esse poder de articulação que o comitê tem e vem tendo sucesso de articular e de buscar vias, inclusive editar aportando o recurso da cobrança, da calha, nessa implantação nos comitês afluentes,  o nosso mecanismo vai ser revisto agora também por determinação eu acho que nesse momento de revisão do mecanismo, sim a gente vai fazer todas avaliação da efetividade dos descontos apresentados para não só os descontos apresentados para irrigação, mas também setor do saneamento também tem um desconto eu acho que  tudo será revisto nesse momento da revisão do mecanismo de cobrança.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Seguindo aqui. As inscrições só a título de esclarecimento, em função de todo esse processo, que a ANA já vem acompanhando o Comitê, está apresentando esse documento aqui para conhecimentos CNRH a partir daí vai ser encaminhado, a partir das considerações aqui para agência, a agência vai fazer análise e trazer novamente o assunto para o Conselho, é o início do processo da discussão, da apresentação do plano de viabilidade , recuperação da viabilidade financeira do Comitê.

**Senhor Humberto Cardoso Gonçalves (Superintendente da Agência Nacional de Águas - ANA) -** Só para complementar aqui o que você falou isso foi uma deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  quando deu a delegação para a Agência Delegatária, a Agência Nacional de Águas no parecer da época para Câmara Técnica de Cobrança e informou que a viabilidade Econômica para viabilizar a entidade delegatária não fechava conta,  os valores definidos para a cobrança e os mecanismos de cobrança definido, inclusive isso vai à direção do que você falou, não... você beneficio da cultura isso não fechava com outro a gente colocou esse aí um parecer extenso, uma análise extensa isso foi colocado no Conselho e o Conselho então achou por bem aprovada a delegação para entidade delegatária, mas  condicionando que agora ao vencer em março do ano que vem a delegação que ele deve ao Conselho. O Comitê deveria apresentar então a viabilidade da entidade delegatária, então quem tá trazendo aqui um plano que eles estão propondo é isso tem que ser analisado pela Agência Nacional de Águas, porque nós temos um contrato de gestão com essa agência delegatária,  nós temos que fazer essa análise e a expectativa é que em março então o Comitê volte aqui a esse Plenário, demonstrando a viabilidade financeira para se manter essa entidade delegatária nos moldes que está proposto aí pelo plano de recuperação ou de viabilidade acho que é esse apenas o contexto aqui, hoje se trata apenas de uma apresentação de uma proposta uma satisfação que vocês estão dando aqui ao Comitê,  ao Conselho e essa proposta vai para Agência Nacional de Águas, nossa equipe técnica vai se debruça sobre os números vai chamar a entidade delegatária, que aliás já estamos trabalhando algum tempo com eles e ver se é realmente se o que está sendo apresentado é viável, porque o nosso receio é que essa proposta prorrogue por mais quatro anos, essa tal viabilidade quando a gente começa a pensar que a viabilidade se dá a partida com articulação com os órgãos , com  os estados, que quanto tempo que estão se discutindo a cobrança e tal. A governabilidade do Comitê de Bacia para definir a viabilidade da entidade delegatária ela fica sempre sendo na mão da possibilidade dos outros órgãos gestores, dos governos implementarem a cobrança na bacia como todo. Então essa discussão a gente vai ter aprofundadamente junto com o Comitê, temos tido essa discussão permanente com o comitê e com a entidade delegatária então a expectativa é que esse documento que vocês estão apresentando seja encaminhado para Agência Nacional de Água a gente, com 2 chapéu, um chapeuzinho da Assessoria Técnica ao Comitê ao Conselho e Assessoria Técnica nossa para que o  contrato de gestão que nós temos com a Agência, então se a gente entende que não há viabilidade, nós tivemos dificuldade aqui no ano passado com esse Conselho para aprovar um aditivo do contrato de gestão, a prestação de contas de segunda-feira de 2018 da entidade delegatária, estamos tendo dificuldade de aprovar dentro da Agência Nacional de Águas, porque o desempenho no contrato de gestão que é prevista no mínimo 70%, eles conseguiram alcançar até agora 10%, então houve uma pressão muito grande do nosso contato, nós estamos com o TCU em cima disso então nós temos muito receio de como que a gente vai encaminhar esse processo da viabilidade então temos o todo interesse em apoiar, estamos fazendo isso,  mas a engenharia difícil e principalmente porque conta com a o avanço dos órgãos gestores dos outros estados na cobrança para viabilizar então a entidade delegatária, a proposta não passa apenas pela aumento da arrecadação, pela PPU, mas também tem que passar pelo engajamento da cobrança nos outros estados, na premissa, que os órgãos gestores vão contratar a entidade delegatária de hoje da ABA para ser a sua entidade delegatária e isso é uma premissa, nós não sabemos por exemplo a ADASA, que tem um comitê que vai iniciar a cobrança agora na bacia se ela vai considerar a possibilidade da água se a entidade delegatária. Estamos torcendo para isso, estamos articulando com a ADASA porque isso viabiliza um pouco mais a entidade  delegatária na medida em que entra no outro comitê cobrando, então vocês sabem que a viabilidade que a entidade delegatária está associada às 7,5% do valor da cobrança. Estamos aqui discutindo do seu 7,5% muito pouco, mas é o que é lei hoje 7,5%, já temos propostas dentro desse Conselho para prorrogar isso de aumentar isso de 7,6% para 15%, isso é uma proposta que tá aqui mas isso envolve lei. Mas isso é nosso papel dentro do Conselho isso tem proposta gente entende que 7,5% têm dificuldade mas por outro lado 7,5% de quanto, 7,5% de quanto é 7,5% de 10.000.000 é um número 7,5% de 20 milhões de arrecadação e outro número, então a gente tem uma discussão sobre isso a nossa intenção é garantir a sustentabilidade e a viabilidade dessa entidade delegatária porque elas são as entidades que vão aplicar os recursos da cobrança mesmo assim, nós temos entidades que funcionam muito bem eu posso citar a Fundação PCJ, eu posso citar a AGVAP, Peixe Vivo que está aqui, o Nivaldo que sabe disso que consegue ter sustentabilidade consegue implementar os recursos da cobrança não é simples nós estamos fazendo todo uma mudança do nosso arcabouço legal em função dos contratos de gestão para permitir que por exemplo Equipe técnica que trabalha na Entidade delegatária seja paga com recursos dos 92,5%. Estamos trabalhando mexendo na legislação, poder desafogar um pouco a identidade delegatária para ficar com 7,5% para pagar suas instalações físicas e sua equipe mínima mais uma equipe que tem que ter consultoria para apoiar a implementação daquela ação tão contratada, precisa de ter um reforço pessoal e a ideia que a gente consiga agora temos uma revisão da resolução já vem avançada para permitir então que a entidade delegatária, possa lança mão de recursos de 92,5% da cobrança para dar um reforço de Equipe técnica para ela para acelerar inclusive o processo de investimento na bacia oriundo do recurso da cobrança então o 7,5% realmente afeta, a ANA tem ajudado com recursos adicionais e aí já é um outro tipo de recurso não é o recurso da cobrança e o recursos orçamentário que ANA vem apoiando a entidade delegatária e a medida que demonstre financeiramente ou orçamentariamente a necessidade de aporte de recurso adicional, a gente vem apoiando, mas a gente entende que o Comitê define determinados valores e mecanismos de cobrança isso vai impactar diretamente a sua entidade delegatária quer dizer a gente gosta de fazer, costuma falar que o tamanho de uma entidade delegatária, a capacidade dessa entidade delegatária é dada pelo comitê, no momento que o comitê decidi os seus valores e mecanismo de cobranças ele está definido também que tipo de entidade delegatária o tamanho dela, a gente sabe que isso é difícil a gente vem aportando, mas essa inviabilidade foi proposta, foi questionada por esse Conselho. Então essa é a perspectiva do que ele está apresentando uma proposta que a gente vai se debruçar sobre ela e esperamos que em março do ano que vem na hora que vai vencer a delegação a gente possa estar aqui se Deus quiser demonstrando que a entidade tem capacidade institucional e financeira para sustentabilidade. Então essa que é o contexto que nós esperamos que seja superado aí nesses últimos meses.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –**Obrigado Humberto. Acho que foi importante esclarecimento para todo o sistema das entidades delegatárias, ele é muito importante com certeza vai ser pauta das nossas discussões para o próximo ano, só especificamente do Paranaíba. Pois não seguindo aqui as inscrições.

**Senhora Mônica Irion Almeida (Concessionárias e Autoridades de Geração Elétrica) -** Eu estava na Câmara Técnica de Cobrança quando esse assunto passou e era a pergunta que eu ia fazer como que ia ser tratado encaminhamento, se esse assunto retorna para Câmara Técnica com o relatório da ANA, porque é importante que a gente olhe os números inclusive eu tenho algumas dúvidas que eu não acho que vale a pena entrar no mérito porque se ela passa pela Câmara Técnica obviamente que a gente tira toda e qualquer dúvida lá naquela Instância e seria isso é mas a respeito de encaminhamento mesmo.

**Senhor Fernando Farias (Associação de Usuários da Região de Monte Carmelo) -** Manifestar como membro do Comitê do Paranaíba e também como membro de um comitê afluente, que eu tenho uns afluentes do rio Paranaíba que dá no momento de discussão junto com os afluentes do baixo Paranaíba pelo Comitês que ainda não tem cobrança de um instrumento ou de uma última regulação da cobrança em conjunto desses dois comitês, o debate em conjunto e a decisão é individual. Eu só gostaria de dizer que até para informação aí do colega da ANA e a situação da ABA não é tão confortável quanto se imagina a gente torce para que isso aconteça, eu particularmente sou um grande fã e torcedor de que a ABA seja na Instituição delegatária dos afluentes do lado mineiro, nós estamos trabalhando nos comitês como membro do comitê para que isto aconteça porém nós não estamos, nós não temos o conforto de dizer, olha de estar a contento porque nós dependemos profundamente do Distrito Federal e dependemos profundamente também do estado Goiano que é uma parcela até maior provavelmente vai ter uma receita até maior do que o lado Mineiro, então eu gostaria até um pouco do que a doutora Marilia falou, o trabalho dessa câmera conjunta não estava avançando, não avançou pelo contrário regrediu na última reunião, inclusive neste comitê dos afluentes do Alto Parnaíba, sou coordenador da Câmara Técnica de Cobrança, estou ansioso para que a informação chegue na câmera para nós curtirmos ir apesar de ser representante de Irrigante o presidente do comitê, o Usuário nós temos que fazer todo esforço possível imaginava para fazer implementar cobrança por nós estamos sempre esbarrando em aspectos administrativos e jurídicos que impedem isso, assim que incrível que possa aparecer hoje a gente tem um segmento de usuário pagador fazendo todo esforço possível para implementar a cobrança e não consegue, não consegue avançar com isso porque vira e Mexe tem um retrocesso, continuamos agora na última reunião conjunta das câmaras dos dois comitês, então só para alertar que a situação não é tão confortável. Eu imagino que a Agência Nacional de Águas pode se preparar Lógico, todo esforço. E como o Fabio disse, o comitê não tem gerência sobre aos órgãos gestores e os comitês afluentes, mas tem uma capacidade muito forte de articulação que vem trabalhando com isso com muita eficiência, articulando muito bem nos comitês afluentes, porém essa articulação esbarra as vezes tem alguns problemas então a gente pode precisar da Agência Nacional de águas, suportar o apoio é por um período mais longo porque senão nós vamos voltar e colocar isso na fatura dos pagadores. E aí sim aí nós vamos ter uma inviabilidade da atividade, por exemplo eu falo pelo agronegócio, se alguém disser que vai alterar o valor pago pelo irrigante para o uso da água o irrigante perde a capacidade de às vezes até de desenvolver atividades para ele que eu tava com atividade da cafeicultura com custo de produção mais alto que o valor do produto no Mercado se eu tiver aqui, se eu alterar o preço do que se paga pela água certamente eu vou interferir ainda mais nesse problema do custo de produção e quem dita o preço dos nosso produtos não somos nós é o mercado.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –Obrigado!** Encaminhando. Na verdade é um informe, peço que seja o mais breve possível para a gente poder passar para o último ponto da nossa pauta.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia ) -** Vai ser discutido na Câmara técnica, mas já dá para ficar meio claro aí que a viabilidade financeira disso aí tá muito contingente aprovar um monte de coisa em Comitês e qual é o plano B? Já tem?

**Sr. Não identificado -** Esse é o plano “A”.

**Senhor Fabiano Mezadre Pompermayer (Ministério da Economia) -** E o plano “B”? E o Plano “C”?

**Wilson de Azevedo Filho (Pesca, Lazer e Turismo) –** Está bem claro que para se viabilizar o ingresso ou se aumentar a base de arrecadação do comitê do Paranaíba tem um comitê de integração, quatro estados que fazem parte desse comitê é necessária uma articulação política, uma grande articulação política e hoje a diretoria do comitê ela é toda representada por representantes ela é composta por representantes do poder público. Tanto à Presidência, Secretaria, está na mão do próprio poder público desempenhar essa articulação né então é isso que eu queria deixar aqui claro que mesmo a deliberação partindo do plenário do comitê, a articulação é feita pela diretoria do comitê, então se a diretoria do comitê que é composta por representantes do poder público não conseguir fazer essa articulação política no próprio poder público aí vai ficar muito difícil se conduzir essa viabilidade financeira.

**Senhora Marília Carvalho de Melo (Representante de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) -** Só para dizer sobre a estratégia como eu mencionei no início, a gente tem questões administrativas com a ABA que nós estamos buscando superar os órgãos gestores não apoiando como Humberto muito bem falou para que ela possa realmente exercer as funções de entidade equiparada na plenitude, aplicar os recursos e tomamos a decisão enquanto órgãos gestores também dessa bacia de iniciar o processo de discussão pela implementação da cobrança em toda a bacia, a gente assim a possibilidade no futuro de rediscutir o PPU, mas isso deve acontecer em um momento em que toda Bacia estiver cobrança implementadas, então nosso estado de Minas Gerais, o Fernando já que manifestou como representante de Alguns comitês afluentes do Estado de Minas, nós estamos trabalhando com esse contexto a implementação da cobrança o Paulo Sales também pessoalmente Tem trabalhado aqui no DF temos conversado eu e o Paulo Sales 4, a secretária de Goiás para discussão também sobre esta implementação, aqui o representante acabou de mencionar quais foram os últimos encaminhamento sobre o assunto, então assim uma articulação dos órgãos gestores do estado para que a gente possa implementar o sistema na sua plenitude a cobrança em toda a bacia, esse é o primeiro ponto, o segundo ponto é a sustentabilidade financeira da ABA, esses comitês irão aderir a ABA? A também hoje um acordo entre os órgãos gestores de fortalecer a ABA enquanto entidade que hoje está prestando esse serviço de entidade equiparada na bacia então nós está trabalhando na linha dá até pelas dificuldades financeiras que acabei de mencionar de dar sim essa oportunidade a ABA, para que ela se restabeleça administrativamente e com outra perspectiva de arrecadação de recurso, há uma dificuldade mesmo, a ANA praticamente sustenta. A ABA e esse é um problema de fato que gerou toda essa discussão aqui dentro deste Conselho e nós não queremos que o sistema seja mantido dessa forma. Então queria só Infelizmente o Paulo Sales não está aqui hoje até conversei com ele um pouco mais dizer também que ele está imbuído na mesma forma que Minas Gerais e Goiás na discussão de implementação da cobrança e o fortalecimento da ABA como Entidade equiparada.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** OK, meus amigos, então na sequência dos trabalhos, então damos por recebidos. Sim..

**Sr. Não identificado -** Só uma complementação da fala da Marilia, a Diretoria do Comitê está imbuída disso, a Diretoria do Comitê tem isso como missão. Paulo Sales está envolvido, o André Vulcano que é secretário do estado de Goiás está tendo isso como missão, só para fortalecer, isso aqui a nossa diretoria, ele é composta majoritariamente por órgãos gestores, na verdade eu sou um usuário, eu sou da CAEB e do saneamento básico, a gente também tem um representante da Sociedade Civil, mas a gente está imbuído sim de se envolver e de promover isso junto aos órgãos gestores. Obrigado!

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Ok. Então se dá tudo recebido, o plano de viabilidade financeira e a gestão de recursos da bacia do rio Paranaíba, vão ser encaminhados para a ANA, para manifestação, depois envio para a Câmara Técnica para análise e isso é para constar na pauta da próxima reunião. Já quero também informar a todos que nós devemos realizar a próxima reunião do Conselho na última semana de março, está em torno dia 26 e a nossa previsão e também como foi apresentado ontem pelo seminário a nossa estimativa. A reunião em março e em junho e em dezembro são as três reuniões ordinárias que temos, devemos realizar e aproveitar e informar enquanto temos um grupo de presentes. E passando então para o último ponto de pauta o informe sobre o Gap da bacia do Paraguai, então gostaria de convidar o Noquelli da secretaria do Estado do Mato grosso para fazer este informe, o GAP é esse grupo de encaminhamento da elaboração do plano da bacia do Paraguai e vocês todos acompanharam a edição do decreto que extinguiu o usuário e os colegiados que não tinham previsão na lei, e como esse grupo, ele é de acompanhamento do plano, o entendimento quanto fizemos varias reuniões de urgência também, é no sentido dá importância da manutenção desse colegiado, mas como não era possível a apresentado já nela, essa reunião, então esse informe do Rikeli, os trabalhos do GAP do Paraguai e também esse assunto semelhante ao anterior seja encaminhado para a Agencia Nacional de Águas e na sequencia também para a Câmara Técnica especifica que é para constar na nossa pauta em março. Então, Noquelli

**Senhor Luiz Henrique Noquelli (Conselho de Recursos Hídricos do Mato Grosso) -** Obrigado,  não vai ter apresentação porque como o Renato colocou e informe, então acho que a gente é só passar o que é angústia que os membros do grupo estão sentindo porque o retrospecto do que foi o grupo,  como ele foi constituído constar neste parecer técnico da Agência Nacional de águas que foi encaminhada todos nossos conselheiros, então eu estou com o Superintendente de Recursos Hídricos da Secretaria do Estado do  Meio Ambiente sou Suplente neste Conselho e atualmente até dia 31 desse mês eu tô com o coordenador do GAP, esse grupo ele foi aprovado por aqui a composição foi também definida por esse Conselho, o nosso trabalho sempre foi de acompanhamento de todas as etapas do plano da região hidrográfica do Paraguai desde prognóstico até o produto final tudo foi discutido dentro do Conselho,  dentro do grupo, esse grupo ele tem poder público, Sociedade Civil, Usuários a integração do Mato Grosso com Mato Grosso do Sul a ANA como coordenadora desse trabalho e com essa mudança que aconteceu como o Renato colocou foi extinto o grupo fomos questionamos o conselho como isso ficaria tivemos a resposta pela NBR e ele não tem uma resposta na realidade e que isso vai ter discutido no iniciar do ano que vem só gostaria de passar para vocês que ainda estamos em fase de aprovação de produtos principalmente dos produtos hoje de empreendimentos hidrelétricos  se interferem ou não interfere no Pantanal. Então esse é um trabalho muito forte, vocês viram a discussão hoje já de manhã então é a gente fica meio refém, então a gente gostaria fora o acompanhamento do plano agora dentro do plano, nós também temos a capacitação que tá acontecendo pela Agência Nacional de águas junto aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que são capacitações aos órgãos gestores que são capacitação aos comitês de bacia e aos conselhos estaduais. Então esse é outro viés que isso se reporta ao grupo, então assim a gente espera que na próxima reunião de Março venha, não sei como a gente pode definir, mas que venha uma instituição,  um grupo de trabalho na Câmara técnica um acompanhamento de um ano, mas que isso seja institucional, que isso seja útil para que a gente dê continuidade das tem hora que acaba o plano realmente podemos até discutir o que pode vir a substituir o GAP, uma possível criação de comitês não sabemos, então é de suma importância que a gente continue seja qual nomenclatura for, mas também já fomos sinalizado que o número de 30 não vai ser contemplado, mas como isso a gente vai trabalhar também tem que ser discutido e já tem um produto para ser entregue e Agência Nacional de águas e a gente precisa se posicionar está previsto para entregar esse produto e Marco ou abril de 2020.  Obrigado a todos.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Ok. Obrigado Noquelli. Alguma manifestação sobre o tema do GAP do Paraguai, máximo 3 minutos para a gente ir encaminhando o encerramento da nossa reunião, peço a todos que fique, continue conosco mais um pouquinho mais uns 10 minutos a gente vai está encerrado os nossos trabalhos.

**Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -** Obrigado Renato e Aparecida Vargas Abragel, dando no segmento da linha de raciocínio do Noquelli,   a gente vem hoje com a incógnita se a gente tem um Regimento Interno vigente até que se modifica o outro Regimento,  eu tenho essa dúvida, eu não tenho essa certeza muito pelo contrário eu tenho dúvida, eu não sei se fica vigente o regimento interno que a gente tinha ou se é um novo conselho.  Porque se não ficar vigente a gente está se reunindo sem ter normas de qualquer, então eu sinceramente não tenho mas eu não tenho só vou te explicar porque eu tenho essa dúvida.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Ele é decorrente, uma vez extinto o GAP...

**Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -** Não. É o Regimento do CNRH.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira ( Ministério do Desenvolvimento Regional) –** O CNRH está vigente.

**Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -** O Regimento Interno dele

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Sim. A portaria que nomeia e que determina o regimento está vigente, revogadas o que contraria o novo decreto 10.000.

**Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -** Ok. Então com isso não vai ferir a sugestão que eu tenho a proposta que eu tenho diante da importância que o Noquelli já colocou, da  gente ter a manutenção do GAP, primeiro que o GAP não é um grupo de trabalho ele é um grupo de acompanhamento então ele não tá abarcado pelo que vem no decreto 10.000 que se refere a grupos de trabalho e não de grupo de acompanhamento,  segundo o regimento interno do Conselho Nacional diz que os atos e decisões a serem tomadas que não estejam previstas no Regimento podem ser tomadas pela plenária. Então eu acho que a plenária não hoje mais, que a gente não tem coro, não é,  mas a plenária pode tomar uma decisão do GAP nem que seja para emitir uma resolução para poder tá atualizando até porque nós vamos ter que atualizar porque mudou muito Ministério, então a própria composição dele ele vai ter que ser atualizado,  mas eu falo na questão de número de membros que a gente sabe se for para 10 membros com dois estados a gente vendo como é a participação lá vai sair prejudicado, não vai ter o mesmo poder de decisão que a gente sabe que tem o grupo hoje como funcionar, e a gente tem essa questão de time novamente porque independente do resultado nós saímos da última reunião marcando uma agenda nossa com uma primeira reunião para abril,  tá e uma primeira reunião para abril e assim sendo apresentado produtos que a gente não pode nem se manifestar sobre ele porque hoje o GAP ainda não. Ele ainda está necessária porque a plenária não deliberou sobre ele, que se a gente para de liberar para os obreiros no antigo Regimento ela pode fazer isso e nesse entendimento de que não é um grupo de trabalho eu acho que a gente consegue resolver o que caberia essa discussão dessa composição e a gente vai ter que  rever um pouco essa composição que Ministério se juntaram então a gente vai ter que dar uma olhada nisso e a gente tem mais uma parte de produto a ser apresentado em abril e com prazo final da resolução em maio, então é o que eu gostaria que tivesse esse empenho que já vem sendo feito até agora Inclusive a ANA tenha proporcionado a realização dessa reunião do GAP lá agora as passagens para a sociedade civil da mesma forma entendeu, então a gente sabe que isso é muito importante isso só facilitou,  só ajudou, a gente precisa disso e precisa da participação da sociedade civil a gente ninguém tá querendo que sejam decisões tomadas por um único segmento muito pelo contrário e as discussões lá como você viu hoje aqui lá também são acaloradas, mas a gente sempre consegue chegar no denominador comum, aí eu pediria que a gente partisse para esse encaminhamento talvez a não ser que alguém tenha uma outra proposta que possa ser melhor do que essa mas que a gente encarar-se como um grupo de acompanhamento  não um grupo de trabalho e a gente com isso não fica marcado pelo decreto e a plenária tivesse autonomia para tomar, mesmo porque ele já é um grupo criado no âmbito da plenária não é de âmbito de câmara técnica, ele foi criado ele é criado pela plenária, então a gente só é uma sugestão de repente tem alguma sugestão melhor do que eu estou propondo.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Sim perfeito exatamente por isso que a gente precisou desse tempo para fazer os levantamentos devidos a nossa CONJUR, a intenção do Ministério e da Agência, foi encontrar uma solução mais adequada para a continuidade dos trabalhos do grupo de acompanhamento.

**Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -** Eu achei importante eu apresentar, primeiro porque consta em Ata, é uma ideia que pode chegar pra vocês que pode dá certo.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Ok! Pois não.

**Sr. Humberto Gonçalves (ANA) -** É só para alinhar o que você tá falando é deixar claro que a Agência Nacional de Águas tem total interesse na continuidade deste acompanhamento a gente,  fez, apresentou, levou pesquisadores para o grupo apresentou o resultado e não é justo nosso entendimento (...), Sérgio pode até reafirmar agora na reta final,  os estudos começam a ser entregues vocês ficarem fora desse grupo de acompanhamento, então nós temos da minha parte enquanto superintendente tendo todo apoio para isso, agora  vocês dois passaram para casa para o conselho. Então esse para casa vai ser avaliado porque o decreto do governo ele não extingue só grupo de trabalho ele extingue os colegiados, então o GAP entra no colegiado então a gente tem que ver uma formula de manter esse processo até o término desses estudos, então nós estamos alinhados a gente vai começar.

**Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) -** Ele não é um Colegiado, colegiado tem poder de voto. O GAP fica atrelado a uma Câmara Técnica. Na verdade, o colegiado é o CNRH.

**Sr. Não identificado -** Eu não vou discutir, eu não sou Jurista.

**Senhora Aparecida Vargas (Representante da ABRAGEL) –** Só para finalizar, não está finalizando os trabalhos só está começando. A gente tem um plano de trabalho lá com várias metas, com várias ações, os estudos dos empreendimentos hidrelétricos é só um entre todos.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Ok. Obrigada, Aparecida. Então assim encerramos nossa parte de informes e entramos na parte.

**Mônica Irion Almeida – (ABRAGE) -** Talvez uma sugestão que possa também ser avaliada até na linha do que o Ministro falou no período da manhã de algumas questões aí ad referendum. Talvez uma prorrogação se isso for possível *ad referendum*, para que ele não interromper suas atividades até a próxima reunião do Conselho Nacional, talvez seja uma solução para uma lacuna de tempo determinado e que venha trazer pelo menos a possibilidade de análise desses produtos que estão entrega.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional)) –** Muito bom, Mônica. Obrigado! Na parte de Informe geral nós temos alguns informes aqui da secretaria executiva do conselho, mas pergunto antes se algum dos conselheiros tem algum informe geral específico não é pedindo todos sejam breves para gente encaminhando nosso encerramento da nossa reunião.

**Senhor Anivaldo Miranda (Representante dos Comitês das Bacias de rios de domínio da União) -** Brevíssimo, mas é um fato singular, emblemático e hoje eu tive a triste notícia de que o rio Paraíba do Sul não está mais chegando ao mar. Acho que é um uma coisa emblemática, enfim fechou lá tenho fotos disso, me foi entregue aqui pela... bom da forma como eu vi estava totalmente fechado,  essa é informação e representante da Sociedade Civil do próprio Comitê, bom só uma coisa para registro aqui visto que isso é um reflexo não é, e depois pode-se discutir a resultado do aquecimento global eu acho que não eu acho que é ausência mesmo de gestão. Obrigado.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Obrigado, Anivaldo. Thiago do Ministério de Minas e Energia.

**Senhor Thiago Guilherme Ferreira Prado (Ministério de Minas e Energia) -** entendendo o que são assuntos gerais eu gostaria de fazer algumas sugestões, a primeira delas e se era possível a gente já vislumbrar para o ano de 2020 o calendário de todas as reuniões Ordinárias para que a gente pudesse já se prepara de forma antecipada.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Encaminharemos já na próxima semana.

**Senhor Thiago Guilherme Ferreira Prado (Ministério de Minas e Energia) (Ministério de Minas e Energia) -** A  outra sugestão é se é possível fazer pelo menos uma indicação das primeiras reuniões das câmaras técnicas e já determinar que nessas na primeira reunião já se pense também como é que  serão feitas as próximas reuniões das câmaras que tá outro item que relacionado também às câmaras técnicas é que a partir do início dos trabalhos se a gente pudesse separar um período inicial da reunião do conselho 5 minutos para de repente cada uma dizer o que foi feito naquele período o que que não foi feito,  porque isso ajuda exatamente acompanhar o andamento e até enxergar gargalos e poder de repente da câmara técnica em algum item que enfim ela não consigo andar então acho isso importante da uma celeridade e gera um certo compromisso de estar sempre mostrando o resultado, na próxima reunião, enfim. Estou acabando de entrar com o primeiro suplente não sei se essa prática mas queria deixar como sugestão de forma de trabalho,  o outro item era que os itens sujeitos a votação alguns que já tem até uma discussão às vezes até previa a gente pudesse pré formatar o que que a gente tá votando para facilitar um pouco a compreensão de todos e na hora de fazer a votação em algumas coisas deixam explícita como fosse reunião de condomínio que a gente está votando, no texto assim para todo mundo saber exatamente por que a gente tá colocando se não fazer várias iniciativas acaba a compreensão às vezes acaba fugindo, essas colocações mas não sinto espírito de contribuir muito bom Obrigado.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Muito bom, obrigado Thiago.Alguma questão, nível de informes ou de contribuições?

**Mônica Irion Almeida – (ABRAGE) -** Mônica das Concessionárias e Geração é só uma dúvida com relação às câmaras técnicas visto que elas vão ter reunião já a partir de fevereiro, qual que será o prazo para informar o membro efetivamente, porque muitas vezes as instituições vão ter que articular essa definição.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Isso, temos o cronograma já definido, não é Roseli, a partir da reunião de hoje, a Roseli encaminha.

**Senhora Roseli dos Santos Souza – (MDR) -** Vamos encaminhar um e-mail com essa tabulação, o resultado, a composição das Câmaras Técnicas, e daremos um prazo. A gente espera que até dia 15 de janeiro já tenhamos todos os nomes, as indicações, se possível. Aqueles que não puderem, pois final de ano é bem complicado, todo mundo está de férias, e a gente depende também da publicação da resolução. Mas encaminharemos esse e-mail, e aqueles que puderem, quem não puder, justifica, mas vai ficar lá pelo menos a indicação do segmento. A Câmara Técnica e mais maleável, não é publicado o nome do representante, somente o segmento. Pode mandar uma proposta depois se houver necessidade de fazer alguma alteração. Importantes têm esses nomes para já chamar na próxima reunião.

**Senhor Renato Saraiva Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional) –** Ok. Alguém ainda? Na parte de informes, alguém ainda.  Ok. Ainda na parte de informes ou contribuições, então ainda como informes aqui da secretaria executiva do Conselho, dizer então que alguns documentos já chegaram na secretaria executiva que vão ser encaminhados pelas Câmaras Técnicas, então um deles é o que diz respeito a parcela de recursos provenientes da cobrança financeira dos recursos hídricos da CFURH destinador MDR e gerenciado pela ANA em atendimento às resoluções do CNRH e da ANA. Então esse relatório vai ser objeto e vai ser encaminhado para Câmara de Outorga e Cobrança, também uma demanda do Dnocs que é uma demanda antiga que deve entrar em discussão no início do ano que exatamente que reivindica  a parcela de recursos da cobrança de recursos hídricos proveniente das captações dos reservatórios sobre sua gestão houve então esse assunto que também vai ser encaminhado para a Câmara Técnica respectivo também respondemos recentemente um acordo no TCU referente ao Sistema Nacional de gerenciamento de recursos hídricos solicitou um conjunto de informações de toda essas mudanças que aconteceram então e entre esses temas,   uma recomendação de que o tema das barragens seja objeto do CNRH então a própria resposta é a instalação da Câmara Técnica de Barragens, então com isso nesse conjunto de informes já agradecendo Agência Nacional de águas na pessoa do Humberto, agradecendo a todos os conselheiros presentes até que o momento, dá encerrada a nossa 42ª reunião do CNRH e dizer que nós estamos à disposição no MDR para todos os encaminhamentos desejando Boas festas a todos e que a gente tem um 2020 com muito trabalho em resultado. Um abraço a todos.